



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 29

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 26 de Novembro de 1997

Presidente: Deputado Dionísio de Sousa.

Secretários: Deputados Guilherme Pinto e João Cunha (em substituição do Deputado José Aguiar).

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10, 10 horas.

Período da Ordem do Dia

Entrou-se de imediato neste período com o 1º ponto da ordem de trabalhos referente à discussão e votação das propostas de PMP 97/2000 e de Plano e Orçamento para 1998.

Depois do Sr. Presidente ter anunciado a distribuição dos tempos para as diversas bancadas, Governo inclusive, iniciou a apresentação destes documentos o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, tendo-se seguido as seguintes intervenções:

Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Menezes (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), António Menezes (*PSD*), Augusto Élavai (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Jaime Medeiros (*PSD*), José Maria Bairos (*PSD*), Humberto Melo (*PSD*), Rui Pedro Ávila

(PS), Manuel Azevedo (PSD), António Loura (PS), Eugénio Leal (PSD), José Manuel Nunes (PSD), Manuel Brasil (PSD), Duarte Freitas (PSD), Carlos Fraga (PS) e José Humberto Chaves (PS), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo de Menezes*, da Economia, *Duarte Ponte*, da Habitação e Equipamentos, *José Contente* e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, *Carlos César*.

Os trabalhos terminaram às 20, 00 horas.

Presidente: Srs. Deputados bom dia.

Pedia a vossa atenção, porque vai proceder-se à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António José Loura, António Silva Melo, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Meneses, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias; Rui Pedro Ávila e Vasco Cordeiro **PSD** - Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime Carvalho de Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel da Silva Azevedo, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; **PP** - Alvarino Pinheiro, João Greves, José Monjardino)*

Presidente: Estão presentes 41 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos pelo **Período da Ordem do Dia** que consta da apreciação e votação das Propostas de Resolução "PMP 97/2000", "Plano para 1998" e Proposta de Decreto Legislativo Regional "Orçamento da RAA para 1998".

São estes os documentos que durante os próximos três dias vamos discutir em conjunto.

Para essa discussão, e de acordo com a decisão tomada em conferência de líderes, existem os seguintes tempos para o Governo e para os partidos que ficam assim dispostos:

Governo - 5 horas;

PS - 5 horas;

PSD - 5 horas;

PP - 1, 30 horas;

PCP - 1, 00 hora;

Estes tempos referem-se ao debate, uma vez que as intervenções finais têm tempos próprios que são os seguintes:

Governo - 15 minutos;

PS - 15 minutos;

PSD - 15 minutos;

PP - 10 minutos;

PCP - 8 minutos;

Vamos então iniciar o debate com a apresentação das propostas feita pelo Sr. Secretário das Finanças e Planeamento, a quem dou a palavra.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

No estrito cumprimento dos prazos legalmente estabelecidos, o VII Governo Regional dos Açores elaborou, entregou e está agora a apresentar a esta Assembleia o Plano de Médio Prazo até ao ano de 2000, o Plano Anual e o Orçamento para o próximo ano de 1998.

Estes documentos constituem os instrumentos angulares da efectiva aplicação da política de desenvolvimento e da política económica e financeira anunciadas pelos Governos.

E, pois, com apreço e satisfação, que cumpro o dever - e exerço, também, o direito - de vos apresentar os fundamentos e os resultados esperados das propostas de PMP para o próximo triénio e do Plano e Orçamento para 1998.

Não se trata, acreditem, de mera formalidade, mas de um momento que, responsabilmente, devemos otimizar para nos esclarecermos sobre as finalidades, os objectivos e as acções que o Governo se propõe prosseguir, em conformidade, de resto, com o Programa Eleitoral que a população açoriana maioritariamente sufragou e com o Programa do Governo viabilizado por esta Assembleia.

Também não correremos o risco de nos pronunciarmos sobre documentos académicos, de duvidosa exequibilidade prática, visto que, para além de terem beneficiado de importantes contributos dos Parceiros Sociais e dos Partidos Políticos com assento nesta Assembleia, as propostas de Plano ora em análise foram elaboradas com a sempre presente preocupação de melhorar a aderência à realidade dos enunciados normativos, frequentemente vagos, que pautam e balizam documentos desta natureza.

Refira-se ainda o amplo envolvimento que todos os sectores da administração pública regional tiveram na elaboração destas propostas, quer pela adequada e atempada prestação da informação necessária, quer pelas várias reuniões havidas entre os responsáveis pelo planeamento de cada uma das Secretarias Regionais e a DREPA, quer ainda pelas reuniões havidas no âmbito da Comissão Técnica de Planeamento Regional.

Não me deterei, excessivamente, sobre as notórias alterações que o PMP evidencia em matéria de estrutura e organização.

Não posso, porém, deixar de salientar algumas modificações que considero particularmente meritórias.

Em primeiro lugar, o documento permite uma leitura mais simples e mais objectiva, visualizando-se os objectivos em função de linhas de orientação estratégica e surgindo as políticas sectoriais perfeitamente integradas a montante - no quadro das orientações e objectivos estratégicos - e a jusante através do desenvolvimento de um amplo conjunto de programas que visam corporizar os enunciados normativos delas constantes.

Em segundo lugar, haverá, que registar a agregação dos diversos programas por vectores estratégicos, facilitando-se, assim, uma melhor compreensão da função e do

mérito social de cada programa e, conseqüentemente, do seu contributo para a consecução dos objectivos estratégicos definidos.

Assim, como principais linhas de orientação estratégica da actividade governativa, que, de certa forma, reflectem as principais questões que se põem à sociedade açoriana e que evidenciam, claramente, o objectivo último de criar uma economia sustentada, participada, moderna e competitiva, temos:

1. Revitalização do sistema da economia empresarial regional e dinamização de novas formas de participação e parceria pública - privada.
2. Organização, promoção e aplicação de mecanismos e medidas tendentes à consecução dos necessários equilíbrios do mercado de trabalho regional, seja no que se refere à sua expressão quantitativa, seja no que respeita à sua qualificação.
3. Promoção de uma maior eficácia global na produção de itens e serviços públicos, assegurando-se maior grau de supletividade e garantindo-se uma efectiva melhoria das condições de acessibilidade àqueles itens e serviços por parte dos cidadãos.

Os principais vectores enquadradores dos diferentes programas e projectos concretos de investimento que, por sua vez decorrem das grandes linhas de orientação estratégica da actividade do Governo, são as seguintes:

- fortalecimento e diversificação do sistema produtivo regional, vector este que agrega um conjunto de 11 programas com um total de investimento no quadriénio 1997-2000, de 55,3 M c.;
- infraestruturas envolvendo 6 programas com um total de investimento de 37,7 M.c.;
- valorização dos recursos humanos e da qualidade de vida, com um total de 12 programas e um montante de investimento de 58,9 M. c., isto é, um valor que representa mais de 1/3 (33,8%) dos recursos financeiros afectos ao total do PMP.

É, assim, evidente a importância concedida pelo Governo Regional à qualificação e valorização dos recursos humanos açorianos que são, garantidamente, a nossa melhor riqueza e, se devidamente preparados e qualificados, a nossa melhor vantagem competitiva.

3. Também não abordarei, com o detalhe porventura desejável, as grandes mudanças qualitativas que, abundantemente, povoam a Proposta de Plano de Médio Prazo.

Referirei, tão somente, aquelas que, pelo seu significado teórico e/ou consequências práticas, melhor traduzem a vontade política do Governo.

A primeira respeita ao abandono do binómio protagonizado pela denominada "Base Económica Regional" e pelos ditos "Sectores Complementares".

Transformou-se esse binómio num polinómio em que cada sector e cada actividade tem o seu papel e a sua função, sempre orientados para a melhoria da produtividade global dos factores produtivos.

A segunda grande diferença refere-se à competitividade e ao grande ênfase que a ela se dá. É por demais evidente que a consecução de ganhos gerais de competitividade se defronta, na Região, com um conjunto quase incontornável de constrangimentos. Mas também é certo que existem "nichos", "fileiras" ou "clusters" em que a Região desfruta de vantagens competitivas actuais e, sobretudo, potenciais.

A concretização de tais vantagens dependerá, por um lado, da melhoria geral da qualificação da mão-de-obra açoriana e da fixação, na Região, de quadros técnicos e dirigentes empresariais e, por outro lado, da capacidade do Governo Regional para, no âmbito dos trabalhos da "Agenda 2000" e no desenvolvimento das muitas potencialidades contidas na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, afirmar um estatuto que, realmente, amenize a insularidade e a ultraperiféricidade, permitindo, nomeadamente, a obtenção de custos relativos menos desfavoráveis de alguns importantes factores de produção.

Neste âmbito, a solidariedade europeia poderia, por exemplo, vir a traduzir-se na concessão às Regiões Ultraperiféricas de uma norma, adaptada da conhecida "cláusula da nação mais favorecida", que fizesse reverter para as Regiões Ultraperiféricas, as melhores ajudas atribuídas, por razões específicas, a qualquer Estado-Membro ou outra Região. Também a solidariedade nacional poderia assumir expressão mais significativa, afigurando-se também correcta a atribuição à Região de um plafond previamente definido e expresso numa percentagem do valor do Fundo de Coesão atribuído ao nosso País se, como se espera, este Fundo continuar para além de 1999 e se Portugal continuar a dele beneficiar.

Estas são ideias que tencionamos aprofundar e que transformaremos em objectivos que teremos sempre presentes no nosso relacionamento com as autoridades nacionais

e instâncias comunitárias, para além, obviamente, do nosso já presente envolvimento em todo o processo de elaboração dos novos apoios e instrumentos comunitários, que substituirão o actual Q.C.A. II e do aprofundamento, que estamos também desde já a efectuar, das potencialidades derivadas da inclusão no Texto do Tratado da U.E. de um artigo relativo à ultraperiféricidade da nossa Região, facto que constitui, sem dúvida, uma grande vitória para os Açores e para o nosso País.

Como quer que seja, com estas ou com outras normas, a batalha pela competitividade terá que ser assumida com determinação e firmeza, não apenas pelo Governo Regional mas por todos os agentes económicos e parceiros sociais. Trata-se de uma tarefa colectiva, de cujo desempenho dependerá, em larguíssima medida, a redução dos acentuados desníveis que nos separam do País e, sobretudo, da média europeia.

As propostas de Plano e de Orçamento que estamos a apreciar, enquadram-se, igualmente, na orientação nacional tendente ao cumprimento dos critérios de convergência nominal, (pois este é um objectivo que temos também a obrigação de prosseguir), mas é também mister que a Região possa começar a beneficiar das vantagens da convergência real. É essa de resto, a finalidade essencial do Plano de Médio Prazo - promover a melhoria da produtividade global dos factores produtivos, apostar na diversificação da produção, na diferenciação e certificação de produtos regionais e criar um ambiente propício à afirmação da competitividade, num quadro financeiro em que o investimento, a preços correntes, mais que duplica, quando comparado com o do quadriénio 1993-1996.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

O Governo Regional está firmemente decidido a cumprir com a sua quota-parte de responsabilidade nessa tarefa colectiva que é o desenvolvimento económico. Os documentos que elaborámos e que apresentamos à apreciação desta Assembleia são disso prova evidente. Neles, não apenas estão congregados os investimentos que o Governo Regional se propõe efectuar e elencadas as acções e medidas de política a adoptar directamente pelos poderes públicos, como também se prevê uma série de transferências de competências e de património para o sector privado.

Referimo-nos, obviamente, às privatizações que já iniciámos e que tencionamos prosseguir nos próximos anos, nos termos do programa e calendarização já

apresentados a esta Assembleia e também muito recentemente referidos em discurso oficial do Sr. Presidente do Governo Regional.

Estamos certos de que os agentes económicos privados saberão corresponder positivamente a este desafio do Governo Regional, por forma a que, com a sua responsabilidade acrescida, connosco passem a colaborar mais activamente nessa gigantesca tarefa de desenvolvermos os Açores.

O quadro global de financiamento da Administração Regional - mesmo no ano 2000, ano manifestamente excepcional por não incluir a totalidade dos recursos co-financiados pela União Europeia -, permite a elaboração de orçamentos regionais tendencialmente equilibrados e, como já se viu, acomoda um esforço de investimento considerável que, conjuntamente com uma postura mais dinâmica por parte da iniciativa privada, decerto permitirá romper com o círculo vicioso do atraso e da dependência, iniciando-se um novo ciclo, orientado para a obtenção sustentada de ganhos inerentes à convergência real.

É claro que a este quadro global de financiamento não são alheias as potencialidades abertas pela Lei das Finanças das Regiões Autónomas e, sobretudo, a solidariedade revelada pelo Governo da República no processo de negociação da dívida da Região e na definição de critérios objectivos para uma equilibrada e justa quantificação das transferências do O.E. para as Regiões.

Precisamente hoje, dia 26 de Novembro, será apreciada na especialidade na Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República, a proposta de Lei de Finanças das Regiões Autónomas em cujo processo de elaboração o Governo Regional profundamente se empenhou.

Se tudo correr bem, como confiadamente esperamos, esta proposta de lei, muito provavelmente, subirá a Plenário da Assembleia da República e será aprovada já amanhã.

Passaremos então a ter uma Lei de Finanças das Regiões Autónomas, Lei a que a Constituição da República Portuguesa confere valor reforçado, e que surge passados 21 anos sobre a promulgação da Constituição e 102 anos após a publicação do 1º Decreto Autónimo de 2 de Março de 1895.

Esta lei passará a regular de forma coerente e estruturada as relações financeiras entre o Estado e a Região nos vários campos em que este relacionamento se desdobra:

- receitas próprias da Região;
- transferências do OE;
- dívida pública regional ;
- adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades regionais - a L.F.R.A. e também, em matéria fiscal, a lei-quadro a que se refere a Constituição da República Portuguesa e o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Não vou, obviamente, ocupar-me agora desta lei, apesar da sua enorme importância para o futuro dos Açores.

Quero apenas regozijar-me pelo caminho percorrido até aqui e pela sua muito provável aprovação, amanhã, na Assembleia da República.

Se até aqui, as finanças das Regiões Autónomas tinham, como muito bem caracterizou um antigo deputado à Assembleia Nacional pelo círculo de Ponta Delgada, Dr. Armando Cândido, despesas de vida e receitas de morte, após a aprovação desta lei, as Regiões Autónomas passarão a ter também receitas de vida.

Voltando agora aos documentos que agora aqui estão em apreciação, não posso deixar de evidenciar a grande melhoria registada na programação financeira e a preocupação, quase absorvente, de maximizar os recursos obteníveis das várias fontes de financiamento.

Dois aspectos merecem, neste âmbito, particular destaque.

Em primeiro lugar, o notável desempenho do serviço da dívida que permite, além do mais, a afirmação de uma saudável tendência para a amenização das despesas de funcionamento em torno de valores perfeitamente aceitáveis (cerca de 57% do total das despesas).

Em segundo lugar, o cumprimento, tendencial, da regra do equilíbrio financeiro mínimo das empresas: no quadriénio do Plano, as receitas próprias financiam crescentemente as despesas de funcionamento, passando de 80,2% em 1997 para 94% no ano 2.000.

Disse, no início desta intervenção, que o PMP não é um mero exercício académico. Reafirmo-o e acrescento que é um Plano para cumprir.

O Governo acompanhará, permanente e sistematicamente, a execução do Plano de Médio Prazo e promoverá, anualmente, a sua revisão num quadro de planeamento deslizante que promova a reafectação de recursos em ordem ao cumprimento dos objectivos estratégicos definidos.

Particular atenção será concedida ao acompanhamento dos investimentos do Plano, por forma a melhorar-se os indicadores de execução material e financeira e, conseqüentemente, a maximizar-se a entrada efectiva de fundos comunitários e das transferências do Orçamento de Estado.

Antes de passar a formular algumas observações sobre o Orçamento para 1998, gostaria de conceder o devido relevo ao teste de veracidade e coerência constante do ponto 10 do Plano de Médio Prazo.

Trata-se de um teste à justeza dos objectivos estratégicos definidos, à suficiência e aos critérios de repartição dos recursos financeiros, à integração e acção e coerência dos programas e acções orientadas para a prossecução das políticas e dos objectivos e, ainda, a aderência à realidade do próprio Plano.

Neste teste, aplicaram-se duas metodologias completamente distintas às matrizes de "motricidade e dependência" e de "pertinência e relevância", tendo-se chegado a resultados muito semelhantes o que, sem dúvida, atestam a solidez conceptual, a consistência interna e a eficácia das políticas sectoriais e da programação financeira do Plano.

Quer isto dizer que o Plano afirma a sua credibilidade e exequibilidade prática quando sujeito a um teste científico.

A questão não é, evidentemente, despicienda em termos políticos: é que, quem votar contra o Plano de Médio Prazo com base em argumentos inexplicados (ou inexplicáveis), vai ter que assumir o conseqüente ónus perante a população açoriana.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Permitam-me que antes de passarmos ao Orçamento para 1998, aborde ainda uma questão que tem a ver com o financiamento do orçamento do corrente ano e com a política activa de gestão da dívida pública que o Governo Regional vinha a prosseguir.

Em Agosto passado, e logo que foi publicada a Lei que autorizava a Região a recorrer ao mercado financeiro internacional para obtenção de empréstimos até ao montante de 19 M.c. para financiamento do plano de investimentos previsto para 1997, o Governo Regional dirigiu convites a várias instituições de crédito nacionais e estrangeiras para um financiamento de 15,5 M.c.. Dos restantes 3,5 M.c., 3 M.c. estavam já a ser negociados com o Fundo Social do Conselho da Europa para financiamento do novo Hospital de Ponta Delgada e os outros 0,5 M.c. haviam já sido objecto de uma operação de crédito a longo prazo pelo I.M.A..

Na sequência desta consulta foram recebidas várias propostas de instituições e consórcios nacionais e estrangeiros, sugerindo o recurso aos mercados alemão, americano, europeu e japonês.

De referir que muitas destas instituições, principalmente estrangeiras, já haviam contactado o Governo Regional durante o ano, a mostrarem o seu interesse em conosco colaborarem, o que é prova evidente do bom nome da Região nos mercados financeiros internacionais e que, agora, com a operação que acaba de ser concretizada sai ainda muito mais valorizado.

Na verdade, e após o estudo das várias propostas recebidas, foi seleccionada a instituição de crédito que melhores condições ofereceu e que passou a liderar um consórcio de 4 grandes bancos internacionais numa emissão de obrigações em dólares dos E.U.A., fungível com a já efectuada no ano anterior.

No passado dia 18 do corrente mês, e seguindo um calendário previamente estabelecido, iniciou-se a colocação no mercado de Londres desta euro-emissão de obrigações no valor de 85 milhões de dólares à taxa variável indexada à Libor (F.R.N.).

A subscrição foi um êxito e não obstante as intensas perturbações que afectaram nas últimas semanas e que ainda efectam os mercados financeiros internacionais, a emissão foi feita "ao par" e com um "spread" de 15 pontos base sobre a Libor, isto é, 3 pontos base acima do que tinha ficado inicialmente acordado, sujeito embora as condições do mercado, mas, mesmo assim, com um "spread" inferior em 3 p.b. à emissão do ano anterior que, por seu turno, foi feita "com desconto".

Para ficarmos com uma ideia mais precisa do êxito que foi esta operação, refira-se que muitos emitentes foram levadas a adiar as suas emissões por não haver condições para a colocação aos preços habituais, ou mesmo a qualquer preço, e que outros houve que se sujeitaram a emissões a prazos muito mais curtos e com "spreads" de 60 p.b. sobre a Libor quando, semanas antes, tinham emitido com "spreads" de 25 p b..

Com esta emissão, fungível com a do ano passado, as euro-obrigações da Região elevam-se a 150 milhões de dólares dos EUA, facto que para além de possibilitar um apertar do "spread" sobre a Libor em dólares a baixo dos 18 p.b. conseguidos em 1996, confere às obrigações da Região uma liquidez adicional, uma muito maior visibilidade nos mercados financeiros internacionais e o acesso imediato ao mercado americano, tudo isto factores que muito valorizam o nome da nossa Região e que abrem, certamente, boas perspectivas de negócios futuros.

A data de emissão das obrigações e correspondente pagamento à Região foi fixada para hoje, dia 26 de Novembro, altura em que se concretizará com a instituição de crédito leader desta emissão uma operação "swap" para escudos.

Esta operação foi negociada por forma a alongar a sua maturidade para 12 anos - vencimento em 2009 -, com uma taxa de juros indexada à Lisbor a 1 ano, postecipada, acrescida de um "spread" de 4 pontos base.

Creio que são tudo boas razões para todos nós açorianos, estarmos tranquilamente satisfeitos, para já não dizer orgulhosos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados:

O Orçamento da Região para 1998 é também a tradução financeira do Plano para o próximo ano, visto que houve a preocupação de se promover uma articulação muito íntima no processo de preparação dos dois documentos por forma a que, independentemente das suas lógicas distintas, o Plano e o Orçamento reflectissem três características essenciais dos sistemas de planeamento, programação e orçamentação: a coerência, a integração e o mútuo controlo.

Para além de prever os meios financeiros necessários para o total desempenho das políticas sectoriais contidas no Plano, o Orçamento para 1998 é transparente, prestando mais e melhor informação, nomeadamente, sobre as finanças da

Administração Local (o que acontece pela 1.^a vez) e das empresas públicas (agora com uma informação substancialmente acrescida e melhor sistematizada) bem como, ainda, sobre a composição das contas de ordem.

Uma outra inovação que é também apresentada este ano e que, igualmente, muito vem contribuir para uma maior transparência orçamental, diz respeito ao princípio do equilíbrio tal como está definida na legislação ainda em vigor na Região, isto é, um orçamento com um montante de receitas pelo menos igual às despesas correntes.

Assim, com a afectação de parte das transferências do O.E. ao financiamento das despesas correntes, além de se observar o já referido princípio do equilíbrio orçamental, sempre objecto de recomendação nos sucessivos pareceres da Secção Regional do Tribunal de Contas, dá-se também - expressão orçamental ao artº nº 93 do Estatuto Político e Administrativo da Região, o qual prevê que "a solidariedade nacional vincula o Estado a suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, ... saúde". Igualmente se clarifica, no contexto orçamental, que o endividamento e as transferências de Fundos Estruturais da União Europeia se destinam, exclusivamente, ao financiamento de despesas de capital e do Plano de investimentos da Região.

Mas o Orçamento para 1998 é também, um orçamento de rigor, elaborado em função da execução previsível de 1997 e, também, das propostas apresentadas pelos vários departamentos do Governo Regional, que, muito responsavelmente, assumiram um esforço de contenção notável.

Este grande esforço de contenção das despesas adoptado pelo Governo - é preciso notar que a despesa global que diz, exclusivamente, respeito ao ano de 1998 cresce, em termos nominais e reais, a uma taxa negativa - aliada a uma adequada política activa da gestão da dívida pública, permitiu que o nível de endividamento necessário para assegurar os

investimentos do Plano se tenha quedado abaixo dos 12 milhões de contos, valor que, seguramente, não encontra precedentes nos últimos anos.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a característica quiçá mais notável da proposta de Orçamento é a de a mesma consagrar um Orçamento motivador, que cria

uma envolvente propícia à diminuição progressiva da dívida da Região e a melhoria da cobertura das despesas de funcionamento por receitas próprias - no período do Plano, esta taxa de cobertura passa de 80% para 94%, o que tem que considerar-se notável, sendo as necessidades de endividamento da Região praticamente reduzidas a zero.

Esta evolução não pode deixar de incutir, nos agentes económicos internos, maior confiança na política de desenvolvimento do Governo e, garantidamente, reforça a visibilidade da Região nos mercados financeiros internacionais e, bem assim, a sua credibilidade externa.

Eis, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, o que queria dizer-vos, em nome do Governo, neste momento de apresentação das propostas de Plano e de Orçamento.

Creio, muito sinceramente que temos motivos bastantes para para as aprovar.

Se os outros em nós confiam, concedamos a nós próprios, açorianos, o benefício de acreditarmos nas nossas convicções, nas nossas capacidades e na nossa vontade para, colectivamente, ganharmos a batalha da coesão e do desenvolvimento.

Para ganharmos o futuro, em estabilidade e com segurança.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedir esclarecimentos ou então para uma 1^a intervenção, não sei bem o que é que o Sr. Deputado pretende fazer. É porque eu tenho aqui outros pedidos como o da Sr^a. Deputada Berta Cabral e do Sr. Deputado Fernando Menezes e agora do Sr. Deputado António Menezes que - suponho - são para pedidos de esclarecimento relacionados com esta intervenção.

Não é bem assim?

Então é melhor esclarecermos bem este assunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, eu agora é que preciso de ser esclarecido.

A minha intenção era usar da palavra como réplica e no quadro das questões apresentadas pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento e numa perspectiva de esclarecimento, bem como de suscitar ao plenário as nossas dúvidas e não propriamente fazer aquela pergunta elementar e esperar que o Sr. Secretário Regional responda a seguir.

Portanto, seria uma intervenção relativamente curta, aliás isso já aconteceu em situações anteriores em que quer na nossa perspectiva a nível de grupo parlamentar, quer a nível dos restantes, penso que foi assim que as coisas se passaram.

Mas V. Ex^a. o decidirá.

Presidente: É que se for o pedido de esclarecimento tem 3 minutos para o fazer.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, mas com o devido respeito, estamos aqui num processo especial em que funcionamos na base de tempos globais, portanto seria nessa perspectiva que iríamos já usar da palavra e não sob a disciplina das perguntas com base nos 3 minutos.

Presidente: Mas essa disciplina, em termos regimentais, mantém-se.

Portanto, há a distinção entre as intervenções que têm uma duração arbitrária que os Srs. Deputados escolherem e as que são apenas de pedidos de esclarecimento. E estas estão sujeitas ao limite regimental de 3 minutos.

Seria conveniente ter isto em conta, porque não me posso dispensar dessa disposição.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Percebemos perfeitamente, Sr. Presidente.

Se esse é o entendimento da Assembleia, isto é, de que após a intervenção do Sr. Secretário Regional temos 3 minutos para fazer perguntas...

Presidente: Não, Sr. Deputado, cada intervenção pode durar mais tempo. Cada pedido de esclarecimento é que tem a durabilidade de apenas 3 minutos, aliás de acordo com o regime normal de esclarecimento.

Parece-me que o Sr. Deputado Fernando Menezes pretende interpelar a Mesa...?

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, é para, nos termos regimentais, solicitar à Mesa um intervalo de 30 minutos.

Presidente: O pedido é regimental, portanto vamos interromper os nossos trabalhos por meia hora.

(Eram 11, 00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 11, 35 horas)

Gostaria de dar a seguinte informação ao plenário: é que ficou entendido entre os grupos parlamentares que far-se-ia uma adaptação criteriosa a esta situação em que haveria um tipo de intervenção que seria intermédia entre a intervenção escrita e o pedido de esclarecimento. E que o tempo para essa mesma intervenção seria de 5 minutos.

Com este entendimento, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Depois deste imprevisto intervalo solicitado pelo Grupo Parlamentar do PS, nós gostaríamos de, relativamente ao discurso apresentado pelo Sr. Secretário das Finanças, começar pela parte final da sua intervenção que respeita ao Orçamento da Região para 1998.

Sr. Secretário Regional:

Há dois aspectos positivos no conteúdo da evolução de algumas despesas.

Queremos referir, nomeadamente o crescimento zero nas despesas com aquisição de bens e serviços e o crescimento zero na aquisição de bens de capital.

É, para o Partido Popular, muito relevante que o Governo tenha tido em boa conta aquilo que por nós foi proposto o ano passado, e aprovado por esta Assembleia, e que levou a acabar-se de uma vez por todas com os crescimentos anormais nessas dotações.

Porém, Sr. Secretário, julgo que não foi dado aqui o devido relevo a uma situação preocupante e que envolve a derrapagem das despesas com o sector da Saúde.

É que, efectivamente, apesar do crescimento aqui proposto de quase 5 milhões de contos para esse sector, e havendo uma amortização da dívida de 2,3 milhões de

contos, a verdade é que o Governo chega a esta Assembleia, após 1 ano de mandato, reconhecendo que deve 7 milhões de contos ao sector da Saúde, quando havia assumido o compromisso nesta Casa de que regularizaria todas as dívidas durante o corrente ano.

É, de facto, o maior fracasso financeiro da política orçamental do Governo Regional que agora reconhece que no final deste ano, no mínimo, ficará a dever 4,5 milhões de contos, se não houver derrapagem como houve este ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Secretário fez grandes referências à contenção da dívida. E, como ainda há pouco alguém me telefonava dizendo que tinha assistido à intervenção de Sua Ex^a., é que com tanto "spray" (positivo e negativo), a verdade é que o Sr. Secretário esqueceu-se de nos apresentar um dado importante.

As transferências do Estado para a Região crescem cerca de 7 milhões de contos.

A Região deixa de ter encargos com a amortização da dívida da ordem dos 3,1 milhões de contos.

A Região deixa de ter encargos com os juros da ordem dos 200 mil contos.

Portanto, há aqui uma poupança de mais de 10 milhões (quase onze milhões). E o Sr. Secretário vem aqui criar uma situação, louvando a política orçamental do Governo, por só recorrer a 12 milhões de contos de endividamento. O que quer dizer que se não houvesse as situações excepcionais de receber mais, globalmente, de 10 milhões de contos, o Sr. Secretário estaria a pedir hoje a esta Assembleia, com a sua política orçamental, um endividamento de 21 ou 22 milhões de contos.

São estes sofismas que é preciso retirar, ou seja, o Governo não apresentar nesta Casa como grande resultado da sua política financeira - recorrendo a menos 7 milhões de contos de endividamento - quando teve um benefício superior a 10,5 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há ainda neste Orçamento um excessivo crescimento do outro tipo de despesas correntes, isto é, as despesas com pessoal. O que demonstra que a Administração Regional não foi capaz de pôr mão e controle efectivo, ao nível das despesas com pessoal.

As despesas com pessoal crescem 1,5 milhões de contos e, por conseguinte, mantém-se a mesma situação e, apesar de já ter sido anunciado que um dos grandes objectivos do Partido Popular - e consagrado por esta Assembleia - era a redução da máquina regional, ao nível das chefias, a verdade é que, na prática, não se conseguiu ganhos de produtividade na Administração Regional, não se conseguiu a desejada contenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Subjacente a toda esta apresentação financeira, esteve na cabeça do Sr. Secretário e na de todos nós, na cabeça dos açorianos, a nova realidade que a todos enquadra e que é a Lei das Finanças Regionais.

Efectivamente, tal como o Sr. Secretário salientou e bem, dentro de 24 horas vamos ter aprovada uma lei de Finanças Regionais.

Esta Lei das Finanças Regionais vai trazer milhões e milhões para os Açores, os quais o Sr. Secretário aqui enuncia, tal como o GIA o faz diariamente na imprensa em relação às verbas do Plano de Médio Prazo.

(Risos do Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

Ouve-se falar em 50 e tal milhões para o sector agrícola, é 50 e tal milhões para outros sectores, são milhões e milhões.

A grande dúvida que as pessoas colocam é saber se a máquina administrativa, o Governo, a administração, estão todos de parabéns com todos esses milhões. E os cidadãos?

Presidente: Sr. Deputado, já vai com 6 minutos de intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu, os cidadãos não têm aqui neste quadro orçamental a resposta adequada. E interpretam-se e aplicam-se determinados artigos de uma lei que fica aprovada amanhã, mas não se aplicam nem se perspectivam outros artigos dessa mesma lei.

O que nós entendemos é que é preciso, de uma vez por todas, perspectivar durante estes 4 anos, que a par dos milhões que vêm para a administração, é necessário também definir uma política que faça derramar, transferir para os cidadãos, através de uma diminuição objectiva da taxa do IRS, da taxa do IRC, através de deduções às

colectas dos lucros investidos, dar claramente às pessoas a compensação pelos custos da insularidade a que elas têm direito.

Esta Casa ainda há bem pouco tempo inviabilizou acréscimos salariais para a função pública, com o argumento de que haveria oportunidade, a partir de 1998, de pôr em prática uma política que fizesse aumentar claramente o poder de compra e, portanto, a capacidade disponível dos nossos trabalhadores por conta de outrém em geral e também dos nossos empresários.

Para terminar - e que não se fique com a ideia de que aquilo que o Partido Popular está pedindo é demasiado - basta ver que nesses milhões todos, se se fizesse uma redução de 20% na taxa do IRC, isto acarretaria uma diminuição de receitas da Região de meio milhão de contos.

Ora, o Orçamento deste ano aponta para quase 150 milhões de contos, portanto meio milhão de contos seria "uma gota de água" e aí sim, estaríamos perante uma situação de dinamização da economia provada.

Em relação ao IRS, vamos ter oportunidade de provar aqui que no conjunto do orçamento regional, são verbas perfeitamente susceptíveis de virem a ser aplicadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Só para informar a Assembleia, refiro que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro gastou 8 minutos e 50 segundos, uma vez que esta intervenção vai ficar um pouco como paradigma e parâmetro para as restantes intervenções.

Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, não posso deixar de lamentar que se tenha pedido nesta Casa um intervalo de meia hora, depois dos trabalhos terem sido iniciados precisamente há 30 minutos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Olhe que não! O pedido era regimental!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas isso é regimental!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Caladinho!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Igualmente!

A Oradora: Penso que o Partido Socialista deveria estar cansado e por isso pediu o intervalo, na medida em que vi todos os seus deputados pelos corredores da Assembleia, portanto não se percebeu qual o objectivo real desse intervalo.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Muito bem!

Quem fala assim não é gago!

A Oradora: Sr. Secretário Regional:

Ouvi com atenção e sem surpresas a sua intervenção sobre o Plano e Orçamento, bem como o Plano a Médio Prazo.

Sintetizou os documentos a que temos acesso. Referiu que o PMP actual duplicava, a preços correntes (teve o cuidado de dizer assim) o PMP dos últimos 4 anos. E sobre isso, devo-lhe dizer que as comparações devem ser feitas a preços constantes e se retirar as calamidades, verificará que o crescimento é de 1,1% relativamente ao PMP do ano anterior, não havendo por isso crescimentos significativos, nem impactos significativos na economia.

Efectivamente, as calamidades - infelizmente - são para repor infraestruturas que já tínhamos e isso não traz efeitos multiplicadores na economia, traz apenas efeitos conjunturais no emprego e em alguns sectores muito concretos, mas lamentavelmente sem sustentação para o futuro.

Referiu também a política activa da gestão da dívida.

Penso que lhe faltou referir, e seria justo, que essa política teve início em 1996, que a prosseguiu por sinal até com os mesmos consultores e que tudo isto decorre de um trabalho de determinação do rating da Região, de visibilidade da Região nos mercados internacionais que, obviamente, à medida que o tempo passa e essa visibilidade e esse rating se consolidam, trará melhores resultados nos anos vindouros, portanto em 1997 trouxe alguns e provavelmente em 1998 trará melhores e por aí fora, até porque toda a conjuntura o permite, na medida em que há de facto a absorção da dívida da Região por parte do Estado. Ou seja, há todo um conjunto de condições que ditam estas melhorias, mas penso que é justo e correcto dizer-se que essa política já tinha tido início, limitando-se agora o Sr. Secretário a prossegui-la e muito bem.

Referiu também que o equilíbrio do orçamento corrente este ano se verifica. Penso, no entanto, que não explicitou bem e por isso eu gostaria de o fazer, dizendo para tal que se tratou de uma mera operação contabilística, mediante a transferência e inscrição de parte das transferências do Estado no orçamento corrente.

Devo dizer-lhe ainda em relação à dívida - e aqui não me vou alongar muito, porque o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro já o fez, por isso não vale a pena estarmos a perder tempo para dizer as mesmas coisas - que me preocupa o ritmo do endividamento.

Efectivamente, com a Lei de Finanças Regionais pedir 12 milhões de contos, quando em 1996 - sem Lei de Finanças Regionais! - se pediu 13 milhões, é preocupante!

Pedir 12 milhões de contos, quando vieram mais de 10 milhões do Orçamento do Estado, com todas aquelas composições que aqui já foram ditas, é no mínimo preocupante!

O que isto quer dizer é que em 1996 tivemos 13 milhões contos, em 1997 tivemos 19 milhões e quer dizer também que se não houvesse Lei de Finanças Regionais, em 1998 teríamos 22 milhões de contos.

Para além disso, referiu igualmente a coerência do PMP, fazendo alusão ao teste de veracidade que vem no documento.

Sr. Secretário, eu gostaria que nos explicasse aqui o alcance desse teste.

Fazer um teste de veracidade num plano de desenvolvimento económico, é no mínimo inadequado!

Esses testes aplicam-se e utilizam-se em ciências sociais, talvez seja adequado para os PDM's, mas não é adequado para o plano de desenvolvimento da Região.

Fazer correspondência de variáveis, com ponderações atribuídas pelos próprios técnicos que fizeram o Plano, é minimamente um pressuposto, nunca uma conclusão.

É óbvio que é pressuposto dos técnicos que fizeram o plano ter alguma coerência. Agora se quer testar a veracidade, tem que encontrar um painel de agentes externos aos que fizeram o Plano, de agentes independentes que o valorizem e que façam a correspondência.

Aí sim teríamos, eventualmente, uma aproximação correcta e independente, mas sempre qualitativa.

O que nos importa aqui não é a apreciação qualitativa do Plano, mas sim a apreciação quantitativa, ou seja, a correspondência quantitativa dos instrumentos com os objectivos.

O que nos importa aqui, é saber qual é o impacto económico deste Plano na economia regional. E esse continua por estar provado e continua por estar explicitado neste Plano.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar esta minha intervenção com alguns pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional das Finanças, mas não o posso fazer sem antes manifestar a minha estranheza, com pesar, que sendo o Sr. Secretário Regional responsável pela tutela do Poder Local Regional, na sua intervenção para além de referir os aspectos que já aqui foram trazidos à colação por anteriores oradores, este aspecto não tenha merecido da sua parte uma única, mesmo que breve, referência.

Estranho isso e quero crer que não corresponde a qualquer falta de consideração que V. Ex^a. ou o seu Governo tenham por este Poder na nossa Região, tanto mais e ainda por cima num dia em que há pouco tive ocasião de confirmar com um meu ex-colega autarca e deputado da bancada do Partido Socialista, na medida em que esta situação ocorre precisamente no dia em que se comemora o Dia do Poder Local.

Se esta questão poderá não parecer relevante, a verdade é que a importância deste Poder no desenvolvimento dos Açores, a verdade é que a situação algo complicada que se vive e com que se confronta todos os dias quem exerce este tipo de poder, justificaria - na minha perspectiva - que ele tivesse merecido alguma referência por parte de V. Ex^a., nomeadamente nesta sua primeira intervenção, quando apresenta o Plano e o Orçamento da Região.

Eu gostaria de, nesta perspectiva, já que na sua intervenção não obtive nenhum esclarecimento, colocar-lhe e obter da sua parte, se fosse possível, um esclarecimento em relação a duas ou três questões e que são as seguintes:

Parece-me demasiadamente curta a verba que se encontra orçamentada para a cooperação financeira com as autarquias locais.

Por contas muito rápidas que aqui fiz, Sr. Secretário, e relativamente à Ilha Terceira porque é aquela que conheço melhor, a verba que se prevê para o ano de 1998, nem chega para a bonificação de juros, considerando apenas os montantes de investimento que estão atribuídos às duas Câmaras, pressupondo que elas esgotarão os plafons de acesso aos fundos comunitários.

Queria também, Sr. Secretário, e penso que mereço e esta Câmara também algum esclarecimento sobre isso, de resto é uma intenção que tem sido anunciada pelo Sr. Secretário e pelo seu Governo, saber se relativamente à delegação de competências concretamente, o que é que este Governo pensa fazer quer em 1998, quer no médio prazo, em relação à transferência de competências para as autarquias locais?

E quando aqui refiro autarquias locais, não estou a referir-me exclusivamente às câmaras municipais, onde de resto sobre essa matéria, nomeadamente ao sector da habitação, já havia algum trabalho, mas refiro-me também às juntas de freguesia, onde os pareceres que foram recolhidos dos parceiros sociais, se verifica que da parte das mesmas juntas há disponibilidade e vontade - e ganharia a Região com isso - em assumirem outras competências?

Gostaria igualmente, Sr. Secretário, e apenas para finalizar, que nos dissesse, neste momento, se é que dispõe desses elementos ou se não os tiver aqui que nos faculte tão rápido quanto possível, qual é a situação de dívida por parte da administração às autarquias locais?

Esta tem sido uma questão que já me custa colocar aqui, mas trata-se de uma situação já crónica que começou talvez com a primeira intervenção que fiz nesta Casa no presente mandato e tem acompanhado, a par da dívida da Saúde que há pouco foi referida pelo meu colega Alvarino Pinheiro, e para a qual não há qualquer maneira de nós a vermos sequer atenuada. A tendência que tem tido, para além de crónica, tem sido a de se ver dia-a-dia sucessivamente agravada.

De maneira que lhe pedia, Sr. Secretário, já que na sua intervenção não houve qualquer referência a estas duas situações, que na medida do possível as tornasse claras perante mim e também perante a Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É óbvio que na intervenção que fiz não tive a veleidade de esgotar todos os assuntos relacionados com os documentos aqui em apreciação, quer do PMP, quer do Plano, quer do Orçamento. No entanto, nós vamos estar aqui juntos durante 3 dias e terei o máximo prazer, hoje e amanhã e todos os dias, em prestar aqui os esclarecimentos que os Srs. Deputados entenderem.

Aqueles que eu souber e tiver elementos presentes, os que não souber por falta de elementos presentes, cuidarei de os obter para responder dentro ainda do período da discussão do Plano e do Orçamento.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, pois eu vou deixar de fora os aspectos positivos que encontrou no Plano e no Orçamento, porquanto seria para reforçar esses mesmos aspectos, o que não faria sentido da minha parte, uma vez que já defendi o Plano e o Orçamento na minha intervenção inicial.

Quanto aos aspectos que foram aqui apontados, tais como Serviço Regional de Saúde com dívidas em derrapagem, devo dizer-lhe que quando este Governo tomou posse, uma das coisas com que nos defrontámos foi precisamente com um défice nesse serviço, o qual deva-se dizer em abono da verdade, existe na nossa Região, não sei - confesso - se existe na Madeira, mas no Continente existe certamente um défice com volumes ainda superiores àquele que existe aqui.

Só que o défice não está em derrapagem, porque nós controlámos e contivemos o défice do Serviço Regional de Saúde.

Na altura, mal tomámos posse, uma das preocupações que tivemos - e ainda a viver em regime de duodécimos - foi precisamente fazer antecipações de duodécimos, para pagar tudo aquilo que estava em atraso. E pagou-se e regularizaram-se todos os pagamentos.

Acontece, porém, que com o desenrolar do ano, apareceram novas facturas para pagar, apareceram novos fornecedores ...

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Não senhor, não foi bem assim!

O Orador: ... que precisavam de receber os pagamentos das suas facturas e neste momento o que lhe posso dizer é que o défice está contido e que existe a forte determinação deste Governo em resolver este problema imediatamente, se a Assembleia autorizar o endividamento superior em mais 4 milhões de contos e ao longo de 3 anos se, tal como está programado, houver um endividamento adicional de 2 milhões de contos para o défice do Serviço Regional de Saúde.

Para além disto, o que está considerado nesse serviço - mas depois o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais melhor do que eu poderá esclarecer - é dotá-lo de uma verba acrescida de 1 milhão 149 mil contos, precisamente para fazer face ao aumento de custos dos serviços inerentes, nomeadamente o aumento dos custos de medicamentos e principalmente o aumento de custos com pessoal médico e de enfermagem.

Portanto, quanto ao Serviço Regional de Saúde, ele está contido e o sector está perfeitamente controlado.

Devo também dizer que está a ser feito um grande esforço de reestruturação de todo o sector, mas este aspecto será certamente objecto de intervenção por parte do Secretário Regional da tutela.

Dívida da Região

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Trata-se de 12 milhões de contos com a Lei de Finanças Regionais, como é óbvio.

O que está também aqui em causa na apreciação do quadro financeiro de todo o Plano que acaba no ano 2000, é o novo modelo de financiamento de todas essas despesas. Isto não pode ser avaliado apenas tendo presente o facto da dívida ter sido durante o ano 1997 de 12 milhões de contos. É todo um novo modelo que está aqui em discussão.

É precisamente este novo modelo que levou o próprio PP, quando fizemos a primeira apreciação do PMP, a não votar favoravelmente o mesmo, precisamente porque não estava definido o quadro de financiamento deste mesmo Plano. Agora está e isso

porque existe um novo modelo que é dado pela Lei das Finanças Regionais sobre a qual nós, Governo e todos aqueles que participaram na sua feitura, temos muito orgulho em ter colaborado neste processo.

Portanto, o modelo é diferente e é precisamente por ser diferente que a dívida para o ano de 1998 vai ser de apenas 12 milhões de contos.

Não fosse este novo modelo e estivéssemos nós ainda a regular-nos pelo financiamento do modelo anterior, a dívida em 1998 não seria de 12 milhões de contos, mas sim de 22,1 milhões de contos.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP) : Muito bem, então as minhas contas estavam certinhas.

O Orador: Sim senhor, reconheço que o Sr. Deputado sabe fazer contas.

E elas até coincidem, mas o Sr. Deputado não se pode esquecer que o modelo é diferente.

E se o modelo não se tivesse alterado, a dívida em 1999 seria de 31,6 milhões de contos e no ano 2000 seria de 32,8 milhões de contos.

Isso num total acumulado nos 4 anos, daria 105, 4 milhões de contos. O que quer dizer que se o Estado, no âmbito da Lei de Finanças Regionais, não tivesse assumido a responsabilidade de 110 milhões de contos de dívida, o stock da dívida da Região, no dia 31 de Dezembro do ano 2000, seria de 207,5 milhões de contos. Ou seja, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e Sr^a. Deputada Berta Cabral que também referiu a questão da dívida estando preocupada com o crescimento "galopante" - creio que foi o termo que utilizou - **galopante** seria o crescimento da dívida com o modelo que vinha de trás do governo do vosso partido.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputada Berta Cabral (PSD): Está enganado!

Veja a dívida de 1996!

O Orador: É verdade, Sr^a. Deputada. É só uma questão de fazer contas.

Tenho a certeza de que as minhas contas, tal como as do Deputado Alvarino Pinheiro, estão certas, de modo que se eu as fizer consigo elas também vão bater certo. E vai chegar a este montante: 207 milhões de contos - isto é que seria um crescimento galopante. Mas nós invertemos a situação, em virtude da Lei de Finanças Regionais.

E isto - note-se - com planos de investimento, com verbas substancialmente superiores às do passado.

Voltando ainda ao Deputado Alvarino Pinheiro que referiu também a sua preocupação com o crescimento das despesas com pessoal, adiantando ainda que estavam em causa alguns cidadãos - e depois fez uma proposta que eu não conheço, mas ao longo deste debate terei com certeza oportunidade de conhecer, no sentido de diminuir a carga fiscal - devo dizer-lhe que este Governo já está a trabalhar para que se possa tirar o máximo aproveitamento possível da matéria contida na Lei de Finanças Regionais relativamente à fiscalidade.

Como se sabe, a Lei de Finanças Regionais constitui também a lei quadro que vai permitir a esta Assembleia legislar em matéria fiscal, competências estas que lhe estavam atribuídas desde a revisão da Constituição de 1986 e que até hoje não puderam sequer ser exercida, precisamente porque lhe faltava uma lei habilitante.

A Lei de Finanças Regionais será aprovada amanhã, contudo - e esperamos que não haja nada em contrário - este Governo já está a trabalhar não de hoje, mas sim já no último ou no penúltimo conselho do Governo, no qual se deliberou a constituição de um grupo de trabalho, precisamente para fazer-se toda a legislação que vai ser necessária para o futuro - e que virá a esta Assembleia - no sentido de tirar o máximo aproveitamento possível em matéria fiscal, das competências que nós passaremos a poder exercer.

Portanto, esta é uma questão que está em estudo, que não está esquecida, muito pelo contrário, esteve sempre presente na nossa mente. Para tal, já está constituído o referido grupo trabalho que já começou a trabalhar.

Quanto às despesas com pessoal, gostaria de fazer aqui uma breve observação.

As despesas com pessoal crescem em valor nominal na Proposta de Orçamento que apresentamos 4 vírgula qualquer coisa por cento. Mas, refira-se, que este mesmo crescimento, no Orçamento do Estado que se debate com problemas semelhantes, ou seja, vai evitar também, ou não vai promover despedimentos na função pública, este crescimento foi 8,1%.

Portanto, mesmo nesta rubrica que é a única rubrica que cresce no Orçamento de 1997 para 98, porque todas as outras quer de aquisição de bens e serviços, quer de

aquisições de capital diminuem, e se nós formos ver o total das despesas de funcionamento e se expurgarmos o que pensamos atribuir para a cobertura do défice da Saúde que é de cerca de 2 milhões de contos; e se nós também abstraímos o que pensamos que é necessário para cobrir o défice dos transportes escolares - que são 300 mil contos; e se exceptuarmos ainda o reforço extraordinário que vamos efectuar para fazer uma transferência para a EDA de 847 mil contos, para pagamento de fundos comunitários que entraram nos cofres da Região nos anos de 1992 e 1993 e que nunca foram transferidos para aquela empresa; se nós abstraímos também esta transferência extraordinária que está aqui prevista no Orçamento, nós constatamos que o crescimento nominal e o crescimento real é negativo, nas despesas de funcionamento.

(Aparte inaudível da Deputada Berta Cabral)

Presidente: Sr. Secretário, é só para informá-lo de que já vai com 10 minutos do seu tempo.

O Orador: É que eu ainda tinha aqui mais algumas coisas que não posso deixar de referir.

Presidente: Deixo ao seu critério.

O Orador: Sr. Presidente, quando muito posso conter-me depois, posso falar menos, mas agora tenho ainda duas ou três coisas que não posso deixar de falar nelas.

Deputado Victor Cruz (PSD): Fale à vontade!

O Orador: Quanto à intervenção da Sr^a. Deputada Berta Cabral, principalmente quando referiu que o crescimento do Plano seria de 1, qualquer coisa por cento comparado com o de 1993/96, devo dizer-lhe que não percebo as suas contas.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mas eu depois posso mostrá-las!

O Orador: Eu gostaria mesmo de vê-las.

Eu também depois vou mostrar-lhe as minhas!

Em termos médios anuais e a preços correntes, o investimento previsto no PMP 1997/2000 é duplo comparativamente com o registado no anterior Plano - **duplo!**

Deputada Berta Cabral (PSD): A preços correntes!

O Orador: A preços correntes.

Em termos médios anuais e a preços constantes de 97, a relação entre os investimentos do Plano de 97/2000 e 93/96 é 80% superior. E se exceptuarmos as calamidades, é superior a 64%

Índices utilizados: os índices implícitos no PIB cuja fonte são os relatórios do Banco de Portugal.

Taxas: 1993 - 6,5%; 1994 - 5%; 1995 - 5%; 1996 - 2,1%.

Terei todo o gosto em confrontar estas contas com V. Ex^a!

Por outro lado, se atentar na estrutura de cada um dos Planos e se comparar as mesmas, vai chegar à conclusão de que o peso na estrutura da despesa global do investimento previsto no PMP 97/2000 representa 31,3%, enquanto que no PMP 1993/96 representa 22,7%.

Em contrapartida, o peso das despesas de funcionamento na despesa global atinge, no Plano de 1993/1996, 77,3% e no Plano de 1997/2000, apenas 56%.

Aqui também, e como é óbvio, há o efeito da Lei de Finanças Regionais. Mas o modelo é diferente. E se não fosse diferente, então estaríamos aqui a discutir talvez quem é que "fecha a porta e apaga a luz"! Só que não é isso, felizmente, que está aqui em discussão.

O Sr. Deputado Joaquim Ponte continua preocupado com as autarquias locais!

Deputado Joaquim Ponte (PSD): É verdade!

O Orador: Só lhe fica bem e só se comprova que V. Ex^a. tem uma apetência muito grande pelo Poder Local e espero poder voltar a vê-lo um dia à frente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo!

(Risos da bancada do PS)

Quanto às transferências de verbas para as autarquias, gostaria de aproveitar esta oportunidade para referir que quando este Governo tomou posse, algures em Novembro de 1996, a situação que fui encontrar mais próxima da data em que tomámos posse - uma situação reportada ao dia 29 de Novembro de 1996 - dizia que o que estava em dívida às autarquias - e eu não gosto muito de utilizar a palavra

dívida, porquanto está-se sempre a dever dinheiro às autarquias, tal como esta concepção de dívida é utilizada pelo Sr. Deputado - eu preferia chamar-lhe **conta corrente** com as autarquias, era na altura de 2 milhões 160 mil contos.

De então para cá, e até ao dia 10 de Novembro de 1997, o Governo pagou às autarquias 5 milhões 884 mil contos, dos quais 1 milhão 289 mil contos ainda em 1996, no final do ano e precisamente na altura em que fomos todos afectados pelos temporais que nos assolaram e em que as autarquias tiveram aí algumas dificuldades financeiras, mas foi-lhes imediatamente transferido 1 milhão e 289 mil contos e este ano já foram transferidos para as autarquias 4 milhões 594 mil contos.

Neste momento, a dívida às autarquias ultrapassa em pouco 1 milhão de contos.

Eu gostaria que este número não fosse ultrapassado, mas como o Sr. Deputado vai ver, ela não pode ser de outra maneira, mas vou-lhe explicar porquê.

Neste momento - e agora reporto-me apenas ao ano de 1997 - a Região já recebeu do PEDRAA 6 milhões 512 mil contos e já fez pagamentos por contas de ordem (fundamentalmente para as autarquias) de 5 milhões 668 mil contos, tendo financiado o seu Plano Anual em apenas 843 mil contos - até hoje dia 26 de Novembro de 1997.

Do RÉGIS, a Região recebeu este ano 1 milhão 848 mil contos e pagou (também por contas de ordem) 2 milhões e 79 mil contos. Ou seja, em contas de ordem referentes ao RÉGIS existe um défice de 321 mil contos e em que o superavit do PEDRAA está apenas em 612 mil contos.

É com este dinheiro de fundos comunitários que a Região tem financiado o seu plano de investimentos para 1997 até hoje.

Há atrasos no pagamento dos fundos comunitários, mas não são nossos, são da Comunidade Europeia que deve ao nosso País, neste momento, mais de 100 milhões de contos e que espero - sinceramente - receber algum dinheiro desses fundos até ao dia 31 de Dezembro.

E que dinheiro é que eu espero receber dos fundos comunitários?!

O saldo de 1996!

Porque também já pedi o primeiro adiantamento de 1998 e ainda não recebi qualquer indicação de que será pago este ano.

Oxalá o seja, porque se o for, então terei dinheiro para saldar o saldo da conta corrente que temos com as autarquias. Se não receber, não tenho essa possibilidade. Mas é preciso que se perceba que o atraso não é nosso, é da Comunidade Europeia. Porém, eu estou disposto a negociar com a Associação de Municípios uma outra forma de pagamento, isto é, no início do próximo ano eu pago até ao último escudo o que devo às câmaras municipais e depois farei os pagamentos às mesmas só e quando receber fundos da Comunidade!

Estou disposto e aberto a estudar esta hipótese com as autarquias. E talvez aí se acabe a guerra dos pagamentos em atraso às mesmas, ou talvez já nem seja necessário, porque as eleições autárquicas vão ser já para o mês que vem!

Isto tem sido, infelizmente, uma campanha e uma luta política à volta das eleições autárquicas!

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É pena que assim seja!

Pode ser que para o ano deixe de haver este "leitmotiv" e as regras passem a ser outras!

Relativamente ao défice estrutural constante das contas do RÉGIS, devo dizer que estes pagamentos foram efectuados a uma empresa pública que tinha por receber desde 1995.

Meus senhores, quanto a isto penso que o problema fica resolvido de uma vez por todas e oxalá para o ano nós nos encontremos todos a falar aqui destes assuntos, mas tentando resolver as coisas mais pela positiva e não apenas para tirar efeitos políticos das afirmações que se fazem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As questões aqui colocadas pelo Sr. Secretário Regional das Finanças levantam-me algumas observações.

Em primeiro lugar, e muito rapidamente, quanto à situação do financiamento do Serviço Regional de Saúde, parece-me que todos sabemos que esta é uma matéria em que é preciso reconhecer que o Governo falhou!

Dizer que as coisas estão tal qual estavam quando o PSD era Governo...

Deputado António Menezes (PSD): Estão piores!

O Orador: ... não me parece que seja uma honra para ninguém!

É que se durante anos e anos andámos aqui a denunciar a incapacidade e a inoperância do PSD nessa matéria, Sr. Secretário... neste momento o Governo do Partido Socialista não avançou nesses domínios!

O Governo do PS criou expectativas, criou ilusões junto dos fornecedores. E aquilo que o Sr. Secretário aqui disse e que faz lembrar o que disse aqui há muitos meses de que tinha antecipado os duodécimos do fim para o princípio do ano, V.. Ex^a. não resolveu nada com isso!

O Sr. iludiu as pessoas!

O que se passa é que agora, no fim do ano, não paga, porque não tem duodécimos.

Portanto, um desastre!

Relativamente à questão de fundo, ou seja, a Lei das Finanças Regionais, eu quero registar com agrado a forma correcta como o Sr. Secretário se referiu à proposta de fundo do Partido Popular.

V. Ex^a., efectivamente, reconhece que a Lei é aprovada amanhã e reconhece que há uma proposta do Partido Popular nessa matéria e que aguarda que o PP explicita e desenvolva a mesma.

É uma posição correcta.

Infelizmente, não posso dizer o mesmo em relação ao PSD que, sem conhecer em profundidade a nossa proposta, acabou por tomar aquela posição que tomou - que é de todos conhecida, embora de ninguém compreendida - isto é, aquela posição de que a Lei não tem enquadramento legal, quando sabemos que ela será aprovada amanhã,

e quando sabemos que o novo modelo de finanças assenta na Lei das Finanças Regionais.

Se os senhores se propõem, sem contrapartidas, a viabilizar os Planos do Governo Regional, é porque aceitam que realmente vai haver implicações da Lei das Finanças Regionais.

Agora, Sr. Secretário Regional das Finanças, as implicações têm que ser integrais.

Eu tenho que referir aqui que V. Ex^a. apresenta os mapas financeiros que fundamentam as verbas apresentadas para o quadriénio, esquece-se e o Governo também, que no articulado da Lei das Finanças Regionais, além do pagamento da dívida, do saneamento financeiro - porque é muito bonito dizer que o Estado em 1998 vai assumir 62 milhões de contos da dívida da Região, que o Estado em 1999 vai assumir os 40 e tal milhões restantes para perfazer os 110 milhões, mas os senhores disso não se esqueceram, como não se esqueceram de traduzir nas perspectivas financeiras para o quadriénio os benefícios que isso traz para a Região e muito bem - mas esqueceram-se (volto a repetir) de explicitar neste Plano a Médio Prazo qual é a vossa política fiscal. Os senhores esqueceram-se de dar uma garantia ao povo dos Açores de que têm uma intenção de diminuir a taxa do imposto na Região. E isto é uma faculdade que esta Lei também nos dá.

O que eu quero dizer é que os senhores lembram-se de uns artigos, aqueles que vos convêm, e não se lembram de outros que são os que convêm ao povo dos Açores.

Deputado José Monjardino (PP): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E aqui fica a seguinte suspeita - por isso eu gostaria de uma declaração de V. Ex^a. Ou seja, há um outro artigo - o 30º - que diz que a Região Autónoma dos Açores pode criar adicionais de 10% aos impostos da Região.

É isso que os senhores querem!

Aqueles que estão contra a proposta de fundo do Partido Popular de aproveitar a Lei para reduzir a taxa de imposto, será que estão a favor do outro artigo que diz que se pode adicionar em 10% as taxas de imposto nos Açores?!

É isto que nós queremos ver aqui esclarecido.

E não me venham dizer que pelo facto de a Lei não estar aprovada hoje, mas sim só amanhã, não podemos discutir isso aqui. Porquê?!

Porque nós estamos a discutir - como bem disse o Sr. Secretário Regional - a política da Região até ao ano de 2001.

Então discute-se a política até ao ano 2001 sem se discutir aqui a capacidade fiscal da Região?!

Ou não será verdade que estamos todos influenciados para discutir planos e orçamentos na base de que são precisos 50 mil contos para o centro de saúde X, e que são precisos mais 20 mil contos para a casa de matança Y?!

Será que não somos capazes de sair da dimensão que alguns chamavam de "assembleia municipal" que ao cabo e ao resto fomos aqui obrigados a ter durante anos, exactamente porque não tínhamos instrumento fiscal?!

Será que este debate não podia ser histórico se cada um soubesse exercer aqui o seu papel?! Se cada um trouxesse para aqui as suas propostas? Se não andassem alguns apenas preocupados com as propostas dos outros e a tomar atitudes que inclusivamente... se calhar o Governo é que está de parabéns, porque antes de ter que dar contas aos representantes do povo dos Açores, já sabe que vai ter o seu Plano aprovado, coisa que eles nunca sonharam quando entraram aqui dentro!

Presidente: É só para informar que o Sr. Deputado já ultrapassou os 6 minutos.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente, com a vossa benevolência.

Queria, portanto, com isto concluir que me parece haver razões imperativas para que, durante estes três dias que vamos estar nesta Assembleia, se discuta, pela primeira vez - porque a História assim o determina - a forma como vamos utilizar a capacidade fiscal que a Lei das Finanças Regionais nos traz.

É nisso, Sr. Secretário, que vamos colocar todo o nosso empenho para que assim aconteça.

Muito obrigado.

Deputados José Monjardino e João Greves (PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

Deputado António Menezes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Secretário das Finanças suscitou-me algumas questões e a primeira relaciona-se com a forma - digamos - habilidosa como ele apresentou e utilizou alguns números deste Orçamento.

Com todo o devido respeito, devo-lhe dizer que não me parece válido argumentar em relação a uma pergunta de um deputado, dizendo que "a não ser a componente de pessoal que teve um aumento de 4%, todo o restante Orçamento diminuiu", se excepcionarmos o aumento do Serviço Regional de Saúde, o aumento da acção social escolar, os 800 mil contos para a EDA, no fundo, as grandes fatias de crescimento das despesas correntes.

Se o Sr. Secretário tivesse avançado ainda mais e se retirarmos mais isto e mais aquilo, até pode chegar à conclusão que tem um orçamento zero.

Penso que não é essa uma forma correcta de abordar estas questões.

Efectivamente, está demonstrado - e é com números do vosso Governo, não são números que eu tenha trazido do tempo em que estive na Secretaria - que a situação de crescimento do Orçamento e da dívida do Serviço Regional de Saúde é extremamente preocupante.

Eu diria mais do que aquilo que disse o Deputado Alvarino Pinheiro: não é igual ao que vinha do passado, é pior do que isso!

Pela simples razão de que na anterior Legislatura, de 1993 para 1996, as verbas provenientes de transferências orçamentais - já nem sequer estou a falar nas verbas de receitas próprias, porque aí podemos discutir sobre isso - houve um aumento de 2 milhões de contos. Ou seja, no quadriénio anterior, as verbas do Serviço Regional de Saúde aumentaram 2 milhões de contos, à ordem de 2,5% ao ano, numa altura e num período em que se abriram serviços, se adquiriu equipamento pesado, vieram novos especialistas e também numa altura em que a inflação e o aumento de preços era superior ao que é neste momento.

De 1996 para 1998, as transferências do Orçamento da Região para o Serviço Regional de Saúde cresceram 6 milhões de contos, ou seja, 30% à média anual de 14.16 (de 96 para 97) e de 13.7 (de 97 para 98). 30% em 2 anos, quando nos últimos 4 anos tinha sido de 10% com situações diferentes.

Segundo os números que os senhores indicam, nós deixámos no dia 9 de Novembro a administração do Serviço Regional de Saúde com uma dívida que V. Ex^{as}. apontaram de 5,2 milhões de contos.

Tiveram nesse ano de 97 para 98 um aumento, logo à cabeça, de mais 3 milhões de contos.

Eu não sou Secretário das Finanças, mas penso que foi um erro a antecipação de metade dos duodécimos num ano para pagar as dívidas todas. E o Sr. diz que pagou.

Neste momento tem 7 milhões. Teve mais dinheiro no Orçamento e não houve derrapagem?!

Eu penso que estamos numa **perigosíssima** derrapagem!

E essa derrapagem, quanto a mim, tem a ver com alguma preocupação que houve de desmontar todo um sistema, ou toda uma orientação, que custou a montar, porque é difícil fazer uma política de gestão apertada, desmontou-se um determinado sistema e um certo rigor, penso que o "carro" entrou em aceleração pela ladeira abaixo e, por mais que faça o Sr. Secretário nos tempos mais próximos com "travões de disco" e com "ABS", vai ser difícil **travar** este "carro" do Serviço Regional de Saúde que entrou à desfilada pela ladeira abaixo!

Eu pergunto ao Sr. Secretário das Finanças se não está preocupado com o crescimento descontrolado - na minha opinião - que está a ter o Serviço Regional de Saúde?

Mas o Sr. Secretário, para além destas áreas, tem também como responsabilidade a Administração Regional.

Uma das preocupações deste Governo que resultou igualmente de decisões desta Assembleia no ano passado, foi a reestruturação e modernização da administração pública regional que passava - até porque tinha havido uma alteração da macro-estrutura do Governo - por elaboração e reformulação de todas as orgânicas.

Passou-se um ano e agora gostaria de perguntar-lhe quais foram as orgânicas dos departamentos regionais que saíram?

E quando é que vão sair, porque 1 ano é demais para um Governo que estava tão convencido da necessidade de modernizar e reestruturar, não ter já semi-preparado orgânicas para, num curto espaço de tempo, deitá-las cá para fora?

Passou-se um ano e que eu saiba, não há ainda uma única orgânica e uma reestruturação global de departamentos da Administração Regional.

Para terminar, apenas mais duas questões.

Na diminuição do peso da administração e na diminuição dos encargos correntes, foi também deliberado por esta Assembleia a redução do número das chefias da administração regional em cerca de 15%, tais como direcções de serviço, chefias de divisão e eventualmente direcções regionais.

Qual foi a diminuição, isto é, quantas chefias foram eliminadas?

A outra questão que gostaria de referir prende-se com a decisão de propor ao Governo da República medidas de descongestionamento da Administração Regional, permitindo que funcionários possam passar para a aposentação ou para outras formas de prestação de serviço, aliviando a própria administração.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Essa foi uma proposta do PP.

O Orador: A proposta foi do PP, mas a decisão veio da Assembleia. Nós estamos aqui a falar em termos de decisão.

Gostaria, portanto, de saber quais foram as medidas que o Governo Regional, neste momento, propôs ao Governo da República, no sentido de promover o descongestionamento da Administração Regional?

Em relação às privatizações...

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Outra medida nossa!

O Orador: ... gostaria de saber, relativamente ao último ano, quais foram aquelas efectivamente feitas, na medida em que no anterior governo já havia uma comissão a estudar esta matéria e pelo menos uma privatização foi feita que foi os serviços e o refeitório da OSTRAP que passaram para o Modelo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): As respostas dadas pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, realmente suscitam-me mais algumas questões que eu gostaria de colocar.

Efectivamente, quando diz que as despesas da Administração Regional para 1998 baixam todas, com excepção das despesas com pessoal, eu gostaria de precisar melhor.

Na realidade não é assim, porque as despesas com pessoal aumentam 4,4%, mas as outras despesas correntes, ou seja, a dotação provisional, aumenta 11,6%. Se adicionarmos isto às despesas com pessoal, poderemos ter um crescimento de 11,2%. Portanto, logo aqui verifica-se um aumento considerável.

Todas as outras rubricas sobem, podem subir pouco, mas sobem. Com excepção dos encargos correntes com a dívida e os passivos financeiros, por razões óbvias. Ou seja, se se dá a transferência dos empréstimos para a República, e se há abaixamento das taxas de juro, obviamente são essas duas rubricas que têm, forçosamente, que descer. Mal de nós se assim não fosse!

Portanto, há aqui uma compensação de 3 milhões de contos de passivos financeiros, em termos de despesa, o que é muita coisa, comparado com os 0,7 que referiu para a EDA e com os 0,3 que referiu para a Acção Social, isto é, com os transportes escolares.

Em relação ao endividamento e ao crescimento do PMP, devo dizer-lhe que é deveras preocupante 12 milhões de contos com a Lei de Finanças Regionais. E qualquer pessoa tem que constatar isso, porque se em 1996 contraímos 13 milhões sem Lei de Finanças Regionais, 12 milhões agora, depois de uma transferência de mais 10 milhões, é muito!

Vejamos o seguinte: quando o Sr. Secretário diz que isto decorre do novo modelo, então a minha preocupação aumenta, porque se o novo modelo conduz a isto, aí temos que repensá-lo mesmo.

Se o Sr. Secretário diz que a dívida da Região seria muito maior se não houvesse a Lei de Finanças Regionais, pois naturalmente que sim. Mas não seria tanto quanto disse, porque está-se a esquecer de um pressuposto importantíssimo, ou seja, o Sr. Secretário fez as contas com **o seu Plano**, não fez contas com o Plano e com o Orçamento se o PSD estivesse no Governo.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Pois não! Porque aí seriam 8 milhões.

A Oradora: Portanto, não são coisas comparáveis!

O Sr. Secretário não pode fazer o cálculo do endividamento daqui a 4 anos, com planos que são seus, com despesas que são suas - não pode!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): E que são expansionistas.

A Oradora: Seja como for!

Até podiam ser maiores, o que não pode é dizer que isso se processa dessa forma, porque não é com certeza!

Basta olhar para 1996 e verificará que não poderia ser assim! Nem precisa de fazer grande esforço.

Quanto à actualização do Plano a preços de 97, também tenho o meu modelo e terei todo o gosto em facultá-lo ao Sr. Secretário.

Utilizando a inflação de 7,7 em 93, de 6,6 em 94, 5,4 em 95 e 2,5 entre 96 e o ano 2000, tem o plano de 97/2000 actualizado a preços de 97, isso dá 168 milhões de contos. O de 93/96 actualizado também a preços de 97, com as inflações que lhe referi, dá 145 milhões de contos.

As calamidades actualizadas a preços de 97, são 15 milhões de contos. Se retirar os 15 aos 161, verificará que fica com 146 milhões de contos. É tão simples quanto isto.

Em relação à questão do teste de veracidade, tenho que reconhecer que não respondeu directamente à pergunta que lhe coloquei e não falou também dos impactos do Plano na economia - e isso é que é importante.

Quanto ao IRS e ao IRC a que já fez referência o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu devo esclarecer um ponto para que não fiquem quaisquer equívocos: o PSD entende que esta não é a altura para se discutir reduções de taxas, mas pode-se perfeitamente discutir as orientações futuras dos benefícios fiscais e de tudo o que se entenda ser redução à colecta, redução ao IRS e ao IRC.

Vou até mais longe, para dizer que se pode avançar até aos impostos especiais, às taxas e coimas, a toda a panóplia de instrumentos fiscais que a Lei de Finanças Regionais nos vai conferir.

Portanto, o que nós afirmámos ontem e afirmamos hoje, é que não há quadro legal para aprovar coisa nenhuma.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Nós nunca dissemos isso!

A Oradora: Mas há condições para se discutir intenções. E certamente haverá oportunidade para se discutir nesta Câmara as quantificações das deduções à colecta,

às taxas, aos adicionais, enfim, a tudo o que se entender discutir, de acordo com a Lei de Finanças Regionais que é de facto a lei quadro que nos vai permitir isso.

Porém, que não se tente pontuar politicamente, e foi o que aconteceu, dizendo que se vai reduzir 20% no IRS.

Deputado José Monjardino (PP): E pode-se fazer isso!

A Oradora: Explique-me porquê?!

Porque o Sr. pegou numa folha e escreveu "em cima do joelho" 20%?!

Há razões reais, visíveis, estudadas, para se apontar esse valor?!

Deputado José Monjardino (PP): Há sim senhora!

A Oradora: Não há, desculpe mas não há!!

Então, na altura própria eu quero ver se vão manter os 20%!

Há ainda a questão do IRC. Porque é que é 20%?!

Eu proponho desde já 30%!

O máximo dos máximos!

E se a Lei de Finanças Regionais permitir mais do que isso, eu até vou mais longe!

Porque, efectivamente, com uma receita de 2 milhões e meio de contos que não representa nada nas receitas regionais, porque é que não se há-de pedir a todos os açorianos que façam mais esse esforço e, a prazo, teremos muito mais indústrias, muito mais economia, muito mais gente a pagar impostos e em vez dos 2 milhões e meio, então talvez nessa altura teremos o dobro e por aí fora.

Portanto, digo-vos já que 20% é pouquíssimo!

(Risos da bancada do PS).

Eu iria ao máximo. E se o máximo for mais de 30%, pois serão mais de 30%!

Quanto à colecta, será que se esqueceram das deduções a ela?!

Isso é o mais importante. Ou seja, são as deduções à colecta para as empresas terem oportunidade de reinvestir lucros nelas próprias, em vez de fazerem um exercício anual terrível de os ter que esconder.

Isso é que é o mais importante, isto é, a transparência na economia real.

É a transparência das acções dos agentes económicos.

É dar oportunidade de eles serem, de facto, empresas sólidas, reinvestindo os seus lucros nas suas empresas, captando outras empresas.

Mas na vossa proposta não falaram nisso. Porquê?!

Deputado José Monjardino (PP): Não a fizemos ainda!

A Oradora: Porque não chegou a altura - é óbvio!

Só que nós vamos ter que fazer este exercício aqui e fá-lo-emos com todo o gosto.

Por muito que algumas pessoas pensem que os deputados desta Casa não têm condições para discutir esse assunto, digo-vos que eles têm todas as condições!

Teremos todas as condições para discutir esses e todo e qualquer outro assunto sobre essas matérias fiscais, financeiras ou outras!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: E quando não tivermos, há os mecanismos dos assessores - não necessariamente os adjuntos dos Grupos Parlamentares - que nós podemos contratar e que esta Assembleia tem obrigação de pagar, assim como faz com todos os outros órgãos desta Região, para termos as consultadorias e os apoios necessários em todas as matérias de grande especialidade.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Mas até aí já nós chegámos, Srs. Deputados!

Escrever numa folha 20% de IRS, 20% de IRC, esquecendo o mais importante, até aí chegámos nós e vamos muito mais longe!

E teremos o maior gosto em ter esse debate aqui a qualquer altura!

Venha a Lei de Finanças Regionais, seja ela aprovada, seja ela publicada - porque ela não vai ser publicada nem hoje nem amanhã - entre ou não ela em vigor, pois ainda tem o "vacatio legis", e então discutiremos tudo isso!

Estamos cá para isso e não para outra coisa!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito breve.

Tentei obter alguns esclarecimentos do Sr. Secretário, mas penso que não fui bem interpretado. V. Ex^a. chegou mesmo a fazer alguns juízos de valor sobre a intenção das minhas perguntas que estavam longe da minha mente e, portanto, peço-lhe que futuramente não faça esses juízos temerários, porque eles não me passaram pela cabeça. Muito menos esperava ouvir insultos do Sr. Presidente do Governo, mesmo em voz baixa, que não lhe admito desde já...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Eu?!

O Orador: ... e peço que os não repita, pois não lhe ficam bem e porque não correspondem à verdade!

Ah o Sr. Presidente não se lembra?!

Eu percebi o Sr. dizer que eu não fosse mentiroso e eu de facto não estava a dizer nada que não fosse verdade, portanto não lhe admito essas questões!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O Sr. Deputado deve estar com alucinações.

O Orador: Todavia, Sr. Secretário, ficaram duas questões por responder que eu gostaria, se possível ainda, ver esclarecidas.

O que é que o seu Governo e o Sr. Secretário pensam quanto às transferências de competências para as autarquias locais?

Julgo que isso depende da sua Secretaria e penso também que uma orientação política nesse sentido deve vir do Sr. Secretário. Ainda que genericamente, penso que esta Casa merece saber o que é que os senhores pensam sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas uma breve intervenção para tentar pôr "travão de discos" a certas coisas que têm vindo a ser ditas aqui.

Gostaria de informar esta Câmara que a dívida vencida a fornecedores do Serviço Regional de Saúde que se reporta ao dia 12 de Novembro, era de 3 milhões 978 mil e 200 contos, portanto nada daquilo que os Srs. Deputados estiveram aí a dizer.

Por outro lado, gostaria igualmente de dizer que esta dívida é inferior à dívida homóloga do ano passado.

Portanto, na realidade não há qualquer derrapagem.

Quanto à Câmara do Comércio e à Associação de Farmácias, estão nesta altura a decorrer conversações, nalguns casos já muito avançadas pois até já se chegou a entendimentos, que visam resolver esta questão. E visam a resolução desta questão, através de mecanismos que os senhores em pelo menos 12 anos - porque durante todo esse tempo o défice foi constante e crónico - nunca tiveram a coragem sequer de ensaiar.

O Sr. Deputado António Menezes, enquanto governante, usou a dívida como instrumento de política...

Deputado António Menezes (PSD): E de boa gestão!

O Orador: porque não teve a coragem de pôr travão, isso sim, ao funcionamento do sistema.

Isso demonstra a sua incapacidade para gerir as coisas, bem como a sua falta de capacidade para assumir o problema de frente, que é o que está agora a ser feito.

Portanto, Sr. Deputado, antes de falar em derrapagem, ponha travão à sua demagogia, informe-se e depois fale!

Muito obrigado.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem prejuízo da intervenção que vou fazer daqui a pouco, gostaria de referir algumas coisas acerca da dívida.

Eu gostaria de começar por dizer que esses montantes que referem, tais como 50 milhões no ano 2000, etc., isso só se vai verificar nesse ano e aí o endividamento vai ser reduzido a zero. Ou seja, no ano de 2001, nós vamos ter um orçamento equilibrado, um orçamento em que não será necessário endividar-nos mais.

Além disso, neste caso que foi aqui falado de que se não fossem as transferências do Orçamento de Estado a capacidade de endividamento chegaria aos 22 milhões de contos, eu pergunto porquê?

Reparem: se formos ver os défices apenas nos últimos 3 anos, sem contar com as transferências do Orçamento do Estado, verificaremos que em 95 foram 10 milhões e 700 mil contos; em 96 12 milhões e 400 mil; em 97 foram 14 milhões e 100.

O que é que isto significa?

Significa que se nós retirarmos - e temos que retirar - ou melhor, se fosse mantida a política de endividamento da Saúde, nem tão pouco se trata das transferências que o Governo quer para este sector, é só manter a política de 2 e meio percento ao ano, tal como referiu o Deputado António Menezes. Ou seja, se mantivéssemos essa política, o défice corrente estaria ao nível de 1995.

Então onde é que está a derrapagem?!

Quanto às despesas com pessoal, eu não percebo como é que elas crescem muito.

Eu penso que em termos de despesas com pessoal, o que está no Orçamento é excelente. Eu até arriscaria a dizer que não se vai cumprir aquele aspecto dos 4,4%.

Quando as despesas com pessoal aumentam 4,4%, em termos de previsão; quando está previsto para os funcionários públicos um aumento de 3%; e quando há estudos que apontam para que se não houver aumento das remunerações, apenas as subidas de escalão, as despesas com pessoal dos mesmos funcionários aumentam 4,5% ao ano, ora 4,5 mais 3 dá 7,5.

O que é são os 7,5%?

Se fizerem as contas com o valor que aí está previsto acrescido de 1 milhão de contos da dotação provisional - que são 2 milhões e tal - isso vai dar os tais 7,5%.

Onde é que está afinal a derrapagem?!

Querem despedir funcionários públicos?!

É óbvio que as despesas com pessoal têm que aumentar, porque há funcionários públicos a quem tem de se pagar - só isso!

As despesas no sector da Saúde têm que aumentar, porque há doentes, há médicos e há hospitais para pagar.

É, sobretudo aqui que o Orçamento faz a diferença em relação aos anteriores. Ou seja, onde foi possível poupar, poupou-se. E onde não foi possível poupar-se, conteve-se.

Por isso é que eu acho que o Orçamento deste Governo é excelente.

Quanto à política fiscal que o PP aí colocou, eu penso que de facto os 20% podiam ser 25%. E vir para a televisão com aquela maneira própria de dizer "nós vamos propor e o governo vai fazer", eu acho que isso não é uma política transparente.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): É uma política objectiva.

(Risos da bancada do PSD)

Isso é chantagem!

Ainda por cima quando a Lei ainda não está aprovada, é o mesmo que dizer "nós enviamos o primeiro foguete e depois vamos ver quem vem atrás!".

Isso não é transparência, pelo amor de Deus!

Se querem trabalhar - em termos da dotação fiscal - tendo em conta a Lei que vai ser aprovada, vamos nesta Assembleia discutir, o que é possível fazer, cada um apresenta a sua proposta e depois vamos ver quais são as propostas que vencerão.

Eu também penso que esta Assembleia tem juristas suficientes e assessores suficientes para poder adaptar essas leis e não como dizem lá fora que os deputados desta Casa não têm capacidade para isso. Por isso admiro-me que não tendo capacidade, proponha-se logo os 20%. Se não há capacidade para uma coisa, como é que há capacidade para adiantar os 20%?!

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e directamente para o Sr. Deputado Élavai, devo referir que ele faz alguma confusão sobre certos comentários e observações da opinião pública, relativamente à proposta do Partido Popular.

Portanto, o Sr. Deputado é infeliz, é descabido, anda distraído!

Segunda questão:

Começámos a perceber o que é perturba algumas das intervenções aqui feitas.

O que perturba é o facto do Partido Popular ter preparado a sua posição relativamente a este debate e a este processo.

O que perturba é o facto do Partido Popular ter consciência de que estamos aqui a discutir, a apreciar e eventualmente a aprovar ou não, a política do Governo Regional para 4 anos.

Por conseguinte, o que é lamentável é que, e eu há pouco louvei o Sr. Secretário Regional por ter tido uma atitude ponderada e correcta, mas agora tenho que condenar o Sr. Deputado Élavai, porque nem sequer está atento para perceber e seguir a orientação de princípio apresentada pelo Sr. Secretário.

O Sr. Deputado vem tomar uma posição exactamente contrária, uma posição que revela mau perder, na medida em que coloca aqui a questão da proposta do PP apontar para uma redução de 20%.

O Sr. Deputado não reconhece que não tem qualquer informação sobre a nossa proposta.

Então se estivesse calado tinha ganho muito mais!

Deputado Augusto Élavai (PS): Não, vocês é que não a deviam ter apresentado antes!

O Orador: O Sr. Deputado não se esqueça que há aqui duas situações:

1ª - O Grupo Parlamentar do Partido Socialista só tem aqui dentro 24 deputados. E que o Sr. controle o comportamento e a postura dos socialistas aqui dentro, é problema seu e nem sei se o controla.

2ª - O Grupo Parlamentar do Partido Popular tem 3 deputados e actua por vontade própria, já o demonstrou e vai continuar a demonstrá-lo.

Era o que faltava se alguém quisesse condicionar o tempo e a hora em que o Partido Popular apresenta as suas propostas!

Mais: este é o segundo debate dentro do novo xadrez político.

Nós tivemos uma experiência o ano passado também inédita, e que foi fazermos a apresentação de todas as nossas propostas no início do debate, divulgando-as perante todos os Srs. Deputados, elenco governativo e comunicação social.

Sabe qual foi o resultado?! Três dias depois estavam aqui propostas copiadas pelos outros!

(Risos das bancadas do PSD e do PS)

Portanto, nós também aprendemos ao longo destes 3 anos!

Deputado José Monjardino (PP): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Toda a gente se lembra - e há que fazer justiça - que nós apresentámos as nossas propostas. E os outros, não tendo ideias, vieram apresentar cópia das nossas propostas, salvo uma ou outra da sua autoria.

Portanto, nós sabemos que cometemos algumas aventuras. E a aventura maior é termos ideias e às vezes termos razão antes do tempo.

E o que espanta, principalmente nos senhores que são dois grandes grupos parlamentares - 24 de cada lado - no fundo, é não trazerem coisas para aqui!

Peço desculpa, mas tenho que dizer isto, sem ofensa!

Percebo também que isto vos perturba. Perturba-vos o facto do Partido Popular chegar aqui com propostas.

Alguns até perguntavam "como é que o PP vai para este debate...?"

O PP trabalhou a nível do seu grupo parlamentar. O PP reuniu com as estruturas do partido e definiu uma estratégia para este debate. E está a defendê-la e vai continuar a fazê-lo.

Coisa mais difícil é a defesa que o Grupo Parlamentar do PSD está tentando fazer, devido à posição que assumiu, porque também - e aí permita-me a ilustre Deputada Berta Cabral - devo dizer que V. Ex.^a desconhece a nossa proposta.

O Deputado Élavai disse que nós tínhamos escrito essa proposta.

O Sr. viu alguma coisa escrita nesse sentido?!

Deputado Augusto Élavai (PS): Não vi, mas calculo!

O Orador: Ah é porque se viu, só se houve alguma fuga do meu Grupo Parlamentar!

(Risos da Câmara)

Porque a nossa proposta está bem guardada e a Sr^a. Deputada não conhece a nossa posição.

O meu líder de bancada, e meu ilustre colega, apontou para uma meta.

E a Sr^a. Deputada, como economista que é, sabe que a nossa tendência é para quantificar. E não há nenhum mal nisso!

Tanto não há que a Sr^a. Deputada até admite que, por si, podia ser 30 - ótimo!

Nós sabemos que uma redução de 20% no IRC já é muito razoável, é moderada...

Deputada Berta Cabral (PSD): Por isso é que eu acho que devia ser mais!

O Orador: ... atinge 2/3 da capacidade e só custa às receitas regionais meio milhão de contos, podendo ter um efeito positivo e dinamizador na economia regional.

Portanto, nisso estamos de acordo.

Os senhores deviam ligar-se mais a nós e menos aos socialistas!

(Risos da Câmara)

É verdade!

Se há uma nova orientação no PSD - e eu espero que haja...

Deputada Berta Cabral (PSD): Aqui não há nada de novo, somos coerentes!

O Orador: Mas devia haver um novo modelo político do PSD.

O PSD não devia ter qualquer complexo - permitam-me o termo - de estar ao lado de uma proposta do PP que se calhar coincide com os vossos pressupostos.

Então se coincide, vamos em conjunto, fazer com que a Assembleia aprove uma orientação, porque os senhores não conhecem o conteúdo da nossa proposta.

Nós estamos também a falar no PMP.

E eu já disse há pouco ao Sr. Secretário, mas volto a repetir, a Lei não está aprovada, ainda nem sequer foi publicada, mas as suas repercussões estão derramadas no quadro financeiro de suporte do PMP.

Se nós queremos reduzir a taxa de imposto, nós temos que acautelar em 99 e em 2000 que haja uma quebra nas receitas fiscais da Região. E isto não está previsto nos mapas do PMP.

Por isso, é bom ter isto como orientação política, é possível, é desejável estar.

Quanto aos estudos, nós sabemos bem quais são e também têmo-los feito, porque também temos assessores e adjuntos, coisas que alguns gostariam de ter, mas não têm coragem para isso!

Deputado Victor Cruz (PSD): Faz parte da nossa contenção de despesas.

O Orador: Nós temos plena consciência de que neste debate essas matérias devem ficar consagradas.

E, eventualmente, se houver nesta Casa um consenso para amarrar a política do Governo Regional a uma diminuição da carga fiscal sobre os açorianos, porque é que não havemos de fazer isso aqui?!

Nós estamos abertos e a nossa proposta é nesse sentido.

Presidente: Sr. Deputado, permita-me chamar-lhe a atenção de que já ultrapassou os 7 minutos.

O Orador: Agradeço a atenção do Sr. Presidente e já vou terminar.

Portanto, julgo que está clara a nossa proposta de trabalho.

E quando na especialidade nós tivermos oportunidade de trabalharmos sobre os documentos, eu espero que não haja complexos, espero que o PP não fique penalizado por ter tido a ideia e espero que a gente, em conjunto, consiga resolver um problema que é útil para a economia dos Açores e para os açorianos - isto é que é importante.

Esqueçam que a iniciativa foi do PP. Não façam guerra contra o PP, porque fazer guerra contra o PP, é fazer guerra contra os contribuintes dos Açores, nesta matéria.

Deputado José Monjardino (PP): Muito bem! Muito bem!

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeira coisa: o Sr. Deputado Augusto Élavai disse realmente uma série de verdades de "La Palice". Ou seja, gasta-se com o pessoal, tem que se pagar. Gasta-se na Saúde e tem que se pagar - é lógico.

No entanto, vem dizer depois que o acréscimo da Saúde é que justifica o aumento do défice.

Então, eu penso que ficou provado que a derrapagem é muito maior.

(Risos das bancadas do PSD e PP)

Deputado Augusto Élavai (PS): É para pagar as dívidas!

A Oradora: De facto, em 1996 o Serviço Regional de Saúde teve um aumento de 700 mil contos. Em 1997, na parte que diz respeito exclusivamente às transferências correntes, teve um acréscimo de 2,4 milhões de contos. E em 1998 estão propostos 3,5 milhões de contos de aumento.

Portanto, dizer-se que o défice mantém-se quando se teve mais 2,4, quando se tem mais 3,5 milhões de contos, de facto a derrapagem é óbvia e não fui eu que a demonstrei. Foi o Sr. Deputado Augusto Élavai que a demonstrou.

Esta é uma questão encerrada.

Quanto ao endividamento, Sr. Secretário Regional das Finanças, eu ainda queria pôr "mais uma acha para essa fogueira". É que eu não vejo neste Orçamento nenhuma referência à extinção da conta gratuita do Banco de Portugal e ao consequente endividamento que isso acarretará para a Região, bem como a autorização que esta Assembleia vai ter que dar para esse endividamento.

Última questão: **impostos.**

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Eu não conheço a sua proposta, porque o Sr. não a entregou nesta Câmara. Mas conheço, obviamente, porque ouvi as declarações do Presidente do seu partido - seu ilustre colega de bancada - e parto do princípio que o que ele disse é exactamente aquilo que vão fazer. Ou então, estamos todos aqui a enganar-nos uns aos outros.

Ele disse muito claramente, em pose de estado - o que muito desagradou a bancada do Partido Socialista, e com razão! - que "o PP propôs, o Governo fez"! "O PP propôs, o Governo vai fazer"!

E disse mais: disse que ia propor 20% de redução no IRS e no IRC.

Portanto, dou como boa essa proposta, por isso digo que não há enquadramento legal para se aprovar, neste momento, coisíssima nenhuma em termos de taxas, em termos de quantificação dos benefícios fiscais que queiram atribuir, não há!

Quando diz que é preciso definir a política fiscal, eu não sei como é que define essa política, sem definir os impostos e as taxas em que se vai trabalhar.

Portanto, o que o Sr. Deputado quer fazer crer - e sobre isso vamos estar com certeza de acordo - é que se deve proceder a uma baixa dos impostos sobre o rendimento - foi isso que o Sr. propôs - e eu acrescento que se deve ir mais longe e que se deve pôr também a colecta. E sobre intenções, estamos todos de acordo, aliás a própria Lei de Finanças Regionais tem isso implícito, por isso estamos em concordância sobre isso e não há que ter quaisquer receios, porque nós não temos complexos sobre de onde é que vem a iniciativa. Aliás, a iniciativa da colecta eu faço questão que ela seja minha. Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, atingimos o período regimental para interrompermos os nossos trabalhos. Ainda havia 3 inscrições, mas vamos deixá-las para depois do almoço.

Lembraria aos membros da Comissão Permanente, aos membros da Mesa e aos presidentes de Comissões que está prevista uma reunião para as 14,00 horas.

Antes de interromper a Sessão, vou dar uma informação sobre os tempos agora disponíveis.

Assim sendo, temos:

Governo - 4 h, 08 m, 30 s;

PS - 4 h, 44 m, 30 s;

PSD - 4 h, 31 m, 45 s;

PP - 1 h, 05 m, 10 s;

O **PCP**, como ausente, tem o tempo integral.

Então um bom almoço e até às 15, 00 horas.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15,20 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para esclarecer o caso das dívidas com o Sector da Saúde, assunto em que a Deputada Berta Cabral continuou a insistir.

O que eu disse, e é verdade, é que se nós fizéssemos o mesmo que fez o PSD, isto é, não pagando aquilo que se devia pagar, o défice estaria ao nível de 1995.

Foi isso que eu tentei demonstrar. Ou seja, se não se aumentasse as despesas ou as transferências para o sector da Saúde, ficaríamos com uma dívida muito maior do que a que temos.

Portanto, o Governo conseguiu estancar a dívida e está a conseguir pagar a dívida em 3 anos.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para intervir no debate.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados:

Apenas para prestar um curto esclarecimento, no sentido de aclarar algumas convicções da parte do Governo Regional.

Como é sabido, a Lei de Finanças das Regiões Autónomas que hoje esteve a ser apreciada ao nível de comissões parlamentares, na especialidade, e que poderá ir a plenário em meados do mês de Dezembro, é uma lei importante para os Açores e que confere à Região, ou explicita, um conjunto de poderes que virão a ser exercidos pelos Açores, designadamente na área fiscal.

Tratou-se de uma grande batalha, operada felizmente com êxito, em que os órgãos de Governo próprio da RAA muito insistiram para que a Lei de Finanças das Regiões Autónomas não constituísse apenas um instrumento regulador de transferências financeiras do OE para o Orçamento Regional. E que não constituísse apenas um instrumento, com vista ao equilíbrio das contas regionais.

Para nós, a Lei de Finanças das Regiões Autónomas sempre foi, e seguramente que o é na sua versão actual, um instrumento da política económica dos órgãos de Governo próprio da Região que, entre outros aspectos, possibilita que a nossa Região possa intervir na área fiscal, favorecendo condições - a montante - da nossa actividade económica, bem como empresarial.

Não passa pela cabeça de ninguém, por mais viciosa que seja a mentalidade ou mais vicioso que seja o raciocínio, que uma região se bata tão denodadamente pela obtenção de poderes na área da fiscalidade, para aumentar impostos.

É algo que não passa pela cabeça de ninguém que tenha boa fé!

Só pessoas com má fé, poderão pensar que depois de uma batalha tão grande, nós desejaríamos aumentar o IRS, aumentar o IRC ou outras taxas que tenham significado na nossa economia.

Portanto, a ideia de baixar impostos - permitam-me que o diga - é pelo menos uma ideia (açorianamente falando) universal.

Não há nesta Assembleia, nenhum proprietário da baixa de impostos. Ninguém que tenha tido a ideia primeiro, porque isso é propriedade do senso comum e não de nenhum deputado ou líder iluminado!

O Governo Regional, em conselho de governo recentemente realizado no dia 8 de Novembro, deliberou constituir um grupo de trabalho, presidido pelo Prof. Dr. Eduardo Paz Ferreira, que aceitou essa incumbência para liderar um estudo de reforma da fiscalidade nos Açores.

Esse grupo de trabalho tem a incumbência de contactar os agentes económicos, de dialogar com os agentes sociais, de contratualizar com os partidos políticos, com uma metodologia em tudo semelhante àquela que presidiu ao grupo de trabalho que elaborou a primeira proposta de Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

As questões fiscais são da maior importância. E, desde logo, por serem questões de carácter estrutural e com um sentido mínimo de permanência e com um sentido estratégico, não devem, em nenhuma circunstância - na minha opinião e na do Governo - ser objecto de medidas avulsas, cujo impacto económico-financeiro não está convenientemente detectado, ou ser introduzidas em legislação de carácter transitório, como se trata a lei que aprova um orçamento regional e que vigora para apenas 1 ano.

Não há dúvida que é necessário um grande consenso sobre estas matérias e que o mesmo é facilmente conseguido, pelo menos no plano dos princípios e das orientações a que deverá presidir uma reforma fiscal, designadamente se esses princípios e esses objectivos forem compatibilizáveis de imediato e com clareza, com interesses gerais que são conhecidos na nossa economia, bem como na sua projecção e no seu impacto, nomeadamente nas receitas do Orçamento Regional.

Portanto, o nosso entendimento é de que esse grupo de trabalho deverá efectuar, desapaixonadamente, o trabalho técnico exigível, deverá proceder a um recenseamento rigoroso das aspirações dos agentes económicos e sociais insulares e deverá também procurar uma proposta que não seja a de um partido, de uma pessoa ou de um grupo de interesses.

A reforma fiscal é seguramente uma das reformas fiscais mais importantes que os Açores podem fazer na sequência da aprovação da Lei de Finanças Regionais. E é, por isso, uma reforma que tem que ter um grande grau de consensualidade na sociedade açoriana e também ao nível dos partidos políticos.

Gostaria ainda, nesta parte sobranete de alguns dos comentários que aqui foram proferidos por diversos intervenientes, de dizer que o Governo tem um programa. O Governo procura cumprir o seu programa. Na opinião do Governo, embora sendo juiz em causa própria, a forma como esse programa está a ser executado satisfaz-nos e leva-nos a pensar que no decurso do nosso mandato, teremos a consciência tranquila e um sentido do dever cumprido.

Aquilo que o Governo faz é aquilo que julga fazer bem, interpretando o seu programa.

Aquilo que o Governo é obrigado a fazer quando não concorda, é aquilo que a Assembleia Legislativa Regional aprova por maioria.

Aquilo que o Governo tem feito ao longo deste ano é, por um lado cumprir o seu programa e, por outro lado cumprir deliberações da Assembleia para cuja maioria de decisão contribuiu, esmagadoramente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Gostaria, finalmente, de dizer que temos que clarificar, de uma vez por todas, o que por vezes (mas nem sempre!) aqui se passa, independentemente da competição a que se assiste entre partidos da oposição para apoiarem o Governo Regional dos Açores - lá saberão eles porquê...! - mas o que realmente se tem passado, é que há partidos que não propõem hoje medidas para que, nós Governo, sejamos obrigados a fazer amanhã. O que mais correntemente tem acontecido, é que há partidos que só propõem hoje o que têm a certeza que nós vamos fazer amanhã.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo Regional:

Ouvi-o com muita atenção e gostaria de fazer aqui um esclarecimento, para que não restem dúvidas.

O Partido Popular assumiu sempre que tinha uma função muito especial e única na história da autonomia da Região.

Nunca uma força política teve que ser sujeita aos aspectos de pressão política e pública como este grupo parlamentar, com três deputados, tem.

Nós temos a noção de que essa função nos foi delegada pelos açorianos, mas é uma função que não é fácil. Acima de tudo, temos que balancear o interesse regional e o interesse do funcionamento das instituições e, simultânea e naturalmente, estarmos bem com a nossa consciência e com os princípios que defendemos. Foi, aliás, na base deles que fomos eleitos de uma maneira tão legítima como qualquer outro deputado que se encontre nesta Sala.

Não é pelo facto de um grupo parlamentar ter 24 deputados e outro ter 3 deputados, ou até uma representação parlamentar ter 1 deputado, que os transforma mais ou menos que os outros.

Este era um ponto que eu fazia questão de clarificar.

Posto isto, passaria a um outro ponto.

O problema aqui não se põe no âmbito da propriedade seja lá do que for e de quem for.

Parece-me que ficou claro - e se não ficou repito - que a Lei das Finanças Regionais (que esperemos entre em vigor o mais rápido possível), é uma lei muito boa.

O PP está de acordo com ela, acha que é uma boa lei e deve ser reconhecido, publicamente, o mérito de quem a trabalhou mais. E nesse aspecto, é o actual Governo Regional, mais directamente o seu Presidente, bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, que não reste a menor sombra de dúvida quanto a isso.

O PP nunca escondeu isso de ninguém e se alguma dúvida ficar, que a coloquem.

Porém, a partir do momento em que a Lei de Finanças Regionais se vai transformar em realidade, é legítimo fazer a pergunta sobre para que é que ela serve?

O PP acha que ela tem 3 aspectos fundamentais:

1º - Resolve o problema de uma dívida em que, infelizmente, esta Região se meteu e contra a qual estivemos sempre frontalmente em oposição;

2º - Reforça a componente da solidariedade nacional, num modelo com o qual estamos de acordo. Aí podemos ter opinião de que poderia ter sido de uma ou de outra maneira, é um facto, mas no essencial estamos de acordo, pois no fundo demonstra perante o País, que a República está comprometida com o processo autonómico em termos que não esteve no passado;

3º - Aquele que se prende com a natureza fiscal.

É evidente que se impõe uma discussão sobre essa matéria a dois níveis: uma ao nível político e outra ao nível técnico.

Na nossa opinião, o debate de nível técnico, deve ser feito, de facto - e vai ser feito, espero eu, nesta Assembleia - em altura própria. Mas se tivermos em conta os documentos que estão presentes orientadores, a prazo, desta Região e do seu futuro e que condicionam politicamente uns e legalmente outro, a acção governativa na

Região, parece-nos imperativo que se deve ter uma orientação objectiva sobre o que fazer com esse instrumento, fazendo esse debate.

Não pretendemos, com isto, nem pouco mais ou menos, apropriar-nos seja do que for, mas sim pretendemos, activamente, mudar por completo o debate como o Plano e o Orçamento é feito nesta Casa.

Graças a Deus, se houve alguma coisa boa que já aconteceu hoje aqui, e nisso o PP orgulha-se de ter participado, é que se começou a alterar o debate sobre o Plano e o Orçamento.

Quando anteriormente eram discutidos meramente os aspectos do Plano e praticamente não se fazia qualquer discussão sobre o Orçamento, em si, não há a menor dúvida de que perante o facto de passarmos a possuir, a muito curto prazo, um instrumento fiscal, pode-se e deve-se fazer uma discussão de política macro-económica nesta Região.

Não se fez no passado, porque não tínhamos os instrumentos para o fazer. Mas hoje têm-los. E, como tal, esses princípios - na nossa opinião - deverão estar consagrados nas grandes opções do Plano a Médio Prazo. E é essa que deverá ser a pergunta que faremos claramente neste plenário.

É tão somente isto.

O segundo aspecto é o do curto prazo, porque nós achamos que vale a pena essa discussão ser feita, o que me parece legítimo. E dever-se-á ver se há ou não, na análise dos documentos anuais, condições para preparar as finanças públicas regionais, para uma aplicabilidade imediata durante o ano de 1998, dessa lei fiscal que virá a ser criada.

Se estivermos de acordo que deve-se e pode-se, então temos a obrigação de criar espaço no Orçamento Regional do ano que vem, no sentido de que essa lei seja aplicada com efeitos já em 98.

Se chegarmos à conclusão que não, então nessa altura não deve ser feita essa alteração.

Por isso, penso que este esclarecimento se impunha agora. E é apenas nesse sentido que o PP é da opinião de que deve contribuir para este debate, partindo do pressuposto que tem uma legitimidade para o fazer, tem os votos e as pessoas que

tem para o colocar e o que sairá daqui, naturalmente, será a vontade da Assembleia que é soberana sobre esta matéria.

Era tão somente este esclarecimento que pretendíamos fazer e mais nenhum, dispondo-nos desde já, para estabelecer o debate e a troca de ideias sã que se impõe sobre esse aspecto.

Muito obrigado.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Boa parte das indirectas aqui trazidas pelos anteriores oradores não tem nada a ver com o Partido Social Democrata. Mas convém esclarecer que pelo menos uma parte da intervenção do Sr. Presidente do Governo, na qual fez uma referência à concorrência dos partidos da oposição para apoiar o seu Governo, era para nós. Mas toda a gente sabe e se apercebe que o PSD não apoia o Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista.

O que toda a gente precisa de começar a entender e a perceber é que a votação de um plano e de um orçamento anuais, bem como a votação de um plano de médio prazo, não esgotam os mecanismos de oposição parlamentar.

O Partido Social Democrata, opondo-se a este Governo, opondo-se ao seu programa e tentando demonstrá-lo no decurso destes debates, não pode também deixar de ter em consideração que, em democracia, as eleições mandam mais do que outra coisa qualquer. E há mais ou menos 1 ano, os eleitores dos Açores deram ao Partido Socialista a responsabilidade de governar, portanto o Partido Social Democrata não pode ser indiferente a esta realidade.

Por isso, o Governo Regional dos Açores, se estiver na iminência de não ter um plano e um orçamento anuais que é o mínimo que pode ter para governar, o Partido Social Democrata, **por isso e só por isso**, está na disposição de viabilizar esses documentos, abstendo-se.

Fará assim enquanto entender, porque no dia em que o PSD entender que este Governo não deve governar, não tem que votar contra o plano e o orçamento, ou não

tem que se abster para viabilizar estes documentos. Fará algo de muito diferente: apresentará uma moção de censura no Parlamento.

Porém, estamos a 1 ano de eleições. Este Governo terá que ter muito mais tempo para demonstrar o que é que vale, para que os açorianos possam fazer, em devido tempo - em princípio numa democracia são 4 anos - a sua escolha e o executivo possa demonstrar aquilo que vale perante o Povo dos Açores.

A nossa posição não é nem de preocupação nem de retirar o protagonismo aos outros partidos, que podem perfeitamente tê-lo, com propostas de alteração, viabilizando planos de médio prazo.

Não é essa a nossa preocupação.

A nossa preocupação é, em primeiro lugar, demonstrar claramente a nossa oposição (programática) ao Governo e, em segundo lugar, deixar bem claro perante os Açores que nós entendemos que um (qualquer) governo deve ter os documentos essenciais para governar.

De resto, foi um pouco assim que a oposição em 1991/92 fez com o Governo Regional dos Açores do Partido Social Democrata.

Então nessa altura, PS, PP, PCP e Deputado Independente, que retiraram a maioria absoluta ao PSD, também se abstiveram com os mesmos argumentos que até tinham muito mais agressividade política. No entanto, todos nós sabemos que em democracia, apesar da constituição dos parlamentos, os governos que o povo diz que devem governar, devem ter os instrumentos mínimos.

É essa a nossa posição.

Não é nem de preocupação concorrencial com nenhum outro partido. Nem é preocupação de apoiar este Governo.

Se assim fosse, ao longo destes dias, faríamos mais elogios do que críticas a este executivo. E o que já começámos a fazer, e vamos continuar, é mais críticas e muito poucos elogios!

Que fique bem clara esta posição que é a do Partido Social Democrata, hoje, será enquanto tal for preciso. E quando nós entendermos que o Governo Regional dos Açores, neste caso do Partido Socialista, não deve governar, não temos que nos preocupar com votações de plano. Apresentaremos uma moção de censura.

Fica bem clara a nossa posição e cá estaremos para ir esclarecendo tudo e todos sobre esta matéria!

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem perturbar a evolução positiva que eu penso que o PSD teve, eu gostaria de recontar esta história pelo lado em que ela deve ser contada.

No fundo, os açorianos não perceberiam como é que um jovem governo, investido pelo voto de 46% dos açorianos, era impedido de governar com os seus instrumentos essenciais.

De resto, essa situação já se verificava o ano passado, não é nova este ano.

Só que o ano passado, o PSD não conseguiu compreender isso. E não foi à falta de um apelo muito forte para que pensasse e para que hoje estivesse a fazer o que já podia ter feito o ano passado.

Eu próprio, na declaração final da discussão do Plano e do Orçamento, disse, ao referir-me aos partidos da oposição, que não basta não ser a favor para votar contra.

Hoje, com um Governo sem maioria, votar contra em matérias estruturantes ou essenciais para a actividade governativa, como são o orçamento e os planos, não quer simplesmente dizer que se diverge. Quer dizer que se quer impedir o Governo de governar, ou de cumprir o seu programa.

Nenhum governo, inclusive este, deseja manter-se impossibilitado de governar, ou governar com o programa dos partidos da oposição.

Quero, por isso, dizer que a posição que o PSD tornou pública não nos desagrada, bem pelo contrário. Nós achamos que o PSD acabou por achar que nós tínhamos razão, quando o ano passado lhe dissemos isso e este ano finalmente reconhecem que é isto que deviam ter feito e que agora estão a fazer.

É isto que se passa. É esta a história contada por um lado que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD não desejou contar.

De qualquer modo, eu até estou convencido de que já o ano passado o próprio Presidente do Grupo Parlamentar do PSD pensaria assim, mas por razões que não me compete julgar ou avaliar, não pode fazer prevalecer o seu ponto de vista.

Não quis, com isto, dizer de forma alguma que o PSD e o PP estão convertidos ao Governo Regional, tendo que apoiá-lo. Mas há ocasiões na vida eleitoral e social, em que... dá jeito estar em boa companhia!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se em vésperas de eleições dá jeito estar em boa companhia, o que dá mesmo jeito é o Governo estar com o PSD, porque que eu saiba, quem tem uma larga maioria nas câmaras municipais dos Açores é o Partido Social Democrata.

(Risos da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Isso era dantes!

O Orador: E está para repetir a dose.

Portanto, se em vésperas de eleições dá jeito estar com alguém, o que me parece é que dá jeito estar com o Partido Social Democrata e não com o Governo que é suportado por um partido que tem muito poucas câmaras municipais, comparado com o Partido Social Democrata.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Mas não tem que ter vergonha de estar connosco. Somos gente de bem!

O Orador: Para começar pelo fim, é esta a resposta que julgo ter que dar ao comentário do Sr. Presidente do Governo.

Em segundo lugar, é preciso não esquecer que não fomos nós que interpretámos mal as suas palavras.

O Sr. Presidente do Governo é que referiu, na sua primeira intervenção, uma concorrência dos partidos da oposição para apoiarem o Governo.

Se calhar foi excessivo no seu discurso. Depois veio corrigir.

Não tivesse dito isso, nem sequer me tinha levantado. O que não significa que vou passar a esperar pela sua segunda intervenção, que é quando geralmente corrige a primeira, para então falar.

Convém falar em cima da ocasião.

O PSD continua a estar disposto a votar contra, porque se opõe, programaticamente, a este Governo.

No ano passado o que aconteceu muito cedo nos debates parlamentares, foi um percurso de entendimento claro entre o Governo do Partido Socialista e o Partido Popular.

Pode repetir-se este ano, que para nós é absolutamente indiferente.

Portanto, aí não temos qualquer incoerência.

O que estamos a dizer muito tempo antes do que fizemos no ano passado, logo no início dos debates, é que caso este Governo não consiga, pelas vias que bem entender, negociar, conversar, dialogar, ou não o fazendo de outra forma qualquer, ter um plano e um orçamento, na perspectiva do Partido Social Democrata, na interpretação dos resultados eleitorais, porque institucionalmente isso é que interessa, nós tomaremos uma posição que é adjectiva e não substantiva em relação ao nosso programa e à nossa estratégia política, para permitir que este Governo tenha dois documentos.

Nessa matéria, estamos todos pacíficos, todos descansados e achamos que estamos a cumprir uma tarefa que também nos cabe como partido que não tem 3 deputados ou 1, mas sim como um partido que tem 24 deputados.

O PSD, preferencialmente, a voltar ao Governo, prefere fazê-lo por eleições.

O PSD acha que os governos devem, em princípio, durar 4 anos. Mas se nós acharmos que isso não é o que deve acontecer nos Açores - volto a repetir - não vamos fazer malabarismos com o Plano e com o Orçamento nem com o Plano a

Médio Prazo. Há outros instrumentos para fazer oposição. E um deles chama-se **moção de censura**.

Se entendermos, a seu tempo, que o devemos fazer, apresentaremos - justificadamente - a moção de censura que, a ser aprovada, tem naturalmente consequências políticas. Essa, sim, tem claras consequências políticas e práticas. Ao passo que a não aprovação de um plano e de um orçamento, leva a que o Governo tenha que governar - se assim o entender - com mecanismos que não são claramente os mecanismos que se deve dar a um governo regional para governar.

O nosso entendimento é, por isso, responsável, de um partido que está bem no seu estatuto de oposição, que prefere percorrer um caminho de alternativa, a seu tempo, com credibilidade e com tranquilidade e não de um partido que está faminto de poder. E, sobretudo, de um partido que respeita os resultados eleitorais.

É isso que precisa ficar bem sublinhado na posição do Partido Social Democrata.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Regressamos às nossas intervenções.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Está mais uma vez esta Assembleia a discutir o Plano e Orçamento. Fá-lo pela segunda vez no espaço de 6 meses. No entanto, é já outro o tempo. Apesar de só terem passado 6 meses desde a última discussão do Plano e Orçamento, e um ano sobre a tomada de posse do Governo, aparecem estes documentos numa época muito diferente.

Uma época com uma Lei de Finanças Regionais aprovada. É verdade, neste espaço de tempo, Sr^{as} e Srs Deputados, este Governo conseguiu que se aprovasse uma lei a todos os títulos importante para a Autonomia, uma lei que vem enquadrar financeiramente estes documentos, principalmente o PMP 97/2000.

Esta nova lei passará a regular o relacionamento financeiro entre as Regiões Autónomas e o Governo da República, ficando este relacionamento estável, a Região

ficará a saber com o que conta para o futuro e assim poderá muito mais calmamente, sem estar dependente da conjuntura de cada momento, planear o seu desenvolvimento.

Há seis meses, o PMP não foi aprovado, entre outras razões, porque se desconhecia o quadro financeiro em que ele decorreria. Agora, passado tão pouco tempo, ele aí está novamente, melhor que o anterior e com as fontes de financiamento definidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Plano a Médio Prazo é o instrumento institucional de implementação, na Região, da estratégia de desenvolvimento económico-social, consubstanciada no Programa do VII Governo Regional, tendo em atenção a necessidade de promover os mecanismos susceptíveis de garantirem o processo de mudança que se pretende implementar no quadro de uma Nova Autonomia. É também um documento indispensável - procura sê-lo - para a organização das expectativas do sector privado, contribuindo para a estabilidade da gestão das suas iniciativas numa perspectiva plurianual.

As grandes linhas de orientação estratégica deste Plano, procuram, assim, reflectir as principais questões que hoje se põem à sociedade açoriana e que estão associadas, essencialmente, à necessidade de criar uma economia sustentável e competitiva, estimular a iniciativa privada, valorizar os Recursos Humanos, prover a Sociedade com bens e serviços públicos susceptíveis de colmatarem eficazmente as insuficiências do mercado e melhorar a qualidade de vida das populações.

O fortalecimento e diversificação do Sistema Produtivo Regional está associado, não só aos sectores agrícola e das pescas, mas concede-se um especial relevo ao sector turístico.

A valorização e qualificação dos Recursos Humanos é assumida como um instrumento estratégico de desenvolvimento da economia e da sociedade açoriana e está associado a uma política de Emprego, Formação Profissional, Educação e Juventude.

A intervenção da Administração Regional na provisão de bens e serviços públicos, consiste, sobretudo, em tornar mais eficiente o serviço de saúde e desencadear mecanismos eficazes de solidariedade social.

O Governo no que diz respeito à qualidade de vida dos cidadãos dará um especial relevo à política habitacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este PMP prevê um volume global de investimento de 174,4 milhões de contos em quatro anos, dos quais 4,8 milhões são para fazer face às recentes calamidades.

O quadro de financiamento deste Plano, como se referiu atrás, já se encontra assegurado, tendo em consideração as verbas que a Região vai receber na sequência da nova lei de Finanças das Regiões Autónomas. Era essa uma lacuna que o anterior PMP tinha, porquanto no ano passado era impossível saber-se com rigor quais as fontes de financiamento para fazer face, não só às despesas de funcionamento da Administração Regional, mas também a este grande esforço de investimento.

Este Plano, agora apresentado é, assim, francamente melhor do que aquele que se apresentou no passado.

A melhoria verifica-se, desde logo, a começar pelos objectivos reformulados, em que se abandonou a ideia inicial de considerar apenas o sector pecuário e agrícola como o sector base. Ele continua a ser um sector importante, sem dúvida nenhuma, mas há outras prioridades também que são consubstanciadas em programas que foram igualmente melhorados.

Mas se é qualitativamente melhor, dada a evidente melhoria na elaboração dos projectos e programas, dada a circunstância deste Plano colher algumas críticas que lhe foram feitas no passado e se fez reflectir neste novo texto, e porque beneficia de um quadro estável no que se refere às fontes de financiamento, é-o também pelo facto de ter sido elaborado com muito mais tempo do que aquele apresentado anteriormente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um dos grandes objectivos deste Plano contempla as intervenções a implementar, no sentido da modernização e da melhoria dos níveis de eficácia das infraestruturas energéticas e de transportes e comunicações.

É neste objectivo que se inserem as perspectivas de redução dos custos e do preço da energia. Disse-o, na última semana, o Ministro da Economia, mas dizia-o um ano antes o Programa deste Governo.

Dizia-o na pág. 36, capítulo 6 - Políticas sectoriais: " A produção de energia a baixos custos é um elemento central no desenvolvimento económico dos Açores. Torna-se assim essencial e urgente promover uma análise profunda do sector eléctrico da Região, com vista a corrigir as ineficiências técnicas e administrativas e a definir claramente os seus sobrecustos em relação ao todo nacional, de forma a estabelecer uma configuração que garanta a prática de um tarifário de energia eléctrica uniforme tendencialmente em todo o País, que terá de ser negociado com o Governo central." - fim de citação

Como é possível, então, dizer-se que, no caso da Energia, "o P.P. propôs e o Governo fez?!"

Bem diz o Povo: **“Presunção e água benta cada um toma a que quer”**. E é de facto isso. É apenas de **presunção** que se trata!

Mas este Governo segue o seu programa. Este Governo exerce a função mais nobre da política, que é cumprir os seus compromissos eleitorais no mais breve espaço de tempo possível, mas sobretudo resolve os problemas das pessoas, dos agentes económicos, com a força moral que possui, com o carácter que lhe é reconhecido e com a sua elogiada e respeitada capacidade de influência que ninguém ousa pôr em causa.

A força política, influência e a capacidade para mudar as coisas, o rumo dos acontecimentos, ou se tem ou não se tem. Este Governo, a apreciar pelos resultados apresentados, tem bastante. Os governos anteriores não as tinham.

Nem tão pouco vale dizer que era Cavaco Silva que não queria, porque agora também Guterres podia não querer, também ele tinha essa alternativa de dizer não. Mas o

facto é que quis e disse que sim. O facto é que decidiu a favor dos Açores. E quis, e decidiu pelos Açores, porque lhe foi demonstrado que isso era o mais justo. Porque com vontade e razão se trabalhou para que isso acontecesse.

Aconteceu assim com a Lei das Finanças Regionais, aconteceu assim com a redução gradual do preço da electricidade, aconteceu assim com a revisão constitucional, aconteceu assim com os montantes que vieram para as calamidades, aconteceu assim com o NAV II.

Este é mais um compromisso assumido que foi cumprido. Vejamos o que se dizia na Convenção para uma Nova Autonomia: “ Esta é uma oportunidade histórica, em que o posicionamento do Governo da República em relação às Autonomias Regionais nunca foi tão favorável e em **que será possível concretizar uma sintonia de posições entre o actual Governo da República e o Governo Regional, por forma a consolidar e aperfeiçoar a Autonomia Regional e a vencer os desafios do futuro**”. - fim de citação ”

Muito é devido ao Governo da República e ao Primeiro-Ministro António Guterres, mas muito mais é devido a este Governo Regional e ao seu Presidente. Nunca os Açores, em Regime Democrático, tiveram tanta capacidade de influência a nível nacional. Nunca as opiniões dos Açores foram tão respeitadas.

Como é que é possível então, com estas vitórias para a Região, dizer-se que este Governo não fez nada no seu primeiro ano?

Como é que é possível não ver o que de positivo se tem feito pelos Açores?

Bem diz o povo: "**Cego é o que não vê, mas mais cego é aquele que não quer ver**".

Este Governo, está à vista, governa muito bem. Mas se nos lembrarmos que no caso do NAV II foi iniciada a sua resolução com a influência do PS e ainda estava na oposição, poderemos concluir que o PS tem carácter, por assim proceder, e que, actualmente, em termos de oposição, os Açores merecem melhor.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois da Energia, poder-se-á seguir a redução do preço dos bilhetes nos transportes aéreos, na SATA e na TAP. Que ninguém tenha dúvidas que, quando for possível, o Governo diligenciará, e tudo fará, para que gradualmente os preços dos bilhetes possam ser mais baixos.

Muitos milhares de açorianos acreditam, cada vez mais, que este Governo cumpre a função mais nobre da política que, repete-se, é resolver os problemas das populações, os problemas dos cidadãos.

Não se pode reduzir a política a uma boa gestão das questões públicas e à organização da Administração.

Os políticos devem preocupar-se mais com a procura social do que com a própria oferta política.

Deve-se dar às pessoas a sensação de serem mais do que eleitores, de serem cidadãos de corpo inteiro.

Deve-se fazer renascer dentro das pessoas a convicção de que os políticos não são só os dirigentes de uma Região, ou da sua Administração, mas antes, que estão ao serviço de grandes causas: dos direitos dos cidadãos, da sua liberdade e da solidariedade. Estes princípios devem ser superiores à política. Por isso, e porque os Açorianos entenderam isto há um ano, para novos problemas, foram necessárias novas ideias, novos actores e novas formas de acção.

O progresso social tem que constituir a outra face do progresso económico, e este Plano não esquece este princípio.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este Orçamento é um bom orçamento.

Exceptuando as contas de ordem, que ainda assumem um valor considerável, o Orçamento da Região atinge os 118 milhões de contos, sendo 76 milhões de contos de despesas de funcionamento e 41,7 milhões de despesas de plano.

É o primeiro orçamento a reflectir os efeitos da Lei de Finanças Regionais, e em que a consequência mais visível é **o saldo corrente positivo**. É o primeiro de há

largos anos a não ter défice corrente. Derivado sobretudo - note-se - do aumento das transferências do Orçamento de Estado e afectadas como transferências correntes.

É um orçamento de contenção das despesas correntes e de expansão das despesas do Plano. De contenção das despesas correntes, porque em relação ao último orçamento crescem 7,6%. Mas devemos ter em conta que, este crescimento, é resultante sobretudo, de dois agrupamentos: das despesas com pessoal e das transferências correntes.

As despesas com pessoal crescem a uma taxa de 4,4%. E, veja-se, que com o aumento salarial de 3% previsto para o próximo ano, e com as normais subidas de escalão e promoções dos funcionários, pode-se ter um acréscimo superior na massa salarial. É difícil, por isso, para não dizer impossível, manter ou baixar as despesas com pessoal a não ser com despedimentos de funcionários.

Mesmo assim, e segundo se pode ler no documento, o Governo vai integrar nos quadros mais funcionários que até agora funcionavam a "recibos verdes". Irá assim aumentar o número de funcionários públicos efectivos e aumentar um pouco as despesas, porque estes funcionários ao verem ser reconhecido o seu vínculo à função pública, vão também passar a beneficiar da progressão na carreira.

O outro agrupamento, as transferências correntes, crescem 13,66%, mas, porque é o resultado das preocupações sociais e da regularização de situações anteriores. Trata-se da inclusão neste agregado do montante de 3,2 milhões de contos para o Serviço Regional de Saúde e de 300 mil contos para o FRASE. Pretende-se assim a regularização gradual das dívidas à saúde e aos transportes escolares.

Se não fosse o referido acréscimo de 3,2 milhões para o S.R.S., se se mantivesse por resolver a situação existente, as transferências correntes só subiriam 1,7% e o total das despesas correntes cresceria apenas 3%.

Por tudo o que se acabou de referir, este Orçamento é de facto um orçamento de contenção. É, de facto, um bom orçamento para a Região.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, Sr. Presidente e Srs Membros do Governo:

É ainda pouco o tempo para poder apreciar, em todas as suas implicações, o plano e o orçamento que estão em vigor. De modo que só agora com estes documentos em análise podemos conferir ao Governo tempo e substância, para aplicar as suas ideias e para aplicar a sua política. É com base nesses documentos que nós, futuramente, poderemos aquilatar da boa ou má adesão da teoria à prática, isto é, da boa ou má utilização das políticas, das estratégias e dos compromissos, inscritos no Programa do Governo e consubstanciados nos documentos apresentados.

Mas não nos esqueçamos que essas políticas, esses compromissos, essas estratégias foram maioritariamente sufragadas pelo Povo dos Açores e não merecem reparos. Sendo assim, o que há a fazer é ver se a substância contida nestes documentos corresponde ao inscrito no Programa do Governo para quatro anos ou não. E se a resposta for sim, então é lógico que estes documentos sejam aprovados, para que assim se dê oportunidade de o Governo cumprir com o que se comprometeu com o povo dos Açores que é desenvolver a Região e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros para esclarecimentos.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Élavai:

Acompanhei com atenção a sua brilhante dissertação sobre alguns temas que me dizem particular respeito, nomeadamente a questão do NAV II, a questão das tarifas da TAP e do custo de energia eléctrica.

Quanto ao processo do NAV II, como bem sabe, foi iniciado ainda durante a vigência do Governo do Dr. Cavaco Silva, em que a comissão das forças vivas de St^a. Maria, na qual pontificaram pessoas como o actual Presidente da Câmara Municipal de Vila

do Porto - que é do partido Socialista - o Sr. Deputado José Maria Bairos e toda essa gente...

Vozes da bancada do PS: O Sr. Deputado José Humberto Chaves!

O Orador: Eu acho que toda a gente o fez com muita inteligência e conseguiu conduzir o processo de tal forma, que o Governo do Prof. Cavaco Silva no final já não tinha saída possível, ao ponto de quando o Governo do Eng. Guterres tomou posse, também não teve outra alternativa a não ser aceitar aquilo que eram as justas reivindicações do Povo de St^a. Maria.

Porém, o que a seguir aconteceu foi que o processo do NAV II entrou em "banho-maria".

Deputado José Humberto Chaves (PS): Isso é mentira!

O Orador: Quanto às tarifas da TAP, no ano passado - em vésperas de eleições - prometeu-se, e realmente durante um período curto houve um abaixamento de um número mínimo de tarifas. Mas a seguir às eleições, as tarifas da TAP que eram baixas "voaram" simplesmente!

Em relação ao custo da energia eléctrica, o Sr. Ministro que prometeu o abaixamento do custo médio da luz eléctrica já se "apagou"!

(Risos da bancada do PSD)

Portanto, não sei exactamente o que é que vai acontecer a seguir.

No entanto, como me pareceu que o Sr. Deputado Élavai tinha muita informação sobre esta matéria, eu gostaria de perguntar o seguinte: para quando, quanto e como vai ser processado o abaixamento do custo da energia eléctrica?

Isso é que nos interessa saber.

Essa coisa de atirar para frente algumas palavras, já estamos habituados, porque já houve muita coisa que foi atirada para a frente e continuamos a aguardar por elas!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para pedir esclarecimentos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É simplesmente para aclarar melhor uma questão falada aqui pelo Sr. Deputado Augusto Élavai que, como é normal, talvez não esteja muito dentro dela, porque não acompanhou o processo do NAV II desde o início.

Eu devo dizer que este processo desenrolou-se com uma vontade muito grande de partidos, de pessoas, de técnicos, de deputados desta Assembleia, de autarcas e até de deputados, cada um na sua área, a nível da Assembleia da República, no sentido de tentarem esclarecer as suas bancadas sobre o que era o NAV II, bem como as suas implicações.

Foi, portanto, um trabalho longo que resultou naquilo que todos conhecemos, porque toda a gente estava a defender uma coisa que achava correcta e que era importante para a Ilha de St^a. Maria.

Esta Assembleia aprovou uma ante-proposta de lei que no seu Art^o. 1^o diz que "O Serviço de Controle Oceânico fica sediado na Ilha de St^a. Maria".

Esta ante-proposta de lei foi presente na Assembleia da República, tendo sido aprovada por unanimidade.

Isto quer dizer, Sr. Deputado, que independentemente do governo que estivesse no poder, o Centro de Controle Oceânico ficaria em St^a. Maria, porque esta lei foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República e só poderá ser revogada pela própria. E assim, acabava-se de vez com os mecanismos que aconteciam até ao momento, ou seja, propostas de resolução que não tinham rigorosamente força nenhuma, ou então outras formas em que o próprio governo - fosse qual fosse - tinha poder para alterá-las.

Esta foi a grande vitória desta luta, ou seja, transformar uma posição em lei, pela qual só a Assembleia da República é que pode alterar esta decisão. E essa está consagrada até este momento, independentemente do governo que esteja no poder.

Não há dúvida que o actual Primeiro-Ministro, durante a campanha eleitoral e até mesmo depois da tomada de posse, tomou como sua posição defender a implementação do NAV II em St^a. Maria, mas depois disso o que ele fez foi antecipar-se a uma coisa a que ele seria obrigado no futuro, porque a lei iria obrigar o

Governo do Partido Socialista a implementar o NAV II naquela ilha. Esta lei ninguém pode revogar.

Este é que foi o grande mecanismo conseguido, através de toda essa luta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao NAV II eu não questiono que os marienses e as suas forças vivas pugnaram para que ele ficasse na sua ilha. Não foi isso que eu quis dizer.

O meu propósito foi dizer que a influência do PS/Açores é tanta lá fora, que até foi preciso o próprio PS, ainda na oposição e o próprio Eng. Guterres, para que aquilo fosse aprovado.

Eu lembro-me perfeitamente de ler nos jornais que o NAV II - também por força dos lobbies da ANA - já estava em causa, em termos de permanência, em St^a. Maria.

Ouvi também o Presidente da Câmara de Vila do Porto, Alberto Costa, dizer precisamente isso, ou seja, que os lobbies da ANA já tinham quase transferido o NAV II para Lisboa

Quanto às tarifas da TAP, que eu saiba, o programa "Festival" continua. Ainda há bem pouco tempo as agências de viagens me perguntaram se eu queria ir a Lisboa nos dias tais e tais, porque havia a redução de tarifas.

Em relação à energia eléctrica, de facto o Ministro foi-se...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Foi-se não, está vivo!

O Orador: ... mas o Governo fica.

E a política do Governo já foi definida a quando da apresentação do seu programa.

O Ministro passa, mas a política e o Primeiro-Ministro ficam e vão continuar a dar mais alegrias aos açorianos, através dos governos PS.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo para uma intervenção.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Os Açorianos, há um ano, votaram na mudança!

Era esse o espírito da Nova Autonomia.

Mas, o Governo Regional do PS não consegue corresponder às expectativas criadas, apesar do excelente apoio do Primeiro-Ministro, António Guterres, que não tem faltado às suas responsabilidades em questões sensíveis da Autonomia. Nesse plano institucional da cooperação com o Governo da República, tem referência de mérito o Presidente do Governo, Carlos César.

Todavia, as dificuldades são no domínio interno, denotando uma incapacidade para concretizar as reformas e medidas que tanto anuncia, o Governo Regional não mobiliza os sectores mais dinâmicos da sociedade para a grande tarefa que é o progresso dos Açores.

O Plano de Médio Prazo não tem novidades; não define uma estratégia de desenvolvimento num quadro de prioridades para as políticas sectoriais; nem tão pouco representa uma viragem relativamente ao passado; o Governo abraça a política do betão depois de, anos a fio, o PS andar a renegá-la!

O Governo perdeu a vontade de mudar!

As críticas que o PSD já teceu à anterior proposta, rejeitada neste Parlamento, em Maio, mantêm a sua validade, apesar do esforço positivo colocado na metodologia de apresentação e de especificação dos vários programas e projectos do Plano.

Os parceiros sociais, em tom crítico, chegam mesmo a adjectivá-lo de "vago e omissos em áreas chave", como a Federação Agrícola dos Açores ou, de que "seria de esperar muito mais e melhor, face ao quadro excepcionalmente favorável da Região", como a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Pergunta-se, então, se é mesmo preciso este Plano de Médio Prazo, já que deveria ser um instrumento indicativo e orientador para os agentes económicos?

Na óptica do PSD, aquele documento de planeamento não concretiza as promessas eleitorais do PS nem as propostas do próprio Programa do Governo, chegando mesmo, a haver manifesta incoerência entre objectivos e as dotações financeiras que lhe correspondem.

Há, mesmo, uma realidade virtual!

Pretende-se, antes, agradar a todos, mas sem ter a consideração e a exequibilidade, os custos e o prazo de realização de obras e investimentos.

Não basta pensar ou escrever, para que tudo se torne realidade.

Isso é fantasia. Isso é demagogia! Em detrimento de uma abordagem estratégica de determinadas medidas estruturais e condicionantes da actividade económica, o Governo opta por anunciá-las, por múltiplas vezes, sem as concretizar com a clareza e a precisão exigíveis.

A redução do tarifário da electricidade dos Açores, por forma a atingir o preço nacional, será feita em quanto tempo? Qual a evolução gradual prevista?

Estes acertos no tarifário, terão ou não implicação nos preços de combustíveis na Região?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Não senhor!

O Orador: Qual o impacto do projecto geotérmico na sociedade concessionária para a sua exploração?

Fala-se de privatizações e da alienação de capital que a Região detém em algumas empresas, enquanto entidades públicas, mesmo sendo sociedades anónimas, alargam os seus negócios, prejudicando os interesses de empresas privadas regionais.

O discurso é um e a realidade é o contrário!

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Hoje, uma das maiores preocupações da sociedade açoriana é o emprego, com enfoque especial para os jovens, pois são eles a garantia de uns Açores com futuro.

Se é verdade que, face às obras públicas previsíveis executar, grandemente ampliadas pelos trabalhos de recuperação dos danos causados pelas calamidades, não seja de esperar, nos próximos dois anos, um agravamento substancial na taxa de desemprego, não podemos cruzar os braços, pois o problema ganha complexidade, tanto mais que estamos numa Região estruturalmente frágil e débil economicamente. Há que antecipar soluções por forma a atenuar, ou mesmo eliminar, as graves consequências que a inexistência de trabalho acarreta para o desempregado, enquanto ser humano, como para a família e para a sociedade em geral.

O conhecimento é a nova riqueza das sociedades e a qualificação profissional é um facto decisivo para a competitividade e para a coesão social.

É, assim, imperioso alargar horizontes à Formação Profissional e articulá-la com o sistema educativo, envolvendo agentes económicos e sociais, apesar da evolução

gradualmente positiva que tem vindo a ser desenvolvida, por forma a adequá-la às nossas reais necessidades.

O combate ao desemprego, tem de ser uma tarefa prioritária e não pode ficar apenas no papel. É intolerável que o Governo ou entidades por ele tuteladas, mantenham contratos que permitam a acumulação salarial com a pensão de reforma, nalguns casos, em manifesta falta de ética, quer sejam em regime de avença, de prestação de serviços ou a qualquer título.

Tanto que o Governo apregoa transparência e rigor, mas depois a verdade é outra!

Defende a dinamização económica empresarial como objectivo primordial para a criação de emprego, mas não lhe faz corresponder a dotação adequada, nem tão pouco cumpre atempadamente os compromissos financeiros que decorrem dos sistemas de incentivos.

Há atrasos muito significativos nas transferências de capital para as Câmaras do Comércio para o pagamento da despesa relativa a projectos de investimento aprovados há meses e meses!

Muitas vezes, os encargos financeiros decorrentes de financiamentos bancários "comem" o valor da comparticipação aprovada, pondo em risco a própria iniciativa.

Assim, não se estimula os empresários, nem se fomenta o investimento!

É bom, quanto antes, chamar a tenção para o facto de que a transferência para Lisboa da gestão de sistemas de incentivos de âmbito nacional, acarretará situações muito gravosas para os empresários, já que à Região apenas caberá a adaptação orgânica de a não modelação à nossa realidade específica, para não falar de demoras e delongas decorrentes do próprio afastamento insular! O centralismo é de má memória!

Uma das pesadas heranças do PSD é o Campo de Golfe da Batalha, agora totalmente concluído e recentemente inaugurado. Tal infraestrutura é essencial para o Turismo considerado, unanimemente, como um dos sectores com maior potencial de crescimento e que pode mesmo constituir um catalisador para a actividade económica regional.

No "marasmo" e com "panos quentes", não vamos a lado nenhum - defendia há um mês, o principal responsável da associação representativa dos empresários açorianos.

É preciso concentrar esforços e apostar claramente nessa área estratégica, estimulando e captando investimento e, por outro lado, promovendo a Região e as suas potencialidades.

Tem, assim, relevância especial a presença dos Açores na EXPO-98 que será, certamente, o maior cartaz promocional que decorrerá no nosso País neste dobrar de milénio.

O esforço de divulgação da Região no exterior tem vindo, desde 1990, a ser gradualmente cometido à Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, merecendo o empenho de todos, pois o êxito e os resultados estão aos olhos dos Açorianos.

A concessão de exploração do pavilhão dos Açores, deixou dúvidas no ar, tendo mesmo sido rejeitada a propositura da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores. Impõe-se esclarecer essa situação, tanto mais que está em causa o superior interesse regional e a presença da Região Autónoma dos Açores na EXPO-98 tem de constituir, de facto, a projecção da nossa Terra e da nossa gente, nas suas vertentes social, económica e cultural.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O investimento público visa, em primeiro lugar, atenuar as desigualdades intra-regionais e, nessa perspectiva, é imprescindível prosseguir com a descentralização de competências e de meios para as autarquias. Cumpre-se, assim, o velho princípio da subsidiariedade, ampliando-se a eficácia e a rentabilização dos meios disponíveis.

Algumas áreas são mesmo consensuais, como sejam a Saúde, a Educação e a Habitação, havendo, neste último caso, um parecer formal dos municípios.

Então, porque não foi dado qualquer passo?

Será, porque o PSD tem a maioria das Câmaras Municipais?

O Governo fala em melhorar e reforçar a cooperação com o poder local, mas depois tem dois pesos e duas medidas consoante a cor do presidente da Câmara. Actua em função dos interesses partidários, promovendo a assinatura de protocolos e de contratos no mesmo dia em que apresenta as candidaturas autárquicas, sendo um dos subscritores o cabeça de lista do PS à própria Câmara Municipal.

Porque não adoptam a fixação de um montante para os municípios, em função dos danos causados pelas calamidades, por forma a garantir com clareza o acesso das Câmaras Municipais para a execução dos trabalhos de recuperação?

O investimento público não pode ser instrumento de caça ao voto!

Não será isso clientelismo?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Nem é! O Sr. não conhece a situação!

O Orador: Não queremos um governo para fazer campanha partidária!

Os Açorianos não votaram na Nova Maioria para isso!

O Governo é o governo dos Açores e está investido para ultrapassar obstáculos e minimizar os problemas, procurando resolvê-los com eficiência e sempre na defesa do interesse regional.

O PSD é a alternativa e está preparado, para em eleições, merecer novamente a confiança maioritária dos Açorianos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para uma intervenção.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As relações entre o poder regional e o poder local merecem da parte do Grupo Parlamentar do P.S., desde sempre, uma cuidada atenção e acompanhamento.

Numa Região em que não abundam os recursos fiscais dos municípios, ou seja, em que estes dependem em termos financeiros, quase exclusivamente, do Fundo de Equilíbrio Financeiro que o Orçamento de Estado transfere mensalmente para as Autarquias, toda a ajuda e cooperação são benéficas para que os executivos camarários consigam dar execução aos seus planos de actividade.

No ano de 1997, a Secretaria Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento que tutela a DROAP - Direcção Regional de Organização e Administração Pública e a DREPA - Direcção Regional de Estudos e Planeamento, como aliás havia prometido em Maio último nesta Assembleia Legislativa e como

tive oportunidade de referir nesta tribuna, conseguiu para os Municípios, linhas de crédito muito vantajosas, que possibilitam inclusivé a renegociação do abaixamento das taxas de juro de empréstimos já contraídos junto da banca, o que possibilita uma significativa redução de encargos para as autarquias e como é lógico para a Região, uma vez que, tendo em conta os Contratos de Cooperação celebrados entre a Administração Regional e a Administração Local, a Região suporta uma significativa quota-parte dos juros que, nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 6/95/A, de 28 de Abril, pode variar entre os 50% e os 70%, consoante se trate de empreendimentos da área do saneamento básico e rede viária ou ordenamento municipal do território, desde que os mesmos sejam objecto de comparticipação pelos Fundos Comunitários.

Anotamos como medida de grande alcance, o fornecimento por parte do Governo de material informático, que muito contribuirá para a modernização das nossas autarquias paroquiais - Juntas de Freguesia.

Neste sector da modernização administrativa o Governo, através das mais diversas acções formativas, continuará a ministrar aos seus funcionários uma adequada integração nos novos modelos de gestão e funcionalidade dos diversos sectores da administração regional.

Serão mantidas, dentro do espírito da legislação acima referida, as acções de cooperação financeira e técnica com os Municípios e Freguesias, a reunião anual com os eleitos e locais prosseguirá, realizando-se alternadamente pelos vários concelhos da Região, bem como o apoio a fundo perdido à construção de sedes de Junta de Freguesia. Quase 500 mil contos estão orçamentados para este projecto.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somos um povo de emigrados, alguns com espírito de aventura, mas quase sempre por necessidade, constituindo de há muito, fortes comunidades inseridas na vida social e económica dos países de acolhimento e repartidas hoje, pelas mais díspares regiões desde a Europa, Estados Unidos, Canadá, Brasil e Ilhas do Pacífico, mantendo sempre bem vivas as suas raízes açorianas, tradições e costumes transmitidos de geração em geração, como acontece sobretudo no Brasil e Estados Unidos.

Este Governo mantém e aprofunda o relacionamento com as Comunidades da nossa diáspora.

É com este propósito, que surge a intenção **de regulamentar e coordenar** o intercâmbio dos alunos de escolas e universidades portuguesas, com as escolas da Região, procurando-se que a organização desses intercâmbios - riquíssima troca de experiências e ensinamentos das tradições e cultura popular - seja repartida e assumida de forma equitativa. É uma iniciativa a implementar na base da apresentação de projectos de trabalho, tendo como tema a nossa Região.

Até aqui a Região promoveu quadrienalmente o Congresso das Comunidades Açorianas. Foi um primeiro passo que teve muitos prós e contras, aliás como qualquer outra iniciativa pioneira. Ficou a experiência e as devidas ilações servirão para que se melhore a organização dum novo grande Fórum das Comunidades Açorianas, agora sob a designação de Conselho Consultivo das Comunidades Açorianas. Nesse encontro inter-comunitário de açorianos, ou seus descendentes na diáspora, deverá ter assento uma representação deste Parlamento, possivelmente de deputados da Comissão de Política Geral, ideia aliás bem recebida pela responsável deste sector do actual Governo Regional. O recente encontro das Direcções das Casas dos Açores, realizado, na cidade da Horta, terá servido para uma primeira abordagem deste candente tema.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A juntar a tudo o que fica dito, merece especial destaque a realização do Seminário "Portugal Atlântico e Açorianidade" e o Curso "À Descoberta das Raízes", em paralelo com a criação de um Regulamento que defina os critérios de apoio ao intercâmbio de Grupos Culturais que se deslocam das nossas comunidades de emigração aos Açores ou, em sentido inverso, levando o abraço da Região à nossa diáspora, promovendo assim um mútuo convívio e participando nas respectivas festividades ou eventos culturais.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região deve continuar atenta, principalmente como tem vindo a fazer, na preparação dos nossos conterrâneos que sejam obrigados a regressar à nossa Região, pelas autoridades dos países de acolhimento. Não temos, nem devemos descurar esta

importante acção de acompanhamento, antes de os termos que receber nas nossas ilhas.

Sabemos que o actual Governo está trabalhando em consonância com o Governo da República nesta área, deveras sensível e preocupante, pois a Região terá sempre dificuldade em integrá-los com êxito, no seu tecido social. Não podemos, contudo, deixar de estar inquietos e actuates nesta área tão sensível do nosso relacionamento com as nossas comunidades açorianas principalmente dos E.U.A. e Canadá.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo para uma intervenção.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Às vezes, dou comigo a pensar no sentido de tanta reclamação, de tanta exigência ao Governo para que se faça isto ou aquilo nas nossas ilhas, quando não se resolve o essencial.

Às vezes, quando olho para estes Planos que agora discutimos - o de 1998 e o P.M.P. 1997 - 2000 - sou tentado a não falar, a calar-me, indignado perante um amalgamado de obras - de maior ou menor dimensão - mas que não tem a ligá-las uma política coerente de desenvolvimento integrado para os Açores em geral e para cada uma das Ilhas em particular que potencie o investimento, gerador de emprego e de progresso. Não me calarei, no entanto, pois aqui sou porta-voz de muitas destas reclamações daqueles que me elegeram.

Vamos, então, a isso.

Falar de turismo e investir no sector sem resolver o grave problema das acessibilidades, pode ser tarefa vã. Promover as nossas ilhas no exterior pode ser inútil - talvez excepcionemos S. Miguel - se não criarmos incentivos sérios para combater a sazonalidade. A menos que se duvide que o Turismo é um dos sectores de actividade mais importante para o desenvolvimento da nossa terra. Deduzimos destes Planos que o Governo não tem certezas quanto a isto.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: Vamos ao Pico: atribuir a esta ilha, para 1998, 100 mil contos para o Turismo, 80 dos quais para incentivos à iniciativa privada, é algo que não nos diz nada.

Curiosamente este Plano para 1998 e Plano a Médio Prazo, desagregam, espacialmente, verbas para a promoção.

Como é que vai ser feita a promoção dos Açores no exterior...?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Melhor do que o Sr. Deputado fez!

O Orador: Está-se a ver!

Vai ser ilha a ilha ou em conjunto?

Aquilo que mais facilmente e deveria ser desagregável, não se desagregou.

Refiro-me à oferta e animação turísticas, para as quais estão reservados, em 1998, 375 mil contos, em 1999, 400 mil contos e em 2000, 475 mil contos.

Retirando daqui a única medida desagregada espacialmente: o Pavilhão de Exposições de P. Delgada.

Não se conhecem quais os parques de campismo a construir em 98? Nem quais os trilhos turísticos a limpar e a manter? - estou apenas a referir as pequenas acções que lá estão. Nem quais as acções de animação cultural, recreativa e desportiva com interesse para o Turismo?!

Conhecem-se, sim senhor!

Mas o Governo optou por "fechar-se em copas", sem dizer o que vai fazer e aonde!

O Pico e as outras ilhas com menor população não têm direito a investimentos estratégicos? Nem campos de golfe, nem centros de congressos, nem ordenamento de orlas marítimas, nem recuperação de baías, nem projectos de estruturas de animação? Como se no Pico não houvesse um campo de Golfe a construir por privados, nem houvesse baías com vocação turística a recuperar, nem necessidade de estruturas de animação. Se não anda distraído...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não anda!

O Orador: ... o Governo conhece estas realidades:

80 mil contos para apoio aos investidores privados em 98 e 75 mil contos para 1999 e 2000, vão apoiar o quê?!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqueles que tinham e têm sensibilidade para as questões ambientais, e são cada vez em maior número, esperavam deste Governo uma outra postura relativa às questões do Ambiente.

Estava prometida, até uma Secretaria do Ambiente foi prometida. E nós o que é que vemos? Nem do alto da nossa montanha...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Uma Secretaria do Ambiente prometida?!

Só se foi o Sr. que prometeu isso!

O Orador: ... vimos o que quer que fosse de diferente!

Até para as verbas globais para toda a Região, isso é evidente.

Senão vejamos:

1996 - 430 mil contos;

1997 - 556 mil contos;

1998 - 422 mil contos (inferior a 1996);

1999 - 460 mil contos;

2000 - 484 mil contos.

O que é que o Sr. Secretário vai fazer com estas verbas nos Açores e com as magras verbas que estão reservadas para o Pico?!

À cabeça, uma preocupação de todos os picoenses: a defesa da orla marítima das Lajes. É para fazer ou não?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É sim senhor!

O Orador: Não há verbas no Plano!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Vai-se fazer!

O Orador: Sr. Deputado, cale-se! O Governo é que sabe se é para fazer ou não!

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Os apartes são regimentais, Sr. Deputado!

O Orador: Sabemos que o ano de 1997 foi queimado, porque só agora se vai adjudicar o estudo de impacte ambiental.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Que o Sr. não fez!

O Orador: Não se antecipando a conclusão dos estudos, que nem começaram. Sabe-se que é uma zona costeira particularmente sensível, dada a sua enorme biodiversidade animal e vegetal.

Este facto, no entanto, não poderá continuar a pôr em perigo pessoas e bens, como tem acontecido periodicamente nas Lajes do Pico. Além disso, as legítimas aspirações desta Vila, a tornar-se Vila Museu da Baleação - cada pessoa e cada pedra falam ali desta odisseia - não se compadece com mais derrogações, com tanta morosidade em avançar com este processo.

Deputado Fernando Menezes (PS): Foram 20 anos que os Srs. estiveram!

O Orador: E outras zonas da orla marítima do Pico, que o tempo e os homens têm vindo a degradar, necessitam intervenção rápida. Como exemplo, a Baía de Canas, a Baía da Prainha do Galeão, parte da orla marítima da Madalena.

De verbas nos Planos para tudo isto, nem vale a pena falar, por decoro.

Que recursos (lagoas e ribeiras, por exemplo) o Sr. Secretário vai gerir no Pico nos próximos três anos com 37.000 contos? E o que vai fazer com as áreas protegidas? Desde logo, a Montanha: regulamentação do acesso, construção da casa-abrigo a meio da encosta de que nunca mais se ouviu falar? Um silêncio de "vinha vindimada" paira sobre a Paisagem Protegida da Vinha do Pico. Sendo a única nos Açores - como bastamente temos referido - totalmente constituída por património construído, exige, logicamente, um maior dispêndio de verbas. Onde estão? E os três núcleos desta Paisagem propostos para classificação como Património Mundial? Neste ano, o que foi feito? A Direcção Regional do Ambiente acompanhou a construção da Central das Ondas no Cachorro e fez cumprir as exigências anteriormente feitas à empresa promotora do empreendimento? Ou a classificação daquele núcleo do Cachorro, como Património Natural, estará irremediavelmente comprometido, arrastando consigo os restantes dois núcleos?

E a aquisição do moinho, no coração do núcleo do Verdelho na Criação Velha, aquele que é o melhor miradouro para visualização da paisagem única dos rendilhados de pedra? Nunca mais se ouviu falar de nada disto e os Planos que agora discutimos também não o evidenciam. E as nossas grutas? A gruta das Torres, uma

das maiores do mundo, para a qual se tem reclamado nos últimos anos uma intervenção, continua a ser vandalizada. É preciso acudir-lhe.

A baleação e a cultura da vinha, estão indelevelmente ligadas ao homem do Pico nos últimos séculos.

Por isso, registamos com agrado as verbas atribuídas para a continuação da construção do Museu do Vinho. O mesmo já não podemos afirmar no que respeita aos Museus dos Baleeiros e da Indústria Baleeira.

A projecção que estes têm atingido no contexto museológico dos Açores exige do Governo uma maior atenção do que estes Planos sugerem.

Congratulamo-nos, porém, com a aquisição de uma das três casas dos botes das Lajes (uma já foi adquirida pela Câmara). Pensávamos que a terceira seria adquirida pelo Turismo, mas, infelizmente, desta última, nunca mais se soube nada. Exigimos da Secretaria da Economia o acelerar do processo de aquisição daquela estrutura, atribuindo-lhe a finalidade para que, anteriormente, foi destinada, após muito diálogo com todas as partes interessadas.

O Convento de S. Pedro de Alcântara, o tal que ia ter uma nova cobertura no Verão passado, e para o qual estão reservados 100.000 contos para os próximos três anos, o que é que nele será feito com estas verbas?

O que é que o Sr. Secretário da Educação vai fazer com esta verba naquele magnífico edifício? Um leigo na matéria, como eu, vê de caras que não dá "nem para meia missa".

Uma palavra para a magnífica colecção de whiskies do Sr. Quaresma, reconhecida mundialmente, que importa preservar para os vindouros e para os visitantes.

Talvez este rosário de mazelas fosse escusado...

Que turismo, que paisagens protegidas, que museus, que animação, se as acessibilidades não existem?

Internamente, a repavimentação das estradas regionais anda a passo de caracol. Os caminhos agrícolas e rurais, que também servem os turistas e ambientalistas, não têm verbas para a sua conservação, que fará para a abertura de novos?

Externamente, continuamos sem aeroporto e o Sr. Secretário continua a tresler. O transporte de passageiros por via marítima na época média e alta do turismo, foi o

que se viu e o que se viu foi a triste prestação dum Secretário que, querendo ser diferente, "borrou a escrita"!

Uma última palavra para o Triângulo.

Talvez nalguma parte destes Planos se fale dele. Mas não descobri ainda. E a prova provada (uma delas) da falta de substrato destes documentos, da sua falta de visão estratégica, da sua falta de ambição, este triângulo de ilhas (Pico, Faial e S. Jorge) é, para além de uma evidente realidade geográfica, um subdestino turístico de eleição. Há que tratá-lo como tal!

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

Deputado António Loura (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta sessão legislativa toda a atenção está virada para a sua ordem de trabalhos que é a apreciação, discussão e votação de documentos que são importantes para o desenvolvimento integral de toda a nossa Região. Falo do Plano a Médio Prazo 1997/2000, do Plano e Orçamento para o ano de 1998.

Em Maio deste ano o Governo Regional apresentou nesta Assembleia como lhe competia a proposta do Plano a Médio Prazo 1997/2000, não sendo aprovada após amplo debate.

Agora o Governo apresenta-o de novo, recebendo para tanto os contributos importantes dos Parceiros Sociais e dos Partidos Políticos com assento na Assembleia Legislativa Regional. Daí resultou um documento com algumas alterações, como sendo o conceito de economia sustentável e competitiva, necessidade de maior participação do sector privado e a valorização dos recursos humanos.

Se é certo que estas modificações são boas, também o é, o facto de, os meios financeiros disponíveis serem insuficientes. Isto não deve ser causa inibidora de se levar por diante aquelas medidas, o que se exige, é que o Governo Regional faça uma

gestão cuidadosa dos dinheiros públicos, com vista a um integral aproveitamento dos mesmos. Deste modo ganharão os Açores e os açorianos.

Sendo o Plano a Médio Prazo um instrumento definidor da estratégia de desenvolvimento económico e social para a Região, consubstanciado no Programa do Governo Regional, a sua não aprovação poderá ter consequências nefastas para o todo regional, uma vez que, o sector privado, como pólo dinamizador na criação de mais riqueza, não tem indicadores credíveis das opções e das estratégias de desenvolvimento regional.

Quanto ao Plano e Orçamento para o ano de 1998, estes representam a segunda fase da programação do Plano a Médio Prazo 1997/2000. Ainda que o Plano para 1998 reflecta as alterações efectuadas no Plano a Médio Prazo o que é certo, é que ficou aquém das expectativas. Digo isto, porque num quadro extremamente vantajoso para a Região, em que se conjuga com a Resolução da Dívida Pública Regional e com a esperada aprovação de proposta da Lei das Finanças Regionais, era de esperar um pouco mais em termos de dotação orçamental, nos programas que melhor potenciam o desenvolvimento regional. Mas, é preciso não esquecer que a Região foi assolada por fortes temporais em Novembro e Dezembro de 1996 e nos dias 30 e 31 de Outubro deste ano, com maior expressão na Ilha de São Miguel. Em face disto viu-se o Governo Regional, para poder acudir aos sinistrados e aos estragos causados, dotar o Programa Calamidades para o ano de 1998 em 6.1 milhões de contos, prevendo no Plano a Médio Prazo gastar 18.7 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da análise feita ao Plano para o ano de 1998, e no que respeita à Ilha de Santa Maria verifica-se a manutenção dos programas anteriores.

No sector da Agricultura e Pescas as verbas atribuídas com vista à presunção da dinamização dos sectores são as exigidas e as necessárias para que cada vez mais estes vectores tragam mais valor para a ilha. Refiro-me aos projectos de abastecimento de água à lavoura, da Casa de Matança, estando previsto início da construção de uma nova unidade para o ano 2000, serão também reparados os portos dos Anjos, Maia e S. Lourenço.

No âmbito do Desenvolvimento Florestal verifica-se que o plano atribui verbas muito significativas, para início dos grandes arranjos de que os caminhos rurais carecem.

No Turismo, área que Santa Maria aposta com convicção mas cautelosamente, é de todos sabido que para atingirmos patamares de desenvolvimento sustentado este, não passa só pelo empenhamento dos marienses, mas sim de todos os açorianos e do Governo Regional em particular. Assim, deve o Governo continuar a preocupar-se com a baixa do custo da acessibilidade à Região nos transportes aéreos e o mesmo nos transportes marítimos internos. Deve-se continuar a promover a Região no exterior junto de agências de viagens e operadores turísticos. Estas e outras medidas serão, de certo, tomadas pelo Governo Regional com vista a que todos as parcelas da Região contribuam no futuro, com uma quota, para a riqueza regional.

Queria aqui referir também programas que contemplam verbas inscritas muito significativas como sendo: Reabilitação das Estradas Regionais, Reparação da Escola Secundária EB 2,3/Bento Rodrigues e Defesa do Património Cultural. Por fim, menciona o programa de Habitação com dotação apreciável, dando corpo ao grande empenhamento que este Governo demonstra numa área tão sensível, procurando criar melhores condições e qualidade de vida aos nossos conterrâneos com menos posses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo o Plano possível, penso que cumprido na íntegra promoverá o desenvolvimento, porque estou optimista quanto ao futuro da Ilha e este será, sem dúvida, uma das peças importantes para atingirmos esta meta.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Caros Membros do Governo:

Em Novembro de 1996, foi aprovado por esta Assembleia o Programa do VII Governo Regional. Está contido neste documento um conjunto de directrizes orientadoras das políticas sectoriais que naturalmente devem nortear esta Assembleia

e o VII Governo Regional dos Açores, durante o quadriénio 97/2000. Neste Programa não só se fez um diagnóstico claro da situação económica que se vivia nos finais de 96, como também se definiam regras essenciais para o desenvolvimento económico e social dos Açores. Muitas directrizes constituíam porta-bandeiras da campanha do Partido Socialista às eleições legislativas de 96 e é importante fazer agora, após um ano de governação inteiramente da responsabilidade do Partido Socialista, um pequeno balanço do que já se cumpriu ou se está em vias de cumprir e o que se pretende fazer durante o ano de 98 e nos anos subsequentes que vão até ao ano 2000. A razoabilidade das nossas promessas eleitorais deve ser atestada pela eficácia das nossas respostas políticas, a capacidade de intervir na sociedade deve ser analisada à luz dos efeitos práticos da nossa governação e a solidez dos nossos argumentos deve ser confrontada com a maior ou menor razão dos argumentos dos partidos da oposição.

Não viemos para aqui manipular números nem demonstrar o inverosímil, que é tentar fazer passar que o investimento deste Governo não aumentou de 96 para 97 e que o PMP de 1993/96 é superior ao PMP de 1997/2000. Também nem sequer nos demos ao luxo de contra-argumentar a falaciosa afirmação de que o Plano de 97 ou de 98 é um Plano de Betão e Cimento, nem sequer esta afirmação, por parte da oposição, tem pernas para andar, pois que as calamidades estão aí e ninguém duvida de que é preciso reconstruir o que o mau tempo desfez e a incúria de muitos anos, por parte de todos, e aqui não especifico ninguém, não acautelou.

Assim o exige quem sofreu na pele as intempéries, assim exige o desenvolvimento dos Açores que não admite que obras tão importantes como a reconstrução de portos, de estradas, de pontes ou de simples caminhos de penetração possam ser adiadas, como foram em calamidades anteriores. É, pois, natural que haja ainda muito betão e muito cimento no Plano de 98 e no Plano a Médio Prazo. Não podemos e, face às inúmeras necessidades de investimento surgidas devido às tempestades, fazer política barata, criticar por criticar ou lançar alguns chavões para a comunicação social perfeitamente autistas.

Mas vamos discutir, mais em detalhe, o nosso ponto de partida, perceber melhor a situação económica presente e ver quais as propostas que o Plano de 98 e o PMP encerram para os próximos 3 anos.

Hoje é reconhecido por todos que em 1995 a economia dos Açores bateu o fundo do poço. Fazendo fé nos dados fornecidos pelo Serviço Regional de Estatística, no ano de 95 atingiu-se níveis de desemprego elevados, o sector primário representou cerca de 20.4% da estrutura de emprego, invertendo-se mesmo a tendência decrescente que se vinha fazendo sentir neste sector durante largos anos, a taxa de inflação foi de 5.5%, superior à do Continente e a da Madeira e o consumo de cimento foi 20% inferior ao célebre ano de 1992, onde começou a verdadeira derrapagem financeira do Governo anterior. A situação em 96 melhorou um pouco em relação a 95, o que mostra claramente que a actual recuperação económica não é conjuntural. É, porém, no ano de 97 que, decididamente, a situação económica começa a alterar-se substancialmente. Assim, no final do 3º trimestre de 97 a população empregada passou para 90 mil e 400 pessoas, ou seja, mais 3 mil e 470 empregados do que em 95, a população desempregada baixou para 5 mil 190, ou seja, menos 2 mil e 336 desempregados do que em 95, e a população activa passou para 95 mil 590, ou seja, aumentou cerca de 1 242 activos. A população do sector primário passou também no 3º trimestre de 97 para 15.8%, ou seja, menos 4.6% do que em 95; o sector secundário, onde se inclui a construção civil, também baixou ligeiramente, de 22.6% passou para 21.9%, e é no sector terciário que se criam decididamente mais empregos, visto que se passou de 57%, em 95, para 62.3%, no 3º trimestre de 97.

A taxa de inflação em Setembro de 97 foi de 1.3% e é actualmente significativamente mais baixa do que no Continente e na Madeira que anda à volta dos 2.4%. Não é, pois, de estranhar que num estudo realizado em Julho deste ano, pela minha Secretaria, se tenha verificado que num cabaz de 31 produtos de uso corrente tenha havido em média e em todos os Açores uma baixa de cerca de 0.3% em relação ao do ano passado. Os Açores vivem, hoje, um período de estabilidade de preços, de elevado investimento produtivo, por parte dos privados, das Autarquias e do Governo Regional. A este propósito, gostaria de mencionar que em 24 de Novembro de 1997 foram já gastos em contratos celebrados com privados no domínio dos Programas

SIRALA e SIRAPA cerca de 1 milhão e 300 mil contos o que corresponderá a um total de investimento de cerca de 3 milhões de contos.

Por outro lado, o Turismo apresentou um salto positivo em relação a 96. Segundo os valores apresentados pelas diversas transportadoras aéreas, apesar de todos os problemas havidos, nos quais se incluem naturalmente as intempéries, a crise sísmica de Junho passado e a greve dos pilotos da TAP, o ano de 97 foi melhor que 96, que foi o melhor ano de sempre. Basta dizer que de Janeiro a Setembro de 97 a TAP transportou para os Açores mais 11.3% de passageiros do que durante o mesmo período de 96 e o mesmo aconteceu com a SATA nos seus voos "charters" para Lisboa e as suas associadas comerciais, "Azores Express" e "SATA Express".

É evidente que o ano de 97 se viveu sob o síndrome dos chamados "terrenos da Calheta", herança pesada, deixada pelo Governo anterior. Dá um relativo atraso em alguns investimentos nesta zona e alguma ligeira demora no início de certos projectos. Mas julgo que estamos já no bom caminho. Iniciaram-se, este ano, importantes obras de ampliação em alguns hotéis, quer em S. Miguel, quer no Faial, e o ante-projecto para um novo Hotel em Angra do Heroísmo já foi entregue na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e na Direcção Regional do Turismo. Deram-se progressos importantes em relação à resolução definitiva do Hotel de Angra do Heroísmo e o Programa Preliminar para o desenvolvimento do Plano Integrado de reanimação da Baía de Angra está já concluído e irá ser brevemente apresentado às diversas entidades competentes, onde se inclui naturalmente a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, para correcção e reapreciação, à semelhança do que se fez com a Câmara Municipal de Ponta Delgada com os terrenos da Calheta. No dia 6 de Janeiro proceder-se-á à apresentação pública dos trabalhos resultantes do concurso de ideias para os terrenos da Calheta e encontra-se em fase de elaboração final o concurso para a alienação dos terrenos da Região sito à Rua do Calhau, para que desta vez, sem ilegalidades nem atropelos, se avance com segurança para a construção de hotéis de qualidade numa zona tão sensível da cidade de Ponta Delgada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do vosso conhecimento, os Açores devido à sua dimensão, dispersão e situação geográfica apresentam dificuldades permanentes que condicionam o seu desenvolvimento. Aquando da aprovação do Programa do VII Governo nesta Assembleia Regional, foram definidas algumas orientações de Política Geral que resultaram de um profundo debate feito pelo Partido Socialista junto da sociedade civil, nomeadamente através da Convenção para uma Nova Autonomia. Ficou claro que para o desenvolvimento dos Açores seria necessário encontrar um amplo consenso com o Governo da República, de forma a encontrar plataformas de entendimento que viessem ao encontro de pretensões justas das Regiões Autónomas, no que diz respeito à aprovação de uma verdadeira Lei de Finanças das Regiões Autónomas, de um critério claro para a convergência do tarifário eléctrico com o todo nacional, do abaixamento dos custos com o transporte aéreo e marítimo de e para os Açores.

Foi com enorme satisfação que todos nós soubemos do excelente acordo obtido entre o Governo Regional e o Governo da República sobre a Lei das Finanças das Regiões Autónomas que vem clarificar as relações entre Governos, afastar de uma vez por todas dúvidas, suspeições e até conflitos institucionais de má memória e permitir o planeamento atempado do investimento.

Mas se a Lei das Finanças das Regiões Autónomas foi uma conquista importante e agora claramente aceite por todos - veja-se finalmente as declarações, embora tardias, de alguns políticos da oposição que lastimam, nunca terem conseguido junto do Partido Social Democrata de Cavaco Silva, que na altura governava a República, abertura suficiente para este desiderato - a aceitação por parte do actual Governo da República do princípio da uniformização do tarifário eléctrico e também uma medida de grande alcance. Para isto (pacientemente) no decorrer do ano de 97 elaborámos estudos, dialogámos com o Governo da República, especialmente com o Senhor Ministro da Economia e com a Entidade Reguladora do Tarifário Eléctrico. Estamos, hoje, em condições de afirmar que o ano de 98 será o primeiro ano para a convergência, já que em Janeiro próximo acontecerá nos Açores um nível de abaixamento do tarifário ligeiramente superior ao do Continente e que no início do 2º semestre haverá um novo abaixamento segundo uma fórmula de compensação dos

custos reais de cada empresa que actua no todo nacional. Fica, assim, esbatido mais um constrangimento importante ao desenvolvimento económico dos Açores e desta forma as Regiões Autónomas ficam umbilicalmente ligadas a um processo de convergência que não é só nacional, mas também é europeu. Trata-se de uma aspiração antiga de todos os açorianos que este Governo soube mais uma vez levar a bom termo.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa grande batalha, em 1998, é preparar as condições para que em 99 se verifique um abaixamento significativo dos transportes tanto marítimos como aéreos. Já foi criado um grupo de trabalho para reformular o Convénio de obrigações de serviço público para o transporte aéreo para as Regiões Autónomas e preparar o futuro concurso público que regulará as ligações entre estas Regiões e o exterior, em que o Governo Regional será representado pelo Senhor José Pacheco de Almeida já nomeado para o efeito. Estamos certos de que, em estreita consonância com o Governo Regional e com o Governo da República, este grupo de trabalho irá encontrar as melhores soluções que defendam os interesses dos Açores, principalmente no que diz respeito a um abaixamento significativo das tarifas aéreas e das indemnizações que a SATA deve receber pelo encaminhamento dos passageiros das diversas ilhas para as "gateways" e vice-versa. Os trabalhos desta comissão têm início no próximo mês e estamos certos de que em meados de 98 o concurso público terá regras claras, que permitirão uma maior concorrência e competitividade entre as diversas empresas.

Por sua vez, a SATA-AIR, Açores já contratou um novo "Boeing 737", em sistema de "leasing" que entrará em funcionamento em Abril de 98. Este novo equipamento irá servir de "backup" ao "Boeing 737" já existente e permitirá também que esta empresa possa concorrer em parceria ou não a uma ou mais rotas do futuro concurso público que terá lugar em 98 para as Regiões Autónomas. Só por este aspecto vale também a pena a aquisição deste novo aparelho.

No que diz respeito ao transporte marítimo continuam a decorrer negociações com o Governo da República, principalmente com o Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Defesa com vista à criação de um tráfego inter-ilhas que seja

despenalizado em termos de taxas portuárias, de estiva e de toda a burocracia actualmente existente que tem a ver com os "desembaraços" nas diversas capitánias, ainda anteontem tivemos uma reunião, na Secretaria Regional de Economia, com técnicos da Direcção Geral dos Transportes Marítimos e com os empresários do tráfego local para resolver este assunto. Trata-se de um problema complexo que interfere com competências por vezes cruzadas da Região, do Ministério do Planeamento e da Defesa e que se arrasta já há muitos anos e que só agora começa a ser encarado de frente. Durante o ano de 98 será definido o Serviço Insular mínimo de Cabotagem que deve presidir à abertura da Região aos diversos armadores, em Janeiro de 1999. Todo o Sector de Transporte marítimo está a ser objecto de um novo pacote legislativo, segundo as novas directrizes do Livro Branco. Os Açores estão a acompanhar atentamente todo este processo em estreita consonância com os armadores, com os diversos operadores e com a Secretaria de Estado dos Transportes Marítimos e Infraestruturas Portuárias.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Plano a Médio Prazo a Secretaria da Economia tem a seu cargo os Programas ligados ao Desenvolvimento do Turismo e respectivos Sistemas de Incentivos, ao Desenvolvimento Industrial e do Comércio e Exportação e respectivos Sistemas de Incentivos, a Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos, ao Desenvolvimento dos Transportes Aéreos e a Consolidação e Modernização do Sector Energético. Cabe ainda a esta Secretaria aplicação do projecto 33.4 respeitante às calamidades relativas aos transportes marítimos. Para o quadriénio 1997/2000 estes programas e o projecto 33.4 tem no seu conjunto uma verba global de 39.2 milhões de contos, dos quais 10.8 milhões estão adstritos ao Desenvolvimento do Turismo e seus Sistemas de Incentivos, ou seja, cerca de 27.4%. O sector industrial, comercial e energético, e os seus respectivos sistemas de incentivos, estão contemplados com uma verba de cerca de 8.2 milhões de contos, ou seja, cerca de 21% do total e o sector de infraestruturas portuárias, devido às calamidades, e a reparação de inúmeras infraestruturas que estavam em curso, encontra-se dotado com cerca de 15.6 milhões de contos, ou seja, com cerca de 39% do total das verbas adstritas a esta Secretaria. Finalmente o Programa 15, relativo ao Desenvolvimento

dos Transportes Aéreos, conta com a verba de 4.7 milhões de contos, ou seja, cerca de 12.0% da verba total da Secretaria de Economia inscrita no PMP.

De uma forma breve irei expor os principais objectivos e as diferentes metas para cada uma destas áreas e sempre que possível, lançarei para discussão as dotações financeiras correspondentes às diversas acções.

A programação para o sector do Turismo enquadra acções que têm como objectivo continuar os projectos lançados em 97 e que têm natural continuidade nos anos subsequentes dos quais visam criar nos três centros de distribuição da Região (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta) infraestruturas que potenciem a construção de novas unidades hoteleiras de qualidade e que contrariem o elevado grau de sazonalidade actualmente existente. São os casos da construção dos Campos de Golfe do Faial e da conclusão do Campo de Golfe da Batalha e da adaptação do Teatro Micaelense a Centro Cultural e de Congressos. A reconstrução do Teatro Faialense e a construção da Marina de Angra do Heroísmo, através da medida do Turismo e Defesa do Património do PEDRAA II, também se inserem neste objectivo.

O Programa 7, Desenvolvimento do Turismo, aparece aparentemente em 98 com menos dotação financeira do que em 1997, porém se tivermos em atenção que, no próximo ano, acções, como a aquisição das participações da VerdeGolf, a construção das Delegações Regionais do Turismo, tanto na Terceira como na Horta, e a reparação do Hotel Caravelas, não se repetirão. Verifica-se, afinal, que existe mais verba disponível em 98 do que em 97. Assim, é possível reformar em 98 as infraestruturas de apoio, acção que será levada a cabo em estreita ligação com as autarquias, iniciar o plano de desenvolvimento integrado da Baía de Angra e dar um impulso substancial ao campo de Golfe do Faial. É, porém, nos sistemas de incentivos de apoio ao Turismo que se nota a maior preocupação deste Governo em dar um forte impulso à iniciativa privada. Já foi dito pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores que não haverá nesta Região nenhum investimento em unidades hoteleiras que fique por fazer por falta de verbas no sistema de incentivos. O aumento de verbas deste ano em relação ao ano anterior é tanto mais significativo quanto está em curso a adaptação do SITRAA como um sistema complementar ao remodelado SIFIT. Assim, em vez dos empréstimos saírem das verbas do Plano do Programa 8,

sairão do orçamento nacional, o que irá mais que duplicar o apoio aos privados. Para além disto, a extensão do Regime de Incentivos às Microempresas (RIME) e do Sistema de Apoio aos Jovens Empresários (SAJE) à Região Autónoma dos Açores, já actualmente em vigor, permite que uma boa parte dos apoios a projectos no âmbito do turismo rural sejam também financiados pelo orçamento de Estado.

Os Programas relativos ao desenvolvimento industrial e ao desenvolvimento do Comércio e Exportação apresentam ligeiros aumentos ao longo dos vários anos e resultam da acção do Governo nestas áreas que tem mais uma função de apoio supletivo ao empresário do que uma acção directa de se substituir ao próprio empresário. O Programa 11 contém aparentemente um corte de meio milhão de contos no apoio às diversas iniciativas empresariais. Este programa sustenta basicamente dois sistemas de incentivos regionais: o SIRALA e o SIRAPA. Dado que o RIME já está em vigor na Região e cobre todas as áreas de apoio do SIRALA, julgamos que lentamente os empresários deverão também dirigir-se para este sistema de incentivos que tem uma dotação nacional para o quadriénio prevista para 100 milhões de contos e que tem uma comparticipação a fundo perdido igual ou superior ao do próprio SIRALA. Também a adaptação à Região das medidas 3.4 e 3.5 do PEDIP poderão em parte vir complementar o actual SIRAPA. Este Governo, com este corte de verbas, neste programa, não pretende

coarctar a iniciativa privada, antes pelo contrário, quer é estimular a sua participação em programas nacionais, de forma a que esta concorra a todos os sistemas de incentivos que estão à sua disposição, quer estes sejam de âmbito Regional, Nacional ou Europeu. Trata-se de mais uma vez acompanhar o todo nacional numa caminhada de convergência para o todo europeu, tendo sempre em atenção a necessidade de nos Açores, se criarem mecanismos voluntaristas para que esta aproximação se venha a realizar em tempo útil. Seria um erro grave a criação de um regime de incentivos de base regional totalmente desligado do todo nacional e desinserido do que se está a passar ao nível europeu. Um trabalho de contínua informação e divulgação deverá continuar junto dos empresários para que estes possam tirar o máximo partido dos vários sistemas de incentivos que estão à sua disposição. Contudo, se verificarmos que, por alguma razão, os incentivos agora em vigor não funcionam adequadamente,

não hesitaremos em solicitar um orçamento rectificativo de forma que continue a existir um fluxo considerável de investimento privado nestas áreas.

No que diz respeito ao Programa 14 e ao Projecto 33.4, estão enumeradas as diversas acções, com as respectivas dotações financeiras que irão remodelar as diversas infraestruturas portuárias sob a jurisdição ao das Juntas Autónomas, onde se incluem também os núcleos de pesca, as áreas marítimas e as marinas inseridas nos Portos Comerciais. A este propósito, gostaria de mencionar que a ampliação da marina da Horta tem o seu projecto já concluído e que no próximo Conselho do Governo irá ser proposto o Concurso Público para adjudicação desta empreitada. A obra de reconstrução do Porto de Ponta Delgada já foi projectada, adjudicada e consignada por este Governo em Setembro último. Em relação à obra de reconstrução do Porto da Praia da Ilha da Graciosa irá ser apresentada no próximo Conselho de Governo a proposta da sua adjudicação. O projecto de ampliação do Porto do Corvo encontra-se totalmente concluído, bem como o projecto de reparação do Porto das Pipas, em Angra do Heroísmo.

Os projectos de reparação dos Portos de S. Roque do Pico e de reordenamento da sua baía, de reconstrução do Porto da Madalena e de ampliação do Porto da Calheta ficarão concluídos até Março o próximo. Pretende-se adjudicar a ampliação do Porto da Casa conjuntamente com o Porto de S. Roque, de forma a interessar os vários concorrentes por esta obra. Os ensaios laboratoriais das diversas infraestruturas portuárias têm sido realizados no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e em Delft, Holanda. Em Março próximo será feito um seminário com especialistas da área portuária onde se passará em revista todos os projectos de reconstrução, ampliação e reparação das infraestruturas portuárias agora mencionadas, tendo em vista a sua estabilidade face às diversas ondulações mais significativas. Serão convidados para este seminário os Presidentes das Câmaras Municipais, especialistas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, do Laboratório de Construção Naval e de Ensaios de Delft, Holanda, e do Instituto Nacional de Meteorologia. Serão também debatidas medidas de prevenção em caso de fortes tempestades.

A adjudicação da empreitada para o desencalhe das embarcações no Porto de Ponta Delgada está apenas à espera da publicação em Diário da República do Decreto que

autoriza a Região a ser responsável por tal operação. Tudo está a postos para que se proceda ao desenganche imediato das referidas embarcações.

O Programa 15, com uma dotação financeira de cerca de 4.7 milhões de contos, tem a seu cuidado um conjunto de empreitadas correlacionadas com a reparação de aeródromos, de aerogares e do apoio à exploração dos aeródromos da Região Autónoma dos Açores. O projecto 15.3 visa cobrir os custos derivados das obrigações de Serviço Público impostas à "Sata Air Açores, EP" e que, no nosso entender, devem-se situar à volta dos 700 mil contos/ano, tal como prevíamos o ano passado. A fórmula de indemnizações compensatórias acordada com esta empresa está, segundo creio, sobreestimada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano de 98 e o Plano a Médio Prazo encerram um conjunto de propostas, algumas que decorrem de trabalhos já iniciados em 96, outras de trabalhos aprovados e iniciados em 97 e outras ainda que resultam de uma elencagem de prioridades que visam criar condições para que os privados venham a assumir nas diversas áreas um papel cada vez mais activo. A aprovação do Plano de 98 e do Plano a Médio Prazo dará um sinal positivo a toda a nossa comunidade empresarial e garantirá que a estabilidade económica, demonstrada pelos diversos indicadores, tenha uma sequência lógica fundada numa previsibilidade de acções devidamente calendarizadas no tempo.

Este Governo já demonstrou, ao longo deste ano, que tem uma política coerente, que aproveita o legado do passado naquilo que ele tem de bom, mas que não perde tempo em traçar rumos novos, quer sejam na área dos incentivos quer sejam na área das políticas relativas aos transportes e do turismo. Apesar do atraso na promulgação do decreto orçamental de 97, este Governo apresenta, neste momento, taxas de execução mais elevadas do que a média do quadriénio anterior. O Plano de 98 e o Plano a Médio Prazo são coerentes com o passado, apresentam inovações para o futuro e representam para esta Região um passo em frente rumo ao progresso e à convergência com a União Europeia.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aproximadamente 6 meses, estivemos reunidos nesta Casa para apreciarmos o Plano a Médio Prazo 97/2000 e o Plano e o Orçamento para o ano em curso.

Quis o destino e o entendimento (ou o desentendimento!) entre o PS e o PP, que o PMP não chegasse a ver a luz do dia.

Cumpre-nos, assim, de novo apreciar, em conjunto com o Plano e o Orçamento para este ano, o novo - velho- Plano de Médio Prazo, cuja grande inovação consiste em incluir um ano económico que, depois de aprovado, corre o risco de ser reprovado.

Situação muito "sui generis", sem dúvida. Aliás, é apenas mais uma das muitas "originalidades" a que este Governo nos tem habituado.

Não fora o pedido para contrair um empréstimo antes da aprovação do Orçamento, por sinal tão urgente que só hoje foi concretizado, não fora o pedido de avales para empréstimos já avalizados, não fora o esquecimento de inscrever importantes receitas no Orçamento da Região, julgaríamos estar perante uma proposta de plano de um qualquer país do terceiro mundo.

Mas não, é assim mesmo, é o Governo que temos, o auto-designado **melhor Governo de sempre!**

Um Governo que apresenta os planos à Assembleia com uma semana de atraso em relação ao orçamento, que os entrega na Delegação da Terceira, provocando demoras na sua distribuição pelos deputados que os receberam na véspera da sua discussão em Comissão. E como se isso não bastasse, apresenta alterações depois de elaborados os relatórios das respectivas Comissões.

É muita indisciplina junta!

E se as calamidades servem sempre de desculpa, neste caso não há desculpas.

Foram propostas de alterações que vão para além do Programa "Calamidades". Quer umas quer outras, deveriam seguir a tramitação normal nestas situações,

configurando-se com propostas de alteração a apresentar pelo grupo parlamentar que suporta o Governo.

Estas são apenas algumas notas prévias que o respeito por esta Assembleia impõe que fiquem registadas e às quais se junta a inexplicável falta de relatórios de execução material e financeira, não obstante já estarmos no decurso do último trimestre de 1997.

Que diria o PS noutros tempos?!

Que pensa, hoje, o Partido Socialista, já que apenas pode pensar?

Pensará, certamente, que o seu desempenho na oposição era indiscutivelmente melhor do que a sua actuação no Governo. Nisso estamos de acordo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano de Médio Prazo em discussão é, no essencial semelhante ao apresentado no início do ano e que não mereceu a aprovação da maioria dos deputados desta Câmara. Pressupõe os mesmos objectivos, propõe-se atingir as mesmas metas, dispõe de idêntico volume global de recursos financeiros, excluindo as calamidades recentes, apresenta algumas alterações de forma, revela a preocupação em dar resposta a algumas das **muitas** críticas efectuadas pela oposição e pelos parceiros sociais.

Infelizmente, essas alterações não foram consequentes. Não passaram de boas intenções, sem repercussões ao nível da afectação de recursos, assistindo-se mesmo em alguns casos à redução da dotação inicialmente prevista.

Na realidade, o PMP explicita melhor as linhas de política a desenvolver e reordena os vectores estratégicos, fazendo incluir o Turismo, o Comércio, a Indústria e o Apoio à Iniciativa Privada no sistema produtivo regional. Contudo, reduz 3,2 milhões de contos nos sectores produtivos, presumindo, porventura, que os açorianos não distinguem a diferença entre as intenções e as acções, entre o real e o virtual, entre o "faz" e o "faz de conta".

Na Agricultura prometeu-se 40 milhões há um ano, propôs-se 27 em Maio e, seis meses depois, orçamenta-se 26 milhões de contos.

Nas Pescas promete-se a modernização do sector e a construção de estruturas de apoio e, simultaneamente, reduzem-se as verbas em 500 mil contos.

No Turismo quer-se promover o desenvolvimento da actividade e afecta-se menos 812 mil contos.

Na Indústria e no Comércio pretende-se fomentar o seu crescimento e as verbas inscritas nesses sectores representam apenas 0,8% e 0,6%, respectivamente, do investimento total.

Promete-se apoio à iniciativa privada e reduzem-se os incentivos em 1 milhão e 200 mil contos.

Promete-se tarifas mais baixas e reduz-se o apoio à transportadora aérea regional, de tal forma que estas representam 50% do previsto no contrato de serviço público.

Promete-se melhor qualidade ambiental e retira-se 1 milhão 863 mil contos ao respectivo programa. Em contrapartida, aumentam os "sacos azuis" com nuances cor-de-rosa. 26% do Plano são despesas não desagregadas, ou seja, 44 milhões de contos. Reforçam-se os programas eleitoralistas, continua-se a política do imediatismo, do marketing político, em que o "merchandising" são as casas que se atribuem, os cheques que se dão, as calamidades invocadas a propósito e a despropósito, os subsídios atribuídos por tudo e por nada, a inauguração de obras que constituem, obviamente, a "pesada herança".

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Isso já foi há muito tempo. Não é de agora!

A Oradora: Beneficiando de uma conjuntura extremamente favorável, conjugada com o novo quadro financeiro resultante da aplicação da Lei de Finanças Regionais, esperava-se deste Governo opções estratégicas de longo prazo que relançassem a iniciativa privada.

Pelo contrário, estamos perante um documento que dá prioridade ao investimento não reprodutivo, com impacto no curto prazo, à satisfação imediata dos sectores mais reivindicativos da sociedade.

Este Plano não cria condições para que o sector privado reforce a sua presença na economia, não promove o alargamento a novos mercados, não apoia o Turismo e os sectores de exportação, não concorre para a projecção da base económica regional, reedita uma forte concentração de meios no sector público.

É um somatório de projectos e um somatório de projectos não faz um plano e muito menos faz um plano de desenvolvimento.

Em Novembro de 96, estavam criadas condições para fechar um capítulo da nossa história autonómica e iniciar um novo ciclo, assente no desenvolvimento sustentado na criação de emprego, através da dinamização e complementaridade dos sectores económicos, da transferência de competências do sector público para o sector privado e da partilha de responsabilidades.

O PSD não conseguiu convencer os eleitores dessa capacidade de mudança.

Os açorianos optaram por aquilo que julgaram ser uma verdadeira mudança e afinal deparam-se com uma cópia medíocre do passado.

Volvido um ano de governação socialista, o que foi feito em matéria de privatizações?

Argumentando que a abertura do capital da SATA deve aguardar o concurso público de concessão das rotas entre a Região e o Continente, é uma falsa questão, própria de quem quer manter a situação.

A SATA foi saneada em 1996 com esse objectivo e deveriam ser os novos accionistas a definirem os novos rumos da companhia e o seu posicionamento estratégico.

Faço votos para que a próxima desculpa em 1999 não seja a situação financeira em degradação acelerada.

Afirmar que é necessário baixar o tarifário da energia antes de alienar parte do capital da EDA, é outra falsa questão.

A entidade reguladora de energia tanto intervém sendo a EDA cem por cento pública e regional, como sendo parte do grupo EDP ou mesmo sendo parcialmente privada. É tão só, uma questão de vontade política, de oportunidade, em face da nova estrutura do sector eléctrico em Portugal e que custa apenas alguns tostões a cada consumidor nacional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não sei porque é que não fez isso quando esteve lá!

A Oradora: Dizer que a Lotaçor não pode ser privatizada, é outra falsa questão.

Basta concessionar a sua exploração e os créditos incobráveis baixarão imediatamente.

Já não há lugar à gestão pública de negócios privados.

Não basta fazer profissões de fé...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Era necessário, sim, que fizesse um acto de contrição!

A Oradora: ... é necessário actuar em conformidade com o que se diz e com o que se promete e deixar de recorrer à desculpabilização permanente e à constituição sistemática de grupos de trabalho, para estudar o que já está estudado.

É necessário ter coragem para assumir as mudanças.

É necessário ter coragem para assumir o ónus de desagradar a alguns, em nome de um projecto de futuro.

É essa coragem que falta a este Governo!

(Risos da bancada do Governo)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Orçamento corrente para 1998 segue a linha despesista evidenciada no ano anterior. Regista um crescimento da ordem dos 7,6%, muito acima da inflação esperada, sendo as despesas com pessoal e as despesas com a Saúde as principais responsáveis por este crescimento, já que os encargos correntes da dívida têm vindo a baixar, por força da redução acentuada das taxas de juro no mercado nacional e internacional.

As despesas com pessoal crescem 4,4% e se a elas adicionarmos a dotação provisional, o crescimento pode atingir 11,2%.

Convém referir que em 1997 e 1998, as despesas com pessoal e a dotação provisional, cresceram no total 16,5%, valor excessivamente elevado, tendo em conta a inflação verificada naqueles anos.

É o reflexo directo de uma política de nomeações, requisições de assessores e adjuntos, sem esquecer os consultores de imagem, subalternizando e desprezando quadros capazes, experientes e dedicados da administração regional.

Por outro lado, as transferências correntes cujo principal componente é a dotação com o Serviço Regional de Saúde aumentaram em 1997, 2,4 milhões de contos. E para o ano de 1998, propõe-se um crescimento de 3,7 milhões de contos, ou seja,

13,7% de aumento. Dispensam-se comentários, sobretudo, porque a dívida da Saúde continua cada vez maior.

Verifica-se o descontrole absoluto das grandes rubricas da despesa corrente e a incapacidade de tomar medidas de fundo e de proceder às reformas estruturais que o sistema impõe. E não se pense que o problema se resolve com institutos autónomos que apenas servem para criar mais uns lugares.

Desresponsabilizar quem autoriza a despesa da obrigação de a financiar, não é solução para coisa alguma. Apenas promove o facilitismo e a criação de uma mini-administração dentro da administração regional.

A questão merece muita ponderação e bom senso. E, sobretudo a "mea culpa", por parte de quem há um ano falava sem saber o que dizia.

Também a receita merece o nosso reparo.

Assiste-se a um crescimento de 6,9% nos impostos directos, quando no 1º semestre de 1997 não houve crescimento. E quando se espera que em 1998 se promova a redução das taxas de imposto sobre o rendimento e sobre a colecta e se concedam benefícios fiscais às empresas, na sequência da aprovação da Lei de Finanças Regionais.

As transferências do Orçamento previstas na Proposta do Orçamento da Região, não correspondem ao montante escrito no próprio OE já aprovado.

Os empréstimos a contrair, não obstante a entrada em vigor da Lei de Finanças Regionais, são de 12 milhões de contos, valor próximo dos contraídos em 96.

Pelo rumo que os acontecimentos tomam, a dívida a contrair por este Governo, ao longo dos 4 anos de mandato, rondará os 50 milhões de contos.

A conclusão é óbvia: em 4 anos o Governo do PS, com Lei de Finanças Regionais, vai acumular quase metade da dívida que os Governos do PSD tiveram que fazer em 20 anos. É, no mínimo, surpreendente.

Todas estas questões merecem, obviamente, a nossa justificada preocupação.

Estamos perante um Orçamento corrente despesista e um Plano eleitoralista, que atribui mais ou menos verbas aos diversos sectores, consoante a influência política dos seus titulares.

Um Plano sem estratégia, sem fio condutor, sem opções claras quanto ao futuro, que não otimiza a aplicação dos recursos disponíveis, que não promove o aparecimento de novas actividades, a criação de riqueza, a sustentabilidade do emprego, o desenvolvimento económico e, conseqüentemente, o equilíbrio das finanças públicas.

Queremos um governo que governe sem desculpas. Queremos estabilidade.

Não queremos que se perca um momento histórico de relançamento da nossa economia, de reequilíbrio das finanças regionais, de optimização da nossa qualidade de Região ultraperiférica no contexto da União Europeia.

Condenamos a gestão conjuntural, ditada pelo calendário político, pelo mediatismo das acções, pela demagogia, pelas meias verdades.

Governar não pode ser isso e o tempo encarregar-se-á de o provar.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal suponho que para pedir esclarecimentos relacionados com a intervenção do Sr. Secretário da Economia não é assim?

Deputado Eugénio Leal (PSD): Exactamente, Sr. Presidente.

Presidente: Devia ter-se inscrito um pouco mais cedo, mas de qualquer maneira tem a palavra.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Não vejo porquê, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da intervenção da minha colega de bancada Berta Cabral, na qual rebateu alguns dos aspectos constantes da intervenção do Sr. Secretário da Economia, e de acordo também com aquilo que aqui foi combinado na metodologia do debate deste Plano e Orçamento, não obstante também venha a fazer uma intervenção sobre algumas das questões que o Sr. Secretário aqui referiu e que não correspondem de todo à realidade, não podia deixar passar esta oportunidade sem levantar duas ou três questões ao Sr. Secretário Regional da Economia, nomeadamente na parte respeitante à área do Turismo.

Sr. Secretário Regional:

É inaceitável que V. Ex^a., ou melhor dizendo, que o Professor Duarte Ponte...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Doutor Duarte Ponte.

O Orador: Prof. Dr., digníssimo Professor da nossa Universidade dos Açores, venha tentar manipular com números esta Assembleia!

O movimento de turistas e de turismo, mede-se por um indicador estatístico do Serviço Regional de Estatística dos Açores que é o número de dormidas e o número de turistas que entram na Região.

Porque esse número não é favorável, o Sr. Secretário Regional tem vindo desde algum tempo a esta parte, a agarrar-se a um indicador que é o aumento de tráfego aéreo entre os Açores e o Continente.

Isso, rigorosamente, não significa, de forma alguma, que aumentou o movimento de turistas.

Que isto fique muito claro nesta Câmara.

Quero dizer também que se é verdade que o aumento da taxa de crescimento é um indicador positivo para a economia, a verdade é que ele pode ter várias origens. Por exemplo, pode ser por haver maior número de estudantes dos Açores para o Continente e vice-versa, ou pelo maior número de comerciantes que se movimentam entre a Região e o Continente, enfim pode ser por muitas e variadas razões. Até pode ser por uma razão muito simples: os açorianos estarem a fazer mais férias no Continente ou no estrangeiro. Aliás, como tudo indica que para o ano com a realização da Expo 98 os açorianos poderão visitar em grande número este acontecimento, o Sr. Secretário terá então uma taxa de crescimento enorme! E depois vai-nos vir dizer que o Turismo aumentou, porque o movimento de passageiros aumentou entre os Açores e o Continente ou vice-versa.

(Risos da bancada do PSD)

Isto é um absurdo, Sr. Secretário!

Por isso, é que eu digo e acho que é inaceitável o Prof. Dr. Duarte Ponte trazer aqui estes números, manipulando-os perante nós.

Sr. Secretário Regional:

Se não acredita nas estatísticas do Serviço Regional de Estatística - que até poderão ter os seus erros este ano, tal como tiveram em anos anteriores, mas pelo menos é um indicativo - pergunte aos operadores turísticos. E o Sr. Secretário tirará certamente a conclusão de que este ano o Turismo, infelizmente, teve um decréscimo.

Portanto, são os próprios operadores turísticos, os hoteleiros que referem que terá havido uma taxa de decréscimo do Turismo. Vamos aceitar isso, pois não é este o primeiro ano.

Recordo-lhe até, se a memória não me falha, que desde 1989 para cá no único ano em que houve um decréscimo do Turismo, mesmo nesse ano registou-se um aumento do movimento de passageiros entre o Continente e os Açores.

Por isso, como vê, o Sr. Secretário não pode concluir o que concluiu.

Relativamente ao campo de golfe do Faial, vejo com satisfação a inscrição de verbas de 100 mil contos que no Plano se referem à aquisição de terrenos.

Julgo que é uma verba que apesar de não ser suficiente para comprar todos os terrenos necessários, sê-lo-á pelo menos para se começar a avançar. Contudo, lendo o 1º ponto do comunicado do conselho do Governo realizado depois de uma "histórica visita" à Ilha do Faial, como aqui foi considerada, vejo que "vão proceder à assinatura do contrato para a elaboração do projecto, num valor aproximadamente de 42 mil contos e cujo prazo é de 6 meses".

Ora bem, se tem 100 mil contos inscritos para aquisição de terrenos, se vão retirar 42 mil contos...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O projecto já está feito este ano.

O Orador:... bem, julgo que o Governo não pagou os 42 mil contos todos antes do projecto estar concluído, duvido muito.

No entanto, era essa a minha pergunta, isto é, gostaria de saber quanto é que se tem para gastar exactamente para a aquisição de terrenos?

Em relação à Marina da Horta, também registo com satisfação o facto do Sr. Secretário Regional ter referido que o lançamento do concurso para a realização da empreitada será levado ao próximo conselho de Governo. Espero que seja lançado

ainda no decurso deste ano. E gostaria de lhe pedir para que me dissesse mais ou menos o "timing" que tem previsto no que respeita à adjudicação ou início da obra.

Muito obrigado.

Presidente: Eu desejava apenas completar um esclarecimento em relação à inscrição do Sr. Deputado Eugénio Leal, chamando para isso a atenção dos Srs. Deputados para o Artº. 100º, nº2 do nosso Regimento que diz: "Os deputados que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se logo que finde a intervenção que os suscitou, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição".

Portanto, queria pelo menos deixar aqui claro que esta é uma disposição regimental, não vou levá-la em conta agora, mas convém ter em conta para o futuro, para nos entendermos todos em relação às regras que estamos seguindo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para uma interpelação à Mesa, suponho eu.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para esclarecer um aspecto, embora não me pareça ser esta a melhor ocasião para fazê-lo, mas não vejo outra.

Toda a gente já percebeu, aliás isso é natural nos parlamentos, nos partidos políticos, que há aqui algum condicionamento na oportunidade das intervenções, pelo facto da RTP-Açores fazer algumas emissões directas.

É evidente que não é só o Partido Social Democrata que está condicionado por isso. Já se viu hoje de manhã que outros partidos têm essa preocupação.

Eu julgo, justamente antes do Sr. Presidente ter dado a palavra à Srª. Deputada Berta Cabral, que também teve a preocupação de conduzir os trabalhos no sentido do Sr. Secretário da Economia falar por volta das 5 horas, o que de resto está combinado com a televisão, compromisso esse que o Grupo Parlamentar do PSD também assumiu.

Porém, quero chamar a atenção - não querendo com isto fazer uma crítica ao Sr. Presidente - para a compreensão da Mesa, justamente para este facto. Porque se a televisão tem um critério de começar a transmitir blocos sectoriais do debate sectorial pelos Srs. Secretários, o PSD também tem que condicionar as suas intervenções por causa disso. E é evidente que pode também vir a alterar, por exemplo, este artigo do

Regimento e pôr os seus deputados a pedirem esclarecimentos depois de uma intervenção que para nós é essencial que se faça a seguir a um Secretário.

Ou se compreende essa situação para as intervenções do Governo, para os esclarecimentos feitos, tal como foi pedido pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro hoje de manhã, etc., etc., e então também deve-se ter compreensão para as questões que são postas na Mesa sobre essa preocupação do Grupo Parlamentar do PSD, ou então acabe-se com todo e qualquer critério de cobertura televisiva, porque não há critério que satisfaça toda a gente.

A televisão faz, pura e simplesmente, o seu trabalho, dá os directos que quiser, não pergunta nem combina com ninguém absolutamente nada.

Portanto, é para esse facto que eu queria chamar a atenção da Mesa: ou é assim, e há compreensão para todos, ou então a televisão faça os directos que bem entender, porque não há maneira de nos entendermos sobre essa matéria.

Eu compreendo que o critério é um, tem aspectos positivos e aspectos negativos, mas é evidente que nós nunca mais atinamos com isto.

Por isso mesmo, a única maneira que há de gerir esta preocupação compreensível do Parlamento, até porque aumenta a sua ressonância pública, a visibilidade pública do Parlamento, permitindo aos açorianos um melhor entendimento sobre o debate importantíssimo para os Açores que aqui se está a travar, mas para isso é preciso que a Mesa tenha compreensão.

Não fazendo disto nenhum protesto à Mesa, interpellando apenas o Sr. Presidente, chamaria a atenção para que também tivesse alguma compreensão com o meu Grupo Parlamentar, na gestão que nós também temos que fazer, tendo em conta essa preocupação.

Muito obrigado.

Presidente: A Mesa aceita perfeitamente essa observação. Teve isso em conta, aliás, quando permitiu que o Sr. Deputado Eugénio Leal usasse da palavra e terá em conta em situações futuras. Mas não queria deixar sem alguma justificação a observação que fez, por isso recorreu ao Regimento.

Portanto, suponho que em relação a esse aspecto todos temos o mesmo entendimento, ou seja, que é necessário aproximar-nos, quanto possível, do Regimento, mas ajustarmos também à situação nova que estamos vivendo.

É essa preocupação que todos nós temos. E é isso que a Mesa tem tentado fazer e vai continuar a tentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte para um esclarecimento.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para colocar algumas questões ao Sr. Secretário da Economia, suscitadas pela sua intervenção e sobre as quais mantenho algumas dúvidas que poderão ter resultado até de deficiência de percepção daquilo que ele aqui nos trouxe.

Todos nós temos a noção clara de que dois estrangulamentos importantes da economia açoriana são, efectivamente, os custos dos transportes e o custo da energia. Já ouvi, a este respeito, e os próprios documentos trazidos aqui isso mesmo demonstram e apontam como preocupações, o Sr. Presidente do Governo dizer que eles seriam ultrapassados até meados do mandato, aliás declarações essas que foram públicas.

Ouvi agora aqui - se bem percebi - o Sr. Secretário Regional dizer que quanto ao custo dos transportes, só a partir de 1999 é que a Região poderá conhecer algum benefício a este nível, quer nos transportes marítimos quer nos transportes aéreos.

Não sei se foi isto exactamente que pretendeu dizer, pois poderei ter percebido mal, portanto queria que o Sr. Secretário me confirmasse se é efectivamente assim, pois se assim for, digamos que se afasta à partida do objectivo que o Sr. Presidente do Governo ainda recentemente anunciou.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Ainda está a meio!

O Orador: Quanto ao custo da energia, Sr. Secretário, não ouvi na sua intervenção qualquer referência relativamente a esta matéria, pese embora na comunicação social já ter aparecido alguma coisa. Mas eu gostaria de saber se fica por isso mesmo ou não.

Portanto, se o Sr. Secretário não se importar de confirmar essa baixa do custo da energia, eu agradecer-lhe-ia.

Relativamente a outras questões mais circunscritas a um determinado círculo, nomeadamente quanto aos incentivos ao investimento, referiu V. Ex^a. aqui que se prevêem investimentos - em termos hoteleiros - na Terceira, concretamente a remodelação do Hotel de Angra, bem como a construção de uma nova unidade que passará por um projecto já entregue na Câmara, tal como referiu.

Ouvi também que o Sr. Presidente do Governo já anunciou - e o Sr. Secretário reafirmou isso mesmo - que não faltarão verbas para os incentivos ao investimento neste sector. Só que se isso poderá tranquilizar-me de alguma forma, não poderei ficar tão tranquilo quando vejo que no Plano de 1998, a verba destinada a incentivos para a Ilha Terceira - e tendo já em consideração estes dois investimentos que eu aqui referi - é de 80 mil contos.

Assim sendo, gostaria que o Sr. Secretário se pronunciasse sobre esta questão, a fim de ficar esclarecido.

Há ainda uma outra questão que se prende com a ausência de relatórios de execução que, de resto, compreendo até de alguma forma que eles não estejam distribuídos. Mas há um investimento importante na minha ilha que se prende com o núcleo de pescas da Praia da Vitória.

Em 1997 o Plano previu para esta obra 550 mil contos, para este ano prevê 695 mil contos. Em face disso, gostaria de pedir ao Sr. Secretário - se fosse possível - que nos desse uma ideia do gasto que foi feito destes 550 mil contos referentes ao ano de 1997, isto é, em que é que isto se traduziu, em termos práticos, no núcleo de pescas da Praia da Vitória?

Finalmente, o terminal de carga da aerogare civil das Lajes vem dotado neste PMP, em 97 com 70 mil contos e em 98 com apenas 10 mil contos. Depois em 1999 e 2000 já aparecem verbas mais expressivas da ordem dos 150 mil contos.

O que eu pergunto ao Sr. Secretário é se no ano de 98 as obras da aerogare civil da Base das Lajes vão ser interrompidas, ou abrandadas, ou o que é que se vai passar para que haja um corte no financiamento deste investimento, o qual passa de 70 mil contos para 10 mil contos e depois para 150?

Eram estas as questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passo a esclarecer a 1ª questão colocada pelo Sr. Deputado Eugénio Leal, que foi extremamente interessante, fazendo alusão aos meus títulos académicos que não precisos para aqui.

No tráfego Açores/Lisboa, segundo as estatísticas, cerca de 39,5% são de residentes. Este valor tem-se mantido o mesmo ao longo do tempo. A não ser que haja um acontecimento esporádico, como por exemplo, para o ano a Expo 98, é que ele poderá alterar, mas este é um valor que a TAP é que nos dá. Quanto ao aumento normal de passageiros residentes, temos um valor que anda à volta dos 12,5% a 13%. Isto significa que se multiplicarmos os 40% por 3%, teríamos que esperar um aumento de 1,2%. Não foi o que aconteceu, porque a TAP aumentou 11,2%. Portanto, foram pessoas que vieram de fora para dentro da Região.

Quer sejam comerciantes quer sejam turistas, logo que essas pessoas venham aos Açores e estejam aqui em hotéis, são considerados hóspedes e contam para as estatísticas. Porém, devo dizer-lhe que há de facto uma diferença grande entre os números apontados pelas transportadoras aéreas e o Serviço Regional de Estatística - reconheço isso. Da mesma maneira que, por outro lado, também reconheço o número de camas apontado pela DRT e o número apontado por aquele Serviço. E há realmente discrepâncias muito grandes.

Nós já tivemos algumas reuniões com o Serviço Regional de Estatística, não para manipular números, mas porque não aceitamos a realidade tal como o mesmo quer fazer crer.

Há qualquer coisa que está mal, porque se a TAP diz que há 11,2% de aumento, se os voos "charter" da SATA apontam também para aumentos desse valor, se a SATA e a "Azores Express" tiveram um aumento de cerca de 8%, trazendo mais pessoas à Região, e atendendo a que a SATA - pelas suas associadas - domina 60% dos mercados americano e canadiano (mesmo com a entrada da TAP para o destino Boston), alguma coisa está a acontecer.

Com tudo isto, é preciso olharmos bem para este ano, nomeadamente o mês de Junho, para verificarmos que ele foi mau, mas o mês de Julho já foi superior ao ano passado, o mês de Agosto também e o de Setembro.

Os dados estão aí para quem quiser, não fui eu que os fabriquei, mas sim os dados que a TAP anunciou, mesmo nas Jornadas Técnicas do Turismo, pelos agentes turísticos que lá estavam presentes, não tendo havido quanto a isso qualquer contestação.

Em relação ao campo de golfe do Faial, o projecto já foi efectivamente adjudicado e vai ser pago em boa parte este ano, tendo um prazo de execução de 6 meses. E os 100 mil contos são basicamente para comprar terreno. Penso que no final do próximo ano, estaremos em condições de lançar o concurso para a empreitada.

Em relação à Marina da Horta, o projecto já está pronto, o concurso vai ser proposto ao conselho de Governo, ocorrendo o seu desenvolvimento durante o próximo ano e para o final do mesmo - normalmente este processo leva 6 ou 7 meses - haverá a consignação da obra que poderá ainda ter início no próximo ano.

Em relação ao que disse o Sr. Deputado Joaquim Ponte, nomeadamente quanto aos custos da energia, o que eu disse foi que - e passo a citar - "estamos hoje em condições de afirmar que o ano de 98 será o primeiro ano para a convergência, já que em Janeiro próximo acontecerá nos Açores um nível de abaixamento tarifário ligeiramente superior ao do Continente e que no início do 2º semestre haverá um novo abaixamento, que não ocorrerá para o Continente, mas sim só para as Regiões Autónomas, segundo uma forma que estamos a estudar que pode ser semelhante à das Canárias ou a outras ilhas, que permitirá a compensação dos custos reais de cada empresa, para que as empresas ganhem competitividade e não seja dar dinheiro para que as empresas aumentem os salários e continuem a perder competitividade, mas que haja convergência para o tarifário nacional e também terá que convergir para o tarifário europeu". Ou seja, trata-se de um movimento de inserir os Açores no todo nacional, bem como no todo europeu.

É assim para a energia e é assim para os sistemas de incentivos.

Nós não queremos aqui uma classe empresarial totalmente separada e isolada do resto do Continente e do resto da Europa.

Nós queremos convergir e teremos que trabalhar em conjunto com todos. Mas teremos que ter algumas medidas voluntaristas, para complementar os sistemas de incentivos nacionais, para que os sistemas de incentivos que os empresários têm sejam mais aliciantes e possa haver, de facto, maior investimento.

Quanto ao custo dos transportes e o seu abaixamento, é evidente que em 1999 atinge-se mesmo metade do mandato. O que quer dizer que nós estamos cumprindo, uma a uma, as nossas promessas.

Trata-se de um desiderado há muito tempo esperado pelo povo açoriano, isto é, o abaixamento significativo do preço dos transportes.

Não é por acaso que criámos este grupo de trabalho, que estamos a trabalhar em consonância com o Governo da República, que colocámos a própria SATA a equipar-se com um novo avião, para que ela própria possa concorrer, a fim de fazer baixar o custo dos transportes. O que não significa que ela vá ganhar o concurso, mas significa que poderá vir a baixar as tarifas.

Estamos convencidos, portanto, que em 1999 vamos ter êxito nesta batalha que não é do Partido Socialista, não é do Governo Regional, mas sim de todos.

Trata-se de uma batalha fundamental, tal como a batalha da energia, para o desenvolvimento dos Açores.

Em relação ao problema dos transportes marítimos, o mesmo se passa. Ou seja, nós queremos um sistema versátil interno, sem taxas portuárias, sem estiva, ou despenalizado em termos de burocracias, para que tenhamos um transporte interno flexível, frequente, regular e que o transporte do exterior para a Região seja competitivo e concorrencial.

Estamos convencidos que é aí que está a chave do abaixamento dos preços dos transportes marítimos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que em relação aos esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário da Economia, a sua explicação em nada alterou aquilo que eu referi.

Sem dúvida alguma, aliás eu tive oportunidade de dizê-lo no início da minha intervenção, que de facto considerava que o crescimento do movimento de transporte de passageiros entre os Açores e o Continente era um indicador positivo. Sejam comerciantes, sejam o que for, ou até seja mais gente que venha visitar os Açores, os familiares, é mais dinheiro que deixam na economia, está bem. É óptimo quando o número de emigrantes aumenta para economia açoriana. Isso é indiscutível, não é isso que está em causa. O que está em causa aqui é o número de turistas.

Eu tive o cuidado de dizer que conheço bem as lacunas e alguns dos erros dos quais enfermam os dados da estatística.

Eu quando fui membro do governo também fiz um esforço no sentido de os corrigir. E é verdade que existem algumas situações que necessitam de ser corrigidas.

Contudo, o que eu quero realçar, Sr. Secretário, é que não houve alteração da metodologia do Serviço Regional de Estatística do ano passado para este ano. Ou seja, se este ano enferma de um erro, enfermava certamente em 96 e em 95, sucessivamente, até que houve alteração na metodologia. Ou seja, a tendência dos dados estatísticos é esta.

Portanto, é com essa metodologia que nós temos que fazer as comparações. E não podemos estar a comparar elementos diferentes, dados diferentes que têm pressupostos diferentes.

Por isso, que fique aqui perfeitamente claro que, sobre essa matéria, continuo a dizer que os dados estatísticos relativamente aos turistas, aos verdadeiros turistas, àquilo que em termos teóricos se considera o turista, que é aquele que permanece nas unidades hoteleiras, houve uma diminuição.

É isso que está demonstrado e é isso que eu aqui claramente referi.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Foi com gosto que ouvi o Sr. Secretário da Economia anunciar o segundo "Boeing" para a SATA. Mas não posso deixar de recordar aqui que quando a SATA arranjou o primeiro avião, com o intuito de adquirir a experiência necessária para voar mais

longe, Sua Ex^a. o Presidente do Governo na primeira viagem que fez de Lisboa para a Horta, teceu duríssimas críticas, condenando aquela operação.

Hoje, o Governo anuncia o segundo avião, parabéns, "chegou a linhaça à cabaça".

Só que a questão que eu quero colocar não é essa, mas sim duas perguntas.

Como se encontra a reestruturação portuária? Está concluída?

Se está concluída, ponto final. Se não está o que é falta fazer?

A segunda questão tem a ver com o Sr. Secretário das Pescas, mas tem a ver consigo também, porque a verba está inscrita num programa gerido pela sua Secretaria, ou seja, o núcleo de pescas do Porto de P. Delgada.

Toda a gente sabe que é naquele porto que se descarrega a maior quantidade de pescado da Região.

Toda a gente sabe que o núcleo de pescas do Porto de P. Delgada é uma selva, onde nem a polícia marítima nem a autoridade marítima têm a mão ali. Exactamente, porque os espaços são exíguos, porque não há condições, não há frio, não há nada.

O plano de ordenamento da doca de P. Delgada estava adjudicado, quando V. Ex^a. chegou à Secretaria, e suponho que já deve estar concluído, ou se não está concluído está a levar muito tempo.

Portanto, o que é que se pretende fazer ali?

Qual a política de pescas para S. Miguel?

Por que motivo é que só no ano 2000 é que o núcleo de pescas do Porto de P. Delgada, tem verbas no ano de 1999 e 2000.

Quanto mais tempo vamos aguentar assim?

Eu percebo que essas infraestruturas custam muito dinheiro. Mas será que não há prioridades que poderiam ser revistas no sentido de resolver um problema crucial para a economia da Ilha de S. Miguel, que no fundo acaba por se reflectir na economia dos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço, desde já, os esclarecimentos que o Sr. Secretário me prestou. Mas penso que lhe escapou algumas questões que não mereceram nenhum esclarecimento da sua parte. E questões que tinham a ver com os investimentos turísticos a realizar na Ilha Terceira, respeitantes ao núcleo de pescas do Porto da Praia da Vitória, bem como com o terminal da aerogare civil da Base das Lajes.

Como tenho a certeza que foram questões que certamente escaparam ao Sr. Secretário, eu pedia-lhe que se fosse possível me respondesse. E já agora, acrescentaria mais um pormenor que era saber da parte de V. Ex^a. se a previsão que se faz para os custos da energia na Região e a boa notícia que há quanto ao seu abaixamento a partir do próximo ano, se da mesma maneira em relação aos combustíveis as previsões vão nesse sentido ou não?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos falar do assunto da reestruturação portuária proposto pelo Sr. Deputado Jaime Medeiros. Escuso de falar no novo "Boeing 737", pois concordamos ambos com essa situação.

Em relação à reestruturação portuária, como sabe ela foi feita. Estamos numa fase um pouco mais avançada do que no Continente, que está igualmente numa fase de modificação. E, neste momento, é preciso ter algum cuidado nesta matéria.

Como o Sr. Deputado sabe, o sentido cooperativista de algumas profissões obriga a determinadas coisas. E é preciso considerar a fragilidade dos Açores relativamente ao Continente, porque a Região só pode ser abastecida por via marítima, não há possibilidade da carga chegar cá por via ferroviária ou via terrestre, obrigando assim os Açores a terem algum cuidado.

Deve-se acompanhar atentamente o que se está a passar a nível do Continente no que respeita ao novo pacote legislativo, bem como acompanhar com os diversos armadores e operadores o que poderemos fazer face a uma reestruturação dos portos e das acções portuárias, mas não é com uma revolução de um dia para o outro que iremos "levar a água ao nosso moinho".

Relativamente ao núcleo de pescas de P. Delgada é muito simples.

Como é do seu conhecimento, havia uma empresa que tinha apresentado vários cenários para aquele porto. A adjudicação vai ser feita a essa mesma empresa que trabalhou este ano no programa preliminar, depois disso vai-se adjudicar um reordenamento do porto. Durante o ano de 1998 será feito o projecto e ainda durante este ano será feito o concurso público para a empreitada que será realizada em 1999. Por isso é que essas verbas aparecem em 99 e 2000.

Portanto, não podemos andar mais depressa.

De facto, não tínhamos o ordenamento feito, havia apenas alguns cenários. Elaborámos um programa preliminar que servisse todos os interessados, desde as pescas, até à marinha, passando pelas câmaras do comércio, junta autónoma, enfim todos os intervenientes daquele porto.

O programa preliminar está pronto, vai ser entregue para que se faça então o reordenamento e poder passar à fase do projecto.

Quanto aos combustíveis, eles são mais baratos nos Açores do que no Continente, bastante mais baratos e, portanto, haverá com certeza alguns acertos a fazer. Não a nível da gasolina, mas certamente no gasóleo. Aliás, este aspectos já estão a ser estudados em termos de reestruturação, criando-se o gasóleo agrícola, para que se possa cumprir com a directiva da Comunidade Europeia que é a subida do gasóleo rodoviário, lentamente, mas terá que subir.

Relativamente à energia já dissemos tudo o que havia para dizer.

Em relação à aerogare civil das Lajes, como o Sr. Deputado sabe, haverá verbas em 1999 e 2000. O ano de 1998 é o ano em que se vai fazer um projecto para a reestruturação da própria aerogare, fazendo concurso e andar com a obra nos anos de 1999 e 2000.

Penso que para quem esperou tantos anos, não haverá com certeza qualquer problema em esperar mais 6 meses, ou coisa do género, para que se possa efectivamente passar à fase do concurso e à fase de lançamento da empreitada.

Quanto ao núcleo de pescas do Porto da Praia da Vitória, eu julgo que este assunto que está a ser tratado pela Secretaria, é uma obra que vem já da Secretaria de Habitação e Equipamentos, por isso o Sr. Secretário da tutela poderá ter uma explicação melhor.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes para pedir esclarecimentos.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pareceu-me ter ouvido há pouco o Sr. Secretário da Economia dizer que o projecto do Porto do Corvo estava pronto.

Ora bem, em face disso, eu perguntar-lhe-ia se V. Ex^a. pensa que a verba que consta do Plano para 1998 é suficiente para fazer frente à despesa, caso aquela obra tenha que arrancar neste ano que se avizinha?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é do seu conhecimento, o projecto do Porto da Casa está concluído. Vamos agora passar à fase dos ensaios laboratoriais e vamos ter que aguardar - por incrível que pareça - pelo projecto do Porto de S. Roque do Pico, porque é uma empreitada mais aliciante, para que possa ser feita em conjunto com o Porto do Corvo.

Vai-se lançar o concurso em 1998 e iniciar-se-á a empreitada.

Penso que 150 mil contos - que é a verba que existe - é uma boa verba para se começar a obra neste próximo ano, esperando-se concluir a mesma em 1999 e se houver no ano 2000 alguma despesa extra, está prevista uma acção de 50 mil contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Ponte, para dizer-lhe que esta obra que continuámos a gerir, teve já este ano uma alteração substancial no dia 21 de Fevereiro de 1997, porque como deve saber, não existia o "layout" do núcleo de pescas, nem da casa de aprestos, nem do armazém de grossistas.

Além disso, nós já efectuámos pagamentos de juros de mora de situações de Junho de 95 até à data do pagamento de situações acordadas e novos juros sobre juros no valor de 50 mil contos.

Queria dizer também que está pronto o projecto da Hidrotécnica Portuguesa para a apresentação do "layout", execução de postos de transformação da EDA - que também já estão pagos - e portanto, essas verbas orçamentadas, que já estão processadas no valor de mais de 200 mil contos, vão ter ainda um acréscimo até final do ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil para pedir esclarecimentos.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu gostaria que V. Ex^a me esclarecesse a seguinte situação: como sabe, o aeródromo de S. Jorge é o segundo mais pequeno desta Região e é um dos mais penalizados dos Açores. E, como V. Ex^a. também sabe, é a "porta de saída" de S. Jorge, porque esta é uma das ilhas que mais depende do seu aeródromo.

Vejo com alguma mágoa que neste Plano para 1998 e no PMP 97/2000, aquele aeródromo não é contemplado, quando vejo contemplados - e não tenho inveja de ninguém - outros aeródromos já com melhores condições, com mais pista que o de S. Jorge.

Em face disto, pergunto-lhe por que razão aquele aeródromo não foi contemplado neste PMP?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com certeza que há uma elencagem de prioridades.

Este Plano a Médio Prazo contempla a ampliação e remodelação do aeródromo do Pico.

Quanto ao aeródromo de S. Jorge, é evidente que o contemplaremos no decurso do nosso mandato.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil para mais esclarecimentos.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Que haja uma elencagem eu estou plenamente de acordo. Mas que esse Plano seja de prioridades, não é!

V. Ex^a. desculpe-me, mas para ser um plano de prioridades, era necessário que o aeródromo de S. Jorge não fosse penalizado conforme é, não fosse pequeno como é e não apresentasse, como não apresenta, um mínimo de condições.

Se V. Ex^a. não está informado, faça-o junto quer dos operadores turísticos quer, inclusivamente, junto dos comandantes que operam todos os dias nos aeródromos desta Região, e ficará a saber!

E eu pergunto: o que é que é considerado **prioridade**?

É um cidadão jorgense que tem que sair de S. Jorge várias vezes por ano, estar 4 dias fechado na ilha como ainda há dias estiveram, ou é outro cidadão qualquer desta Região poder sair todos os dias por um ou outro meio de transporte?!

Onde é que estão aqui as prioridades, Sr. Secretário?!

V. Ex^a. explique-me, por favor!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com algum interesse a justificação da parte do Sr. Secretário relativamente ao aeroporto de S. Jorge no que respeita ao próximo Plano a Médio Prazo.

Com certeza que ele vai ser considerado, porque nós vamos estar no Governo nessa altura e talvez aí possamos fazer mais alguma coisa.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Relativamente ao aeroporto do Pico gostaria de pôr-lhe a mesma questão, partindo da presunção de que se a sua resposta for idêntica, também poderemos tê-lo ampliado no próximo mandato. Isto é, segundo as informações que temos, as verbas previstas para o aeroporto do Pico são, única e exclusivamente, para a melhoria da operacionalidade concretamente dos aviões turbo-hélice da SATA.

Assim sendo, gostaria de questionar o Sr. Secretário, no sentido de saber se com esta opção, tendo em conta que parece que será de novo para o futuro a ampliação daquele aeroporto, por um lado, e por outro, tendo em conta os investimentos estratégicos a nível do turismo noutras ilhas, isso quer dizer que, com a conjugação destes dois factores, o Pico é para ficar esquecido?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quanto ao aeródromo do Pico existe uma verba de 24 mil contos em 1998 que se destina ao projecto. O estudo preliminar já foi adjudicado à ANA-EP. Portanto, só quando o projecto estiver pronto é que se vai saber exactamente quanto é custa.

Uma verba de 574 mil contos no total no PMP, é uma verba estimativa que poderá ser ou não suficiente para fazer a ampliação, mas cá estaremos em 99 e em 2000 para rectificar aquilo que houver que rectificar. No entanto, sem o projecto concluído não podemos dar uma estimativa precisa de quanto é que necessita.

No que respeita ao aeródromo de S. Jorge, eu reconheço que ele está penalizado. É com mágoa que afirmo que não se pode atender a tudo, por isso o Sr. Deputado Manuel Brasil não me leve a mal quando digo que ele ficará para o nosso segundo mandato, pois tem que haver sempre decisões dessas no Governo, estabelecendo prioridades.

É óbvio que o aeroporto do Pico é fundamental, porque aquela ilha, juntamente com o Faial, fazem um conjunto muito importante em termos turísticos. E aqui já estou a responder também ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

De facto, o Faial é importante, mas tanto mais importante porquanto existe o Pico directamente ao lado. Além disso, são ilhas que têm uma população muito semelhante e tem já unidades hoteleiras com as quais não se pode comparar S. Jorge. Quero com isto dizer que não se pode, de maneira alguma, resolver o problema dos aeródromos de todas as ilhas ao mesmo tempo. Embora, reconheça que existem dificuldades no aeródromo de S. Jorge, estou perfeitamente a par delas, só que não há verbas para tudo.

Portanto, vamos primeiro resolver o problema do aeródromo do Pico, que passa pela sua ampliação e há espaço para fazê-la, enquanto que o aeródromo de S. Jorge talvez

seja um problema cuja resolução é mais complicada. Mas lá chegaremos. Por isso, podem contar connosco para tentarmos resolver o melhor possível esse problema no nosso segundo mandato.

(Risos da bancada do PSD)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que é um facto é que o Sr. Secretário não desmentiu aquilo que disse em Comissão, ou seja, que em princípio, os estudos que estavam a ser feitos eram para a melhoria da operacionalidade, com vista à operação dos aviões da SATA. Esta é a verdade, aliás foi isso que disse em Comissão e hoje não se contrariou aqui.

Portanto, isso é que é importante que os picoenses fiquem a saber. Pois não vão ficar permanentemente na dúvida de que é isto, mas depois vamos estudar outro aspecto.

Segunda questão, e virando-me um pouco para outro sector, o Sr. Secretário falou acerca dos incentivos ao investimento e já tivemos oportunidade para discutir isto anteriormente. Mas tenho que trazer de novo aqui a seguinte questão: as verbas previstas para incentivos neste próximo Plano são de cerca de 1 milhão de contos.

Segundo as informações que possuo, esse montante já está comprometido com todos os projectos já aprovados e contratados.

Assim sendo, pergunto: se as coisas estão desse modo e, segundo as nossas informações também, o RIME - para onde parece que estarão a ser empurrados os promotores - tem no Continente atrasos nas homologações de projectos de cerca de 1 ano, como é que vai ficar a situação nos próximos anos relativamente a incentivos, nomeadamente as pequenas, médias e micro-empresas que são a realidade económica dos Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Parece-me que em questões de prioridade não estamos bem esclarecidos.

Ou nós somos fracos em geografia, ou então não conhecemos o Triângulo!

Se V. Ex^a. o conhece bem, saberá certamente que o binómio Faial/Pico tem, inclusivamente, um aeroporto que opera com voos da TAP, tem lanchas que ligam essas duas ilhas todos os dias de inverno e de verão mais do que uma vez por dia.

Portanto, se V. Ex^a descesse mais vezes de S. Miguel até ao Grupo Central, veria que o Triângulo é muito importante. Mas, ao que parece, V. Ex^a. e o seu Governo querem é separar S. Jorge das outras duas ilhas, isto é, tirando um lado ao Triângulo, deixando esta ilha completamente isolada no meio do oceano.

Em termos de prioridades, será que V. Ex^a. pensou um pouco na seguinte situação: uma pessoa que tome o avião em Lisboa para a Horta, sabe que ao fim de 2 horas e meia está nesse destino e uma hora mais tarde estará no Pico, ou ao contrário, quem quiser sair do Pico para Lisboa sabe que basta uma hora para chegar ao Faial e mais 2 e meia para chegar à capital. Mas em S. Jorge nós não temos outra coisa senão a SATA e para podermos sair daquela ilha temos que ser penalizados, porque temos o aeroporto mais penalizado da Região!

Onde é que estão as prioridades, Sr. Secretário?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente aos sistemas de incentivos, nós temos projectos aprovados na ordem dos 800 mil contos. É verdade.

Só que projectos aprovados é uma coisa, outra coisa são as facturas.

A verdade é que ninguém consegue realizar 1 milhão de contos de um dia para o outro, isso leva o seu tempo.

Esta é uma espécie de conta corrente que existe entre a Secretaria e a Câmara do Comércio, ou seja, vai-se mandando para lá 100 mil contos e eles vão mandando facturas desse montante, vai-se verificando se essas facturas estão correctas e depois manda-se mais 100 mil contos. É, portanto, um processo de "deve e haver" que está em constante fluxo e movimento.

Portanto, estamos perfeitamente convencidos que se 1 milhão e meio de contos for suficiente este ano, podendo esse montante ser divisível em 2 partes (1 milhão de contos para o SIRALA e meio milhão de contos para o SIRAPA), 1 milhão de contos do próximo ano poderá ser dividido entre o RIME e o SIRALA, ficando exactamente com uma estrutura financeira semelhante à deste ano.

Mais: o RIME tem mais vantagens do que o SIRALA, por ser muito mais abrangente.

Portanto, é natural que o RIME venha a ter mais sucesso do que o próprio SIRALA.

Por outro lado, o atraso do RIME, tanto quanto eu sei - e essa informação foi dada pelos promotores e pelas associações empresariais que se deslocaram aos Açores para termos uma reunião no sentido de se discutir o modo de funcionamento do RIME - é de apenas 3 a 4 meses. E nada mais do que isso.

Em relação ao problema de S. Jorge, eu penso que já esclareci bem a situação.

Nós estamos a 2 anos do ano 2000. E durante vários anos o Sr. Deputado teve todas as possibilidades de reivindicar para a sua ilha a remodelação do seu aeródromo!

Durante anos e anos pode fazer isso!

Deputado Victor Cruz (PSD): Por alguma razão vocês tiveram 20 anos para ganhar e nunca ganharam!

O Orador: O que se disse aqui muito claramente, foi que este Governo vai ter em boa nota todas as afirmações acerca daquele aeródromo.

Não pode é ser feito já!

Relativamente ao aeroporto do Pico, trata-se de um estudo preliminar que passará a projecto. E só com o projecto é que se poderá saber da viabilidade ou não dos voos a jacto, isto é, aí é que vamos saber se poderemos ir para o "Boeing 737", ou se poderemos ficar com os aviões actuais turbo-hélice da SATA. E foi exactamente isso que eu disse na Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Portanto, esta é uma situação que não vale a pena discutir agora, mas sim quando tivermos o projecto pronto e as alternativas disponíveis. Aí sim, poderemos tomar opções.

Por outro lado, eu já disse e reafirmo que as verbas que constam para 1999 e 2000, poderão ser rectificadas aquando da aprovação do Plano de 1999/2000, para termos em conta as opções que este Governo vier a tomar em relação ao aeródromo do Pico.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decorria alguns meses do ano de 1993, quando o Governo Regional de então se deslocou à Ilha do Pico, numas sessões que tiveram lugar por todas as ilhas da Região nas quais dizia o Sr. Presidente de então que eram para poder "preparar melhor o seu Plano de Médio Prazo 93/96".

Numa reunião efectuada na Delegação das Obras Públicas do Pico, mais concretamente na Vila da Madalena, o Secretário Regional que tutelava então a área dos aeroportos, afirmou o seguinte: "vão ter, no final deste mandato, o aeroproto do Pico ampliado, mas depois não venham pedir voos da TAP"!

Parece-me que este Sr. Secretário era do PSD!

Deputado Norberto Messias (PS): Talvez não!

Deputado Mark Marques (PSD): E os seus voos "charter", já não quer?!

O Orador: Já lá vamos!

Eu nessa altura respondi: "Não Sr. Secretário, basta só uns voos "charter" de vez em quando"!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isso já está a levar muito tempo!

Deputado Norberto Messias (PS): Ele está a fazer o relato histórico. O Sr. Deputado situe-se!

O Orador: Mas acontece que depois, não há muito tempo, nesta Assembleia um sr. deputado, então secretário, ter-se-á esquecido de que estava cumprindo - segundo tinha afirmado naquela tribuna - o Plano de Médio Prazo do Governo do PSD 1993/96, no qual estava contemplada uma verba de 210 mil contos para a ampliação do aeroporto do Pico.

A memória é curta, Srs. Deputados!

Eu não sou pessoa para dar lições a ninguém, mas tenho sempre esta cara e este físico para aparecer perante as pessoas da minha ilha. E não me esqueço do que falo e daquilo que os outros falam!

Vir-se para aqui fazer-se algum malabarismo político, dizendo que já não é só a ampliação do aeroporto, mas também ter uma pista para a TAP, de facto fica muito bem - Sr. Deputado Duarte Freitas - e pode crer que estou consigo nessa reivindicação, mas cada coisa a seu tempo!

E agora o tempo é este. É o tempo do VII Governo Regional que afirmou e vai cumprir a ampliação do aeroporto do Pico.

Que não restem dúvidas a ninguém, mas a paternidade é **deste Governo**, não é do **seu governo** que antes esteve aqui nesta Casa!

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha decisão de intervir aqui relativamente à intervenção do Sr. Secretário da Economia, tem a ver com as transferências para as câmaras do comércio por pagamentos dos projectos do SIRAPA e SIRALA.

Efectivamente, nós Grupo Parlamentar do PSD, reunimos com os parceiros sociais, e entre eles, naturalmente, com a Câmara do Comércio de P. Delgada, que por acaso é a entidade que ainda recebe as tranches do Governo e que as distribui pelas outras câmaras do comércio.

Aquilo que nos foi dito foi que há muito atraso na transferência de verbas para aquela Câmara do Comércio. E sempre que chega a tranche, no dia seguinte ela é distribuída por todas as câmaras do comércio que, imediatamente, enviam para a Secretaria todos os justificativos, porque o atraso é de tal ordem que é fácilimo, no dia seguinte, terem todos os justificativos compilados para enviarem à Secretaria, porque os projectos são todos executados, as despesas são todas realizadas e os investimentos são feitos, portanto eles têm facilidade de apresentar os justificativos no dia seguinte, esgotando a verba. E aqui é que está a questão. Ou seja, é preciso haver uma compreensão de

como é que estas coisas devem funcionar, para que não sejam os empresários a pagar a factura.

Os empresários já têm que abonar toda a verba que é necessária para fazer o seu investimento. E depois ficam na expectativa de receber, logo a seguir quando apresentam os justificativos, as verbas que lhes são devidas e cujos projectos foram aprovados.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É tal qual como recebiam anteriormente.

A Oradora: Se isso não acontece, é evidente que os juros intercalares aumentam, necessariamente, o investimento fica mais caro, o prejuízo é maior, a dificuldade é maior e alguns investimentos que eram viáveis, ficam inviáveis.

Quanto aos fundos atribuídos ao RIME, eu tenho o "Semanário Económico" como um jornal credível. E vem aqui na sua 1ª página o seguinte título: "*Fundos de apoio bloqueados por falta de verba.*

PME's e homologações do RIME com um ano de atraso".

É para isto que o Sr. Secretário nos quer empurrar?!

É para esta situação que quer empurrar os empresários regionais?!

É que para além de serem empresários no meio de milhares de projectos que vão entrar na Praça do Comércio, ainda quer empurrá-los para um sistema que há um ano não consegue homologar investimentos?!

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Economia)

Deputado Victor Cruz (PSD): É inevitável!

A Oradora: Tenha calma, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Tenha calma a Srª. Deputada!

A Oradora: Mantenha o SIRALA, mantenha as verbas necessárias para apoiar os investidores, para apoiar os empresários.

É isso que eles esperam de si e é isso que o Sr. Secretário tem que continuar a fazer!

Para já, o RIME não serve. Quando servir, nós seremos os primeiros a apoiá-lo, porque reconhecemos que ele tem um âmbito de actuação mais alargado do que o

SIRALA, portanto tem vantagens, mas só as tem quando há verbas. Quando não as há é o mesmo que não existir!

Muito obrigada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado, e amigo, Rui Pedro Ávila:

Quanto às questões do passado, elas servem para responder àquilo que não se sabe responder de outro modo. E esse passado já foi julgado no ano de 1996. E por acaso até no Pico foi julgado com muito bons resultados para o PSD. Portanto, não é disso que estamos a falar, mas sim do futuro e das promessas em relação a ele.

Para terminar este assunto, eu gostaria de clarificar aqui uma questão, e aliás as pessoas que estavam na comissão sabem a resposta, ou seja, quando questionei se as obras e os projectos previstos para o aeroporto do Pico e se a melhoria da operacionalidade era para os voos turbo-hélice da SATA, ou se era para os "Boeings 737" - seja TAP ou charter, o futuro o dirá - o Sr. Secretário respondeu-me que era para os voos turbo-hélice da SATA.

Esta é a verdade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vale a pena entrarmos nesta discussão, porque o que eu disse foi exactamente aquilo que repeti há pouco.

Portanto, em primeiro lugar há que fazer um projecto e depois é que se vai ver que opções se deve tomar.

Relativamente ao RIME, eu não trago aqui jornais!

Eu tive uma reunião com os representantes das câmaras do comércio, com os representantes do Conselho Regional de Incentivos, coloquei-lhes em contacto

directo com as associações empresariais do Continente, trouxe técnicos de lá e tivemos a passar em revista todo o processo de funcionamento do RIME.

Não é esta informação, porque eu não funciono com jornais. Eu funciono por contactos directos entre associações empresariais e outras.

Portanto, não vale a pena levantar celeuma sobre isso, porque é assim que funciona este Governo!

No que diz respeito aos atrasos do SIRALA, a realidade é que nós estamos a utilizar exactamente os mesmos circuitos que estava a utilizar o governo anterior, nem mais nem menos.

Actualmente, consideramos que haverá cerca de 300 a 400 mil contos, dependendo do dia de atrasos de facturas por pagar em algumas câmaras. Mas, como o processo já transitou de uma Secretaria para a outra, agora é extremamente mais rápido.

Por isso, estou convencido que até ao final do ano este processo poderá vir a ser diminuído em grande parte, mas a ideia é de não criarmos, nesta Região, um sistema completamente isolado, fora do contexto nacional e fora do contexto europeu.

O SIRALA teve as suas virtudes, há o RIME que também tem outras virtudes, aliás no meu entender ele é mais abrangente. Podemos aliciar os empresários para esse sistema de incentivos e acho que, naturalmente, eles irão reconhecer os seus méritos.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo esclarecer o Sr. Secretário que o PSD fez questão de fazer aqui eco das preocupações da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores - apenas isso!

Portanto, elas devem preocupá-lo a si, em primeiro lugar, que é o titular e é quem, em última análise, é julgado pelo bom ou mau funcionamento dos sistemas.

Se nós fazemos eco, é porque queremos que as coisas funcionem bem e é esse o nosso papel, ou seja, transmitir-lhe como é que as coisas estão a decorrer e elas não estão, efectivamente, a correr bem.

Também é o nosso papel alertar para a forma como as coisas estão a correr no Continente, onde também não estão a correr da melhor maneira.

Se quiser ter isto em atenção, muito bem!

Se não tiver em atenção, o problema será seu, porque é à Secretaria da Economia, em particular, e ao Governo, em geral, que os investidores irão pedir contas. Não é ao Grupo Parlamentar do PSD.

Portanto, fica aqui o alerta: se lhe servir, muito bem! Se não lhe servir, responda perante a Câmara do Comércio dos Açores e perante os investidores!

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Falei já com a Câmara do Comércio. Estou sempre em contacto com todos!

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo até às 19,00 horas, quando recommençaremos os nossos trabalhos.

Até já.

(Eram 18, 40 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos regressar aos nossos trabalhos, mais propriamente à discussão do PMP, Plano e Orçamento para 1998.

(Eram 19, 15 horas)

Para prosseguirmos o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

Deputado Carlos Fraga (*PS*): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para o ano de 1998 e o Plano de Médio Prazo com términos no ano 2000, antes de serem apresentados nesta Câmara para apreciação e possível aprovação, mereceram por parte dos parceiros sociais e das comissões permanentes desta Assembleia, cuidada atenção e achegas, com o intuito de aperfeiçoar os seus programas.

No entanto, por melhor elaborados que estejam, por mais fielmente que apontem as metas políticas, económicas e sociais que se pretendem alcançar, necessitam como complemento para atingir os objectivos propostos, do empenhamento dos agentes económicos directamente envolvidos e interessados no progresso da Região.

Propostas de alteração que surjam durante o debate nesta Assembleia, poderão, de alguma forma, otimizar o trabalho de um colectivo que durante o período estabelecido constitucionalmente se esforçou para que, da intenção destes documentos, fiquem traçadas as linhas de rumo para o desenvolvimento tão ansiado pelos cidadãos que aqui vivem.

Naturalmente que cabe ao Governo Regional dos Açores e à bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, a defesa dos documentos em apreciação, porque para além do seu profundo conhecimento, acreditam que os programas, os projectos e as acções neles inscritos são os melhores e os possíveis de realizar na actual e noutras conjunturas.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A agropecuária e as pescas, bases da economia regional, são contempladas neste Plano com dotações financeiras compatíveis com o relevo que têm no desenvolvimento e crescimento regional.

Estes dois sectores mantêm e fomentam actividades industriais e comerciais com relevo sócio económico para a Região.

Reconhecida a importância económica do sector primário no modo de vida dos açorianos, é óbvio que neste Plano haja um esforço financeiro canalizado para o mesmo, de modo a corrigir lacunas anteriores e elevar o potencial das suas capacidades naturais que, certamente, propagarão para jusante melhorias em sectores industriais e comerciais dele dependentes, tornando-os assim mais sustentados e competitivos.

Note-se que as indústrias baseadas nas matérias primas provenientes da agricultura e das pescas representam 80 % do volume de vendas do sector transformador da Região.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A dispersão geográfica do arquipélago, a pequena dimensão do mercado, as distâncias que o separam de possíveis fornecedores de algumas matérias primas e também dos futuros consumidores dos bens produzidos pela indústria regional,

aliadas a um receio em assumir os riscos implícitos a investimentos deste tipo, têm sido os principais obstáculos para o desenvolvimento industrial açoriano.

Para atenuar ou mesmo superar as dificuldades com que se deparam os industriais já instalados, e as que possam surgir aos que pretendem iniciar uma actividade industrial, prevê este Plano um conjunto de medidas tendentes a apoiar aqueles que optaram por esta actividade.

Assim, para apoio ao desenvolvimento industrial regional, o Plano reúne um conjunto de acções devidamente dotadas dos meios financeiros essenciais à consolidação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da actividade industrial e também de acções no âmbito da assistência técnica nas diferentes áreas envolvidas.

Considera-se relevante continuar com a dinamização dos parques industriais já existentes, tendo esta acção como principais objectivos o ordenamento do território e evitando-se desta forma, a proliferação desgarrada de unidades industriais.

Estas acções também conduzirão a uma maior facilidade das operações de protecção do ambiente, reduzindo, quanto possível os seus impactes ambientais, pois os aspectos relacionados com a protecção do ambiente deverão ser sempre de considerar.

O apoio às empresas industriais previsto neste Plano, aponta preferencialmente para acções que simplifiquem o acesso a áreas como a gestão, organização e planeamento, dando prioridade àquelas cuja orientação vise novos investimentos.

Acções dirigidas para a investigação, especialização e diversificação da actividade produtiva, desde que competitiva, também têm, ao abrigo deste Plano, o seu cabimento orçamental para a concretização do apoio que merecem. Do mesmo modo, a dinamização de acções com vista a parcerias com o exterior e a agregação a redes de cooperação industrial, merecem o mesmo tratamento.

Estudos que apontem para a identificação de tendências relativas a alterações de mercado ou de novas oportunidades de investimento, assim como os que objectivem a modernização das empresas industriais, enquadram-se em sistemas de apoios.

Para desenvolvimento industrial regional, nas suas variadas componentes e ao longo do período de duração do Plano, está prevista uma dotação de 1.391.500,0 cts (um milhão trezentos e noventa e um mil quinhentos contos.).

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para criar riqueza e bem estar a uma população não basta produzir e transformar. É necessário também comercializar o que se produz e o que se transforma. Por isso, na nossa Região a actividade comercial tem um papel importantíssimo a desempenhar no desenvolvimento e crescimento económicos.

À semelhança do sector industrial, o comércio confronta-se com os mesmos problemas de dispersão territorial, grandes distâncias para transpor, transportes deficientes e de elevado custo. A estas dificuldades ancestrais, junta-se uma outra, relacionada com novas formas de comercializar ainda não dominadas pelos intervenientes regionais do sector e que contribuem para o agravamento da sua já débil situação.

Na intenção de atenuar as dificuldades apontadas, prevê este Plano algumas acções que minimizarão as adversidades que têm andado de mãos dadas com empresas regionais do sector comercial na prestação de serviços no mercado interno e nas relações com os mercados externos.

A almejada modernização do sector tem que contar com o empenhamento, a imaginação e iniciativa das entidades privadas, naturalmente apoiadas e aconselhadas pelas Câmaras de Comércio e Indústria das suas ilhas.

Para revitalizar e dinamizar esta componente tão importante da nossa economia, julga-se conveniente que se incentivem formas de ligação e coordenação das actividades comerciais directamente à produção. Esta cooperação, porque envolvente, facilitará a implementação de estratégias que garantam escoamentos para novos mercados.

Projectos visando a racionalização, fusão de empresas, - da mesma ou de outras áreas da economia, - utilização de serviços em comum, desde que permitam uma estratégia mais agressiva no mercado, são igualmente apoiadas.

A formação e reciclagem dos recursos humanos afectos ao sector e a sua formação específica merecem a mais cuidada atenção em diferentes programas deste Plano.

Dada a importância deste sector na nossa economia, foi previsto neste Plano uma dotação global de 1.085.963 (um milhão oitenta e cinco mil novecentos e sessenta e três contos) repartida pelo quadriénio.

Esta dotação financeira, destina-se genericamente a apoiar a dinamização do comércio e a promoção externa dos produtos regionais.

O artesanato, também está contemplado neste plano com uma dotação de 241.500,0 contos.

A actividade artesanal, se estimulada e apoiada, como começou a ser, poderá contribuir muito positivamente para melhorar a economia de muitas famílias e para a criação de novos empregos, principalmente nas zonas rurais e influirá na fixação das populações laborais nos seus lugares de origem.

O artesanato como actividade industrial necessita de acompanhamentos, quer de ordem financeira como está previsto no Plano, mas também, no sentido de alertar os intervenientes para a manutenção e garantia da genuinidade e características próprias dos motivos que lhe deram origem.

Simultaneamente com as medidas já referidas para suporte à indústria comércio e artesanato, manter-se-ão em vigor no âmbito do PEDRAA II - componente FEDER -, sistemas de incentivos financeiros de apoio ao fomento do investimento privado.

Para apoiar a iniciativa privada, nomeadamente em projectos candidatos aos diversos sistemas de incentivos em vigor bem como, na regularização de candidaturas aprovadas no âmbito de sistemas já revogados, está inscrita no Plano para o quadriénio, uma dotação de 4.800.000,0 contos.

A partir de agora também já é possível aos empresários com actividades na Região apresentarem candidaturas no âmbito do RIME e SAGE.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As acções e as respectivas dotações financeiras previstas neste plano, direccionadas para apoio dos aspectos aqui tratados, se bem geridas, como sabemos que serão, contribuirão muito positivamente para um crescimento harmónico destes sectores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joáé Manuel Nunes para uma intervenção.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Precisamente há um ano que se verifica o namoro entre o Partido Socialista e o Partido Popular. A data do casamento foi cancelada porque o P.P. certamente não encontrou a dama certa.

Triste vida tem quem ama!

Quando o amor é verdadeiro e a dama é formosa, tanto maior é o cativoiro.

(Risos da Câmara)

Mas, como diz o Povo "o melhor da festa é enquanto se espera".

Na discussão do Plano e Orçamento para 1997 e Plano a Médio Prazo (nesta altura o namoro era pegado), fiquei entusiasmado ao ver contempladas verbas significativas destinadas a obras de grande importância para a Ilha do Corvo, destacando, pela sua importância, a do Porto da Casa, várias vezes trazido a esta tribuna.

Passado um ano verifica-se que tudo foi em vão. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito embora o Partido Socialista seja o responsável directo pela execução dos documentos aqui aprovados, através do Governo que suporta, não posso deixar de responsabilizar também o Partido Popular. É que a responsabilidade das alianças qualquer que seja a forma deve ser partilhada tanto na alegria como na doença.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Corvo não é mais a última das "Ilhas de Bruma" no Inferno de Brandão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Credo, Sr. Deputado!

O Orador: A população reclama ser tratada com a mesma dignidade que os outros açorianos.

Os corvinos continuam a pagar bem cara a factura do isolamento por falta de uma política de transportes marítimos que alguns idealizam mas não concretizam. Refiro-me, naturalmente, ao Governo Regional que não sai das intenções e bem pior não executa o que nesta Casa é aprovado.

No que aos transportes aéreos diz respeito, apelamos, uma vez mais para que o bom senso prevaleça e aos corvinos seja reconhecido o direito de ter o mesmo número de voos semanais da SATA que têm os nossos vizinhos da Ilha das Flores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É muito triste, no final do século XX, ver partir da sua terra aqueles que nela nasceram, trabalharam e lutaram uma vida inteira quase sempre feita de sacrifícios. Refiro-me aos nossos idosos que para a Ilha das Flores se vêm obrigados a viajar para ali encontrar o conforto e o descanso que o Lar da Santa Casa da Misericórdia lhes oferece e que as famílias, infelizmente, já não podem assegurar.

É, por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, urgente e necessário construir um Lar de Idosos na Ilha do Corvo, com capacidade para 15 ou 20 camas. Neste momento são 4 os idosos do Corvo que se encontram no Lar da Ilha das Flores e um outro que em breve irá para a Ilha Terceira porque, como todos sabem, também a capacidade do Lar das Flores é muito limitada.

A Câmara Municipal da Ilha do Corvo está atenta e sensível a esta situação e vai inscrever no Plano e Orçamento para 1998 uma verba de 15 000 contos que se destina à construção de um Lar na nossa Ilha. Que o Governo Regional adira e colabore com esta iniciativa é o apelo que aqui deixo.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para prestar esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Essa questão do "noivado e da donzela abandonada", será questão para o meu companheiro deputado, amanhã, na sua intervenção tratar.

Gostaria só de referir e agradecer aqui, inclusivamente em nome do Grupo Parlamentar do Partido Popular, a circunstância do Sr. Deputado José Manuel ter centrado a sua intervenção no Corvo, no papel que o Partido Popular tem e teve relativamente àquela ilha e no que respeita ao que está consagrado nos documentos oficiais e nos compromissos aqui assumidos pelo Governo em relação a 1997, pois efectivamente são obra - por ter sido iniciativa do Partido Popular - e aprovados por esta Câmara, centrando-se na questão do porto.

O Sr. Deputado José Manuel fez bem lembrar aqui que é da responsabilidade do Partido Popular o compromisso que existe entre esta Assembleia e o Governo Regional, relativamente ao avanço da obra do Porto do Corvo.

Se o Sr. Deputado tivesse estado atento ao que ainda há bem pouco tempo foi esclarecido pelo Sr. Secretário Regional da Economia, verificaria que esse projecto - ao contrário do que disse - teve o andamento técnico (segundo o Sr. Secretário) que era possível nesta fase e decorridos 4 meses, segundo creio, de esta Assembleia ter feito incluir esse projecto em Plano.

Era este tipo de esclarecimento que gostaria de deixar aqui.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Da nossa parte agrademos!

O Orador: Sobre outras matérias, aqui o meu colega deputado irá esclarecer.

Mas quero dizer que nós assumimos, com muita honra, esse papel histórico, julgo que sobretudo para os corvinos, que foi o ter conseguido que o Parlamento dos Açores aprovasse e garantisse a concretização do aspirado projecto de ampliação do Porto da Casa, na Ilha do Corvo.

Portanto, nós estaremos na primeira linha do acompanhamento da acção do Governo, neste, como noutros projectos, para que efectivamente se cumpra a vontade desta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Não quero dar nem tirar mérito aos Deputados do Partido Popular. Mas devo dizer-lhe que já antes do vosso partido ter um deputado eleito pelo Corvo, eu já era.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E nunca resolveu nada!

O Orador: E, digo-lhe mais: o Partido Popular, neste momento (e se calhar futuramente) só tem 3 deputados nesta Casa. E devo-lhe lembrar que a ampliação do Porto da Casa foi votada por todos os deputados desta Câmara e não só pelos deputados do Partido Popular.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para reiterar o compromisso já assumido pelo Sr. Secretário Regional da Economia que é, aliás, o cumprimento do Plano a Médio Prazo.

Os corvinos vão ter o seu porto, independentemente de quem o reclame.

Eu já disse e repito, que não me quero imiscuir na disputa entre o PSD e o PP, sobre quem tem a melhor ideia, quem a teve primeiro, quem está mais próximo do Governo ou quem nos deseja ajudar ou quem nos quer mais apoiar. É uma discussão que em nada nos preocupe, mas nós respeitamos.

Os Srs. têm uma competição a fazer e têm certamente um resultado almejado que, como disse, é o de serem considerados pelos açorianos os mais próximos do Governo Regional.

(Risos das bancadas do PS e Governo)

Devo dizer-lhes, todavia, que esta situação começa a ser singular e até divertida!

De qualquer modo, eu não sei se foi o Sr. Deputado José Manuel que teve a ideia primeiro, ou se foi o Sr. Deputado do Partido Popular.

Agora, de uma coisa eu tenho a certeza: é o Governo do Partido Socialista que vai executar esta obra!

(Risos das bancadas da oposição)

(Aplausos das bancadas do PS do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu também percebo que era melhor para o Governo que não houvesse Assembleia Regional...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não senhor!

O Orador: Ah então se não é com essa intenção, acho que o Sr. Presidente está tocando demais na pedra. É um conselho de amigo!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O que é que o Sr. quer dizer com isso?!

O Orador: É só um conselho de amigo porque, de facto, o Governo está aqui para executar - e percebemos a graça! E nós estamos aqui para representar o povo dos açores e em determinadas circunstâncias fazer com que o Governo execute aquilo que não quer executar.

No caso do Porto do Corvo, V. Excelência sabe tão bem como eu que o Governo Regional vai executar a ampliação do Porto da Casa, como governo de bem que é e cumpridor das deliberações desta Assembleia, porque esta Assembleia **votou**, porque o Governo não incluiu no Plano este projecto. Esta Assembleia é que votou.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E o partido que suporta o Governo?!

O Orador: O Governo não vota aqui, Sr. Presidente!

Esta Assembleia é que votou - quanto a isso estamos esclarecidos.

Relativamente ainda ao Sr. Deputado José Manuel, eu fico muito feliz por ter trazido esse assunto aqui.

É para nós agradável verificar o peso que o Partido Popular tem hoje na Ilha do Corvo. E o trazer aqui essas preocupações confirmam-no.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: O PP não ganhou nos Açores, mas ganhou o povo do Corvo.

O que gostaria aqui de lembrar é o seguinte: ninguém disse que o Sr. Deputado, ao anos que aqui está, não trouxe muitas vezes a questão da ampliação do Porto do Corvo. Só que o Sr. fazia parte dum grupo parlamentar que tinha uma maioria absoluta, que governava os Açores. E o Sr. Deputado não foi capaz de convencer o PSD, de que faz parte, para resolver este problema.

Essas coisas acontecem, Sr. Deputado!

Portanto, para si foi uma derrota não ter conseguido isso e perante os eleitores do Corvo, eles constataram da sua incapacidade de convencer o seu governo a resolver este problema.

O Partido Popular só tem 3 deputados, mas tem 1 Deputado do Corvo e acho que ninguém põe em causa, - e eu peço desculpa de estar a fazer esta referência à sua frente, mas tem que ser dito e ainda bem que é dito por mim! - o papel que o meu companheiro deputado teve no processo de negociações que levou o Partido Popular a viabilizar o último Plano e Orçamento Anual do Governo e é público - é quase perda de tempo, mas todos merecemos o respeito do esclarecimento aqui dentro - que o Partido Popular colocou à cabeça das suas exigências nas negociações com o Partido Socialista e com o Governo, a inscrição no Plano do projecto de ampliação do Porto do Corvo. Isto foi assumido por todos.

Deputado António Meneses (PSD): Então houve negociações!?

O Orador: Por conseguinte, isso foi aqui colocado. E o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou com o PP e até o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou connosco.

Portanto, a história é pública.

É do nosso conhecimento e da opinião pública dos Açores, por isso o Sr. Deputado tenha paciência: a história vai registar a verdade!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Concordo com aquilo que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acaba aqui de dizer. Só que essa negociação foi feita no ano passado quando o Partido Socialista, para viabilizar o seu Plano, precisava dos votos do Partido Popular. Agora este ano o Sr. veja lá se consegue fazer a mesma coisa!

(Risos da Câmara)

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não é preciso. A questão já está resolvida!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para clarificar, mais uma vez, a posição do PSD, não sem deixar de fazer um comentário ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que é, no fundo, um comentário que acaba por servir a muitas intervenções que são feitas neste Parlamento sobre o passado.

Por muito que se diga que os Deputados do PSD não convenceram os governos do PSD então a fazerem isto ou aquilo, o que é certo - e está na história - é que os Deputados do PSD, bem como os seus governos, fizeram muita coisa durante 20 anos.

Que o Governo Regional dos Açores, ou outro governo qualquer daqui para a frente, faça também o que lhe cabe, pois também ficará na história. E o que é preciso é que os Açores andem sempre para a frente.

Nós não temos qualquer problema histórico nestes debates, nem temos qualquer problema em sermos confrontados com aquilo que, porventura, não fizemos, porque temos a nosso crédito muita coisa feita.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tem também essa experiência por si, porque foi Deputado do PSD, terá comungado de muita coisa que se fez na altura e não terá

convencido também - quando era do PSD - o governo de então a fazer tudo nessa altura.

Portanto, também posso fazer essa mesma crítica ao Sr. Deputado!

No fundo, é uma crítica que acabará por assentar em qualquer deputado que sustente um governo.

Se há coisa que é uma evidência na política, é que não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo.

Qualquer governo dirá isso em qualquer fase da nossa história.

Por outro lado, eu não tenho dúvidas - Sr. Presidente do Governo - que este Governo, sem oposição, seria um pior governo!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Eu tenho dúvidas!

O Orador: É assim, em alguns casos, com matérias que têm a ver com o plano e o orçamento. É assim em muitos casos, em relação a matérias importantíssimas e estruturantes para a vida política regional. É assim quando nós discutimos dia-a-dia diplomas e demonstramos que o PSD tem uma oposição construtiva. E é assim - penso eu - em muitas outras questões que se colocam em termos políticos.

É verdade que é o Governo que executa, é assim mesmo. E nós temos consciência disso. Mas é também por isso que o capital crítico de qualquer governo, seja ele qual for, também é avaliado com grande velocidade.

E este Governo, em nosso entender, está mal encaminhado nesta matéria!

Quanto ao resto, não há qualquer competição entre o PSD e o PP.

Aí, convenhamos, o PP é que ganha!

O PP é que aprovou o programa do Governo. É que fez negociações e viabilizou o Plano e o Orçamento Anuais.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Eles é que sabem!

O Orador: É que está em posição - pelos vistos quando apresenta propostas - de querer negociar, mais uma vez, ou entender-se com o Governo Regional.

Nós não queremos estar próximos de si, nem do seu Governo em matéria nenhuma!

Nós não queremos comungar da sua estratégia para os Açores!

Nós opômo-nos ao vosso programa e ao PMP, bem como ao Plano e o Orçamento anuais. Com apenas uma questão que é importante considerar: nós achamos que este

Governo não deve ter certas desculpas e, sobretudo, deve ter as condições mínimas para governar e demonstrar aos Açorianos se é ou não é um bom governo!

Volto, portanto, a repetir e repetirei centenas de vezes durante este debate se for preciso: o PSD está contra estes documentos e opõe-se a este Governo!

O PSD não quer saber para nada dos protagonismos dos outros partidos da oposição. E se eles os têm, está muito bem, porque estão aqui também para isso!

O PSD está contra tudo isso, mas também não quer que o Governo deixe de ter um Plano e um Orçamento.

De tanto se repetir, o Povo percebe a nossa posição!

E vou repetir isto todas as vezes que for preciso, porque o que o Sr. Presidente do Governo quer aqui fazer, é sugerir o inacreditável, ou seja, de que nós queremos estar próximos de si, de que nós queremos ultrapassar o PP para estarmos próximos do Governo do Partido Socialista!

Há coisas que a habilidade política pode fazer chegar ao Povo dos Açores!

Há coisas que o marketing pode ajudar a fazer chegar ao Povo dos Açores!

Há coisas que os órgãos de comunicação social podem querer fazer chegar ao Povo dos Açores!

Há uma coisa em que ninguém acredita, isto é, que o PSD gosta do Governo do Partido Socialista!

E isso é claro!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Que não gosta é verdade. Eu também não gosto dos senhores!

Mas têm medo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para uma intervenção.

Deputado José Humberto Chaves (*PS*): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Turismo tem vindo ao longo dos anos a ser anunciado como um dos mais importantes vectores para o desenvolvimento económico das nossas ilhas.

Este importante sector tem merecido da parte do Governo Regional o máximo empenhamento e os resultados começaram a surgir.

Relativamente ao número de turistas que nos visitaram, podemos afirmar que no início da época os visitantes não foram os que esperávamos, devido a vários problemas de ordem climática, situação essa que foi bastante propagandeada nos órgãos de comunicação social regional e nacional, ocasionando o atraso do início das férias a muitas pessoas.

Felizmente para nós o tempo passou e nos meses de Julho, Agosto e Setembro, já se verificou precisamente o contrário, ou seja, os turistas aumentaram significativamente em comparação com os mesmos meses do ano transacto.

Segundo informações prestadas pela TAP, a mesma movimentou cerca de 305 000 passageiros o que corresponde a um aumento de 11,3% em comparação com o ano de 1996, que foi de 274.000 passageiros aproximadamente.

No que se refere à SATA, a companhia aérea regional, nos "charters" para Lisboa, registou um aumento na ordem dos 11% em relação ao ano anterior, tendo as suas associadas, a "Azores Express" e a "Sata Express", apresentado aumentos de 10%. Pelos números apresentados verificamos que, afinal, o ano não foi tão mau conforme alguns quiseram fazer crer.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mas o Governo Regional pretende captar ainda mais turistas e para tal vai realizar obras importantes na Horta, em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada que certamente irão atrair mais visitantes.

Obras como as que vão ser feitas na Baía de Angra, onde se prevê além da construção da marina, a realização do Porto das Pipas, a transformação do Castelinho em pousada e a criação de animação turística de qualidade. O Governo está, em conjunto com a Junta Autónoma dos Portos e com o fundo do Turismo, a elaborar um estudo que posteriormente será apresentado para reapreciação à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ao Gabinete da Zona Classificada e naturalmente a todos os particulares directamente envolvidos no processo, porque se entende que a marina

só, por si, não seria polo de desenvolvimento necessário para dinamizar aquele espaço que é toda a Baía de Angra do Heroísmo.

Quanto a São Miguel, o concurso de ideias para os terrenos da Calheta/Fábrica da Cofaco será apresentado no início de Janeiro e quanto aos terrenos pertença da Região situados na Rua do Calhau, o Governo está a fazer as "démarches" necessárias para que os mesmos sejam atribuídos a possíveis interessados ainda no decorrer do ano de 1997.

Além dessas obras e de outras de grande envergadura já referidas pelo responsável da Secretaria Regional da Economia que realizar-se-ão durante a vigência do PMP, serão construídos em outras ilhas equipamentos colectivos que irão criar verdadeiros pólos de atracção turística, prevendo-se os apoios necessários à construção de campos de golfe, centros de congresso, portos de recreio, parques de campismo e para outras eventuais obras ou acções que potenciem o desenvolvimento turístico das ilhas, como por exemplo o apoio a programas de promoção e animação turística, a divulgação, promoção e sinalização de trilhos existentes nas diversas ilhas, tendo como principal objectivo a diminuição do tempo de duração da época baixa.

Para alcançar tal desiderato, há necessidade dos operadores turísticos e agentes de viagens se envolverem nesse processo de divulgação da Região, fomentando o aparecimento de tarifas especiais para viagens, hotéis ou rent-a-car, podendo inclusivamente oferecer um preço único pelos serviços atrás referidos.

Mas promover a Região passa também pela participação em feiras internacionais de turismo, onde se mostra e vende-se as nossas paisagens e os nossos costumes.

As feiras são também importantes por serem lugares de encontro com agentes de viagens e operadores turísticos, os quais têm um papel fundamental na promoção da Região, tendo em conta que estas citadas entidades, em certa medida, controlam e orientam os fluxos turísticos.

Todos nós temos que nos envolver neste processo, pois para podermos ter sucesso precisamos de nos organizar internamente, de modo a ser possível receber, condignamente, todos os que nos visitam.

Temos que oferecer em todos os lugares dos Açores, cada vez mais, motivos de interesse, para que continuem a visitar-nos no futuro. O que vai depender, em muito,

das associações e entidades privadas que têm um papel fundamental neste sector e que deverão ser sempre acarinhadas.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se na verdade temos que apostar nas feiras de turismo, devemos também incrementar o turismo interno, sendo imprescindível que o custo das tarifas aéreas dentro da Região seja reduzido. E que seja dinamizado o transporte marítimo, à semelhança do que aconteceu no verão de 1997, em ordem a permitir um maior fluxo de passageiros locais entre as ilhas, pois só assim as ilhas que são mais frágeis poderão dinamizar todo o seu tecido económico com menos dificuldade.

A experiência realizada foi possível. E há que iniciar as operações de transporte via marítima mais cedo.

Para St^a. Maria o que importa é que as viagens sejam rápidas. Que se iniciem em Junho. E que a empresa responsável pela sua efectivação seja mais cuidadosa na informação aos passageiros, principalmente no que se refere a horários, porque os resultados foram óptimos.

Quanto aos transportes aéreos, não poderei deixar de referir, novamente, a necessidade que há da SATA adquirir equipamentos suficientes para realização de voos a médio curso, o que irá acontecer dentro em pouco, conforme foi aqui dito pelo Sr. Secretário da Economia.

Assim, poderemos transportar directamente para a Região, aqueles que nos quiserem visitar, com mais eficácia e com menos custos.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a incentivos eles existem.

O SITRAA, depois de reformulado, vai de encontro às pretensões dos agentes económicos, pois tem verbas na ordem dos 700 mil contos para o ano de 1998, de 800 mil contos para o ano de 1999 e de 900 mil contos para o ano 2000.

Como se disse, nos Açores existem uma série de incentivos de base regional, como é o caso do SIFIT, do SITRAA e perspectiva-se que o SIFIT III venha, no futuro, a fazer parte dos incentivos que estarão à disposição dos potenciais investidores.

Para além dos supra citados incentivos que financiam geralmente projectos de unidades hoteleiras tradicionais, pretende também o Governo Regional apostar no turismo rural.

Assim, estamos convictos de que a aplicação à Região do RIME e do SAJE, vai permitir financiamentos em habitações rurais até 100 mil contos - no caso do SAJE - e até 20 mil contos - no caso do RIME.

A taxa de comparticipação a fundo perdido, poderá ser na ordem dos 60 a 70%, dando certamente um novo fôlego na construção e reparação de casas de campo e alojamentos turísticos e, por outro lado, permitir recuperar o nosso património edificado em zonas rurais.

Os incentivos existem, apareçam os investidores.

Só pelas razões referidas anteriormente, temos motivos suficientes para aprovar os documentos em análise.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estamos a escassos minutos do período regimental para encerrarmos os nossos trabalhos. Vamos dá-los por terminados e recomeçaremos amanhã pelas 10,00 horas. Antes, porém, gostaria de dar-vos a informação sobre os tempos disponíveis. Amanhã a Sessão iniciar-se-á com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, seguindo-se o debate e as intervenções relacionadas com essa área.

Em relação a tempos, temos:

Governo - 2 horas, 55 m. e 50 s.;

PS - 3 horas, 59 m. e 10 s.;

PSD - 3 horas, 07 m. e 35 s.;

PP - 51 m. e 10 s.;

PCP - 1 hora regimental que lhe é atribuída, visto que ainda não fez utilização do seu tempo.

Srs. Deputados boa noite e até amanhã.

(Eram 20, 00 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** — António Gomes, Herberto Rosa;
PSD — Alberto Madruga da Costa, José Francisco Fernandes, Manuel Brasil, Mark
Marques)*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** — Jorge Valadão dos Santos e José Aguiar)*

A Redactora de 1ª classe: Ana Paula Garcia de Lemos